

# **O Bairro das Casas Económicas da Encarnação**

Ana Margarida Amaro de Carvalho

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA  
À FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM  
ARQUITECTURA**

Orientador: Arquiteto Sérgio Alves do Rêgo Dias da Silva  
Coorientador: Professor Doutor Rui Jorge Garcia Ramos





*À minha mãe*



## Agradecimentos

Aos meus pais e à minha irmã por aquilo que representam e pelo incentivo e apoio incondicional ao longo deste percurso académico.

À minha família, em especial à minha avó e aos meus tios por estarem sempre presentes nos momentos decisivos.

Aos meus amigos e colegas que fizeram parte de todo este percurso, pela amizade e companheirismo nestes cinco anos de curso.

Ao meu Luís pelo carinho e pela dedicação demonstrados nesta fase final, sobretudo por ter sido fundamental para conseguir atingir o objectivo delineado.

Aos funcionários dos Arquivos Municipais de Lisboa pela sua disponibilidade na cedência de desenhos e documentos para a realização desta prova.

À Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, aos seus docentes que me lecionaram ao longo deste percurso académico.

Ao arquiteto Sérgio Silva pela orientação e ajuda nesta investigação, pelas suas sugestões que permitiram a finalização desta prova.

Ao professor Rui Ramos pela coorientação e pela objetividade e clareza nos diversos assuntos tratados, numa primeira fase.

Projeto de investigação Mapa da Habitação PTDC/CPC-HAT/1688/2014

Cofinanciado por:



## Resumo

A presente dissertação é dedicada ao estudo urbanístico do bairro económico, de modo a compreender as políticas lançadas pelo Programa das Casas Económicas, para a promoção de habitação em Lisboa, nos anos 30. As linhas orientadoras deste trabalho são a interpretação e análise das circunstâncias e dos ideais da época.

Nesse sentido apresenta-se, como caso de estudo, o Bairro da Encarnação, mandado construir a pedido de Duarte Pacheco em 1938, cuja construção teve início em 1940.

A escolha do caso de estudo recaiu sobre este objeto devido à sua complexidade no que diz respeito à sua composição e à diversidade de temas inerentes no seu desenho. A leitura e compreensão das suas características urbanísticas são o principal objectivo do trabalho.

O aspecto formal da composição foi uma novidade na época, e fez do caso de estudo um objecto singular num conjunto de bairros económicos pelas suas influências estrangeiras. Através da reinterpretação dos seus conceitos, constituiu-se, numa nova forma na cidade, o maior bairro da altura em termos de área em Lisboa.

A referência aos modelos internacionais salienta a importância de reunir novos conceitos urbanos que foram aparecendo por todo o mundo, através da compreensão de novas perspectivas e abordagens aos problemas de habitação provocados pela industrialização.

**Palavras Chave:** Bairro da Encarnação, Programa das Casas Económicas, Bairro, Habitação, Urbanismo, Cidade Jardim, Subúrbio



## Abstract

The present masters dissertation is dedicated to the urban study of the affordable neighbourhoods in order to understand the policies released by the Affordable Houses Programme, which promoted the habitation in Lisbon, in the thirties. The guiding lines of this work are the interpretation and analysis of the circumstances and ideals of that period.

Therefore, I present, as a case of study, the 'Bairro da Encarnação', which was ordered to build by Duarte Pacheco in 1938. Its construction started two years later, in 1940.

I have chosen this case of study because of the complexity of its work, with regard to its composition and the diversity of inherent themes on its design. Thereupon, the main purpose of this thesis are the reading and comprehension of its urban characteristics.

The formal aspect of its composition was an innovation for the time, and it made this case of study a singular object in a set of neighbourhoods because of its foreign influences. With the reinterpretation of its concepts, it was constituted, with a new shape in the city, the biggest neighbourhood of those times in terms of area in Lisbon.

The reference to the internacional models emphasises the importance of reuniting new urban concepts which were starting to show up all around the world, with the comprehension of new perspectives and approaches to habitation problems caused by industrialisation.

**Key Words:** Affordable Houses Programme, Neighbourhood, Habitation, Urbanism, Garden City, Suburb





# Índice

III	Resumo
V	Abstract

## 1 Introdução

7	<b>1. Contexto internacional: filiações do desenho</b>
8	1.1 Modelo da cidade-jardim
19	1.2 Semelhanças ideológicas
25	1.3 Outros modelos urbanos

## 33 2. Perspectiva urbana: A Habitação Social em Portugal (1933-1969)

35	2.1 As políticas sociais de habitação no Estado Novo
35	2.1.1 A habitação nos finais do século XIX, contexto
37	2.1.2 Início do século XX, os primeiros anos do Estado Novo
47	2.2 O Programa das Casas Económicas em Lisboa
47	2.2.1 Organização do Programa das Casas Económicas
56	2.2.2 Aplicação do Programa na cidade de Lisboa

## 63 3. O bairro: Bairro da Encarnação (1940-1946)

65	3.1 Análise do plano
65	3.1.1 Contexto urbano da cidade de Lisboa
69	3.1.2 Paulino Montez, o arquiteto do Bairro
71	3.1.3 O plano urbano do Bairro da Encarnação
82	3.2 Análise do edificado do Bairro
82	3.2.1 Características do conjunto: implementação e volumes
89	3.2.2 Bairro Comercial
94	3.2.3 Bairro Habitacional

## 105 Conclusão

111	Referências bibliográficas
117	Créditos de imagens



# Introdução



# Objeto

O Bairro da Encarnação

## Objetivo

O presente trabalho de Dissertação é dedicado ao estudo da habitação económica e à sua produção a nível nacional, com foco na cidade de Lisboa, onde há uma grande diversidade de soluções de habitação. Tudo isto levou à escolha do objeto de estudo. Os anos 30 foram marcados pela mudança, pela implementação de uma nova política urbana, que levou à criação do Programa das Casas Económicas.

A escolha do Bairro da Encarnação surge como ponto de partida para o estudo de uma época de viragem, tanto em termos de planeamento urbano, como na própria formalização dos elementos do conjunto.

O desenho deste Bairro é relevante pois transporta temas complexos, tendo em conta o contexto onde está inserido. Através da sua inserção na cidade, numa posição simultaneamente dentro e fora, assume-se como um caso singular em comparação com a arquitetura realizada na época. A opção pela “casa unifamiliar” já era usual no Programa. Praticada também pela ideologia da cidade-jardim, permitia uma melhor qualidade de vida às famílias. O facto de serem casas individuais só com 2 pisos em todas as ruas habitacionais que vão ter à Alameda, fazem denotar o seu destaque, quer pela sua dimensão, quer pela forma do terreno. No ponto mais baixo e no ponto mais alto, ou seja, nas duas extremidades desta, encontram-se os edifícios de carácter público. Tudo isto torna ainda mais claro o seu desenho e distingue as várias funções presentes na composição.

Este trabalho trata-se de uma aproximação ao objeto de estudo, desde o contexto social e económico da época, até ao interior das casas, passando pela análise do lugar, pelo desenho urbano da própria composição, assim como pelo estudo dos vários edifícios.

## Metodologia

A estrutura usada para a análise do objeto de estudo divide-se em três partes.

A primeira parte pretende fazer uma contextualização internacional, tendo em conta o desenho muito particular do caso de estudo. É, para isso, importante entender a sua filiação. Partindo do primeiro modelo da cidade-jardim, desenvolvido por Ebenezer Howard, como uma tentativa de resolver os problemas de pobreza, higienização e poluição das cidades, o seu desenho apostava sobretudo na relação da cidade com o campo, isto é, trazer para a cidade as características do campo<sup>1</sup>.

A partir deste modelo faz-se uma análise da sua aplicação num conjunto de obras, com semelhanças ideológicas ao caso de estudo, na tentativa de compreender o modo como este modelo foi importante no desenvolvimento das cidades e na criação de uma nova realidade urbana.

Na segunda parte, é desenvolvido o estudo para compreender de que modo a habitação económica se desenvolveu na cidade de Lisboa com base na ação do Estado Novo, na primeira metade do séc. XX, até à constituição do Programa das Casas Económicas. Parte-se da análise das políticas sociais do Estado para refletir de que modo este se confirmou como importante no desenvolvimento urbano da cidade.

O estudo é feito através da análise de um conjunto de obras que pertencem ao mesmo programa e são antecessoras do caso de estudo, recorrendo sempre que possível aos seus processos em arquivo. Tem-se como objetivo mostrar de que forma o Bairro da Encarnação é um caso singular no que diz respeito à sua implementação, mas com alguns factores comuns, como a aproximação ao desenho do plano para Carcavelos, de Alfred Donat Agache<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Com base em HARDY, Dennis, *From Garden Cities to New Towns*, Alexandrine Press, Oxford, 1991, pág. 18 a 20

<sup>2</sup> CARVALHO, Ricardo, *A cidade social : impasse, desenvolvimento, fragmento*, pref. Ana Tostões, posf. João Belo Rodeia, Tinta da China, 2016, pág. 178

Na última parte faz-se uma aproximação ao objeto de estudo, a partir do geral para o particular. Para uma melhor compreensão e reflexão da obra há uma divisão em duas fases: a Evolução do Território, e do Bairro ao desenho do Conjunto.

Na primeira fase, faz-se a análise da Evolução do Território, onde o bairro está inserido, em Lisboa, através da cartografia, desde a divisão do terreno em pequenas quintas até à consolidação do projeto do bairro em 1948.

Na segunda fase é desenvolvido o estudo do conjunto, desde os edifícios públicos que pontuam as extremidades da alameda principal, passando pelas casas-exceção que marcam as esquinas das ruas principais no encontro com a alameda, até às casas que variam consoante a tipologia. Na perspetiva da leitura formal das casas, faz-se uma aproximação máxima recorrendo à análise dos fogos, comparando os diferentes tipos e classes (como são divididas pelos Serviços Oficiais<sup>3</sup>) existentes no objeto de estudo.

<sup>3</sup> FARIA, António, *O problema das Casas Económicas*, Biblioteca Cosmos, 1948, pág. 17





# **1. Contexto internacional: filiações do desenho**

O presente capítulo procura fazer uma análise de temas relacionados com a habitação social em contexto internacional, de forma a relacionar o arquiteto do Bairro da Encarnação com as suas influências internacionais, como é o caso do modelo da Garden City, e do desenho urbanístico dado a conhecer pela escola francesa.

A importância do estudo destes ideais prende-se com o conceito urbano que o objecto tem por base. O bairro é um subúrbio jardim, segue os princípios de um modelo internacional que foi debatido e replicado por muitas cidades em todo o mundo.

Com o objectivo de entender esse modelo esta primeira parte da dissertação dedica-se em grande parte a ele e à sua filiação. Para isso pretende-se contextualizar os diferentes modos de planeamento urbanístico no tempo e no espaço, e perceber de que forma outros reformadores e projetistas que foram referências a nível internacional e influenciaram a configuração compositiva e formal do bairro em estudo.

## **1.1 Modelo da cidade-jardim**

O movimento da cidade-jardim surgiu num período em que, de uma forma geral, as cidades se estavam a tornar pequenas para a população que continham. Isto veio provocar falta de espaço e falta de higiene na cidade.<sup>4</sup> A cidade deixa de ter uma imagem que tem por base os modelos medievais, passando a ser dominada pela indústria (fábricas, quartéis, armazéns), onde as muralhas são destruídas e as torres das igrejas são substituídas por chaminés das fábricas industriais. A cidade perde os limites que outrora eram construídos pelas muralhas medievais, e funde-se com o campo. Desta forma pretende-se dar uma nova vida às zonas periféricas da cidade para que estas sejam aproveitadas para viver.

O conceito cidade-jardim integra-se num pensamento nostálgico e culturalista, como forma de “combate” à sociedade

<sup>4</sup> Com base: HARDY, Dennis, *From Garden Cities to New Towns*, Alexandrine Press, Oxford, 1991, Preface

industrial, dotada de uma visão mais progressista, e procura de forma otimista soluções para o futuro das cidades.

Nesta dualidade de culturalismo/progressismo, importa salientar que a visão culturalista não aprova o desaparecimento da unidade orgânica da cidade antiga, contrariando a desagregação que a industrialização veio provocar. Por outro lado, o modelo progressista defende que a cidade se deve reger pelas leis da geometria, e romper com as heranças do passado.

A fim de se perceber de que forma as cidades eram pensadas por urbanistas, economistas, e outros reformadores, toma-se como objeto a cidade de Londres, porque foi estudada e analisada na tentativa de se

encontrar uma solução rápida num período pautado pelo emergente crescimento da população.

Em 1888, criou-se o London County Council (LCC), que assume a importância do ordenamento do território para consequentemente ordenar a cidade. Este Conselho era o principal meio de governo, tendo autoridade sobre o planeamento urbano e a habitação. Ao mesmo tempo, tentava resolver os problemas derivados das más condições de vida e da relação entre o trabalho e a habitação.

O movimento das cidades-jardim teve como inspiração experiências de implementação, na fase pré-urbanística, de comunidades planeadas para serem auto-suficientes no séc. XIX, como é o caso do movimento conhecido como Parks Movement, de Frederick Law Olmsted. Apesar de pertencerem a modelos diferentes de desenho urbano.

O Parks Movement, desenvolvido por Olmsted, não foi propriamente um modelo urbano, embora procurasse inserir na cidade elementos naturais e espaços livres, fazendo para isso uso de parque públicos como estimuladores de valores democráticos. Pretendia tirar partido dos benefícios da mistura de classes sociais nesses espaços comuns, em prol de toda a comunidade.

Em 1899 formou-se uma nova organização, a Garden City Association (GCA), que tinha como objetivo divulgar os

princípios e os ideais deste novo modelo para as cidades, através de publicações.

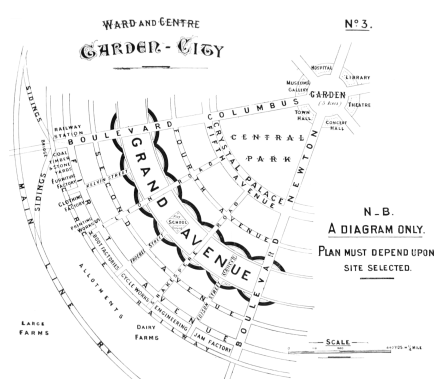
Toda a filosofia da organização foi formulada com base nos ideais expressos no livro de Ebenezer Howard (1850-1928), intitulado *“To-morrow”: Peaceful Path to Real Reform*<sup>5</sup>, cuja primeira publicação data de 1898.

Esta visão utópica de Howard, descrita no seu livro, constitui uma tentativa de resolver os problemas de pobreza, higienização e poluição nas cidades através do desenho de novas urbanizações que tivessem uma estreita relação com o campo, para assegurar vantagens de uma vida urbana cheia de oportunidades juntamente com a paisagem e os prazeres do campo. Através desse movimento das pessoas, das cidades congestionadas para cidades próximas da natureza, era possível desfrutar de uma fonte de riqueza, beleza e felicidade. Com isso, levaria também a indústria a deslocar-se para o campo como estratégia de desenvolvimento económico, e simultaneamente a produção agrícola teria mercados perto da cidade, próxima do núcleo rural.

Ao aplicarmos o modelo proposto (fig.1), tal como Howard o pensou, teríamos ao centro um enorme jardim, o “Central Park”, na sua periferia estavam localizados edifícios, como o “Crystal Palace”. Este era destinado a albergar atividades culturais, sociais e comerciais, com um grande jardim, que funcionava como jardim de inverno. Em seguida, localizava-se a Fifth Avenue, uma via que delimitava o centro do esquema, rodeada por conjuntos habitacionais, de casas com lotes amplos e independentes. Por fim localizava-se o sector agrícola.

A “Grand Avenue” marca a divisão da cidade em duas partes, definindo um grande parque onde se localizavam as escolas públicas e as igrejas para servir, respectivamente, a educação e a religião da população.

Na zona externa à cidade, localizavam-se os armazéns, os mercados, e muitos outros edifícios de carácter industrial, com



1. Modelo da Garden City, o centro, de Ebenezer Howard, de 1898

<sup>5</sup> HARDY, Dennis, *From Garden Cities to New Towns*, Alexandrine Press, Oxford, 1991, pág. ix

a proximidade de uma via férrea que circundava toda a cidade, o que facilitava a deslocação da produção e a recepção das matérias-primas e das mercadorias.

De forma a converter os lucros em benefícios da comunidade, e para que a cidade se auto sustentasse, Howard criou uma estratégia que se desenvolve da seguinte forma: em primeira instância comprava-se um terreno em meio rural para implementar a cidade, sendo a compra feita com um preço baixo por financiamento; com o crescimento da cidade, derivado do aumento do número de habitantes, diluíam-se os juros desse financiamento e ainda se permitia a criação de um fundo de maneo financeiro, com o qual se poderia construir novos edifícios públicos para servir a comunidade e fazer a manutenção de espaços públicos. Quanto à zona rural, os agricultores que conseguissem obter mais resultados a nível financeiro podiam implementar-se nos arredores da cidade.

Em consequência dos benefícios obtidos no setor financeiro derivados do aumento do valor do solo por hectare, era possível aplicar menos impostos assim como baixar o valor destes mesmos, e ainda havia a oportunidade de se fazerem mais investimentos em prol da comunidade.

A associação promoveu uma grande campanha, através da qual foi possível entender os princípios sobre os quais atua. Neste contexto de mudança, age sobre três temas em particular: o desenvolvimento da reforma do desenvolvimento urbano em Inglaterra; criação de corredores verdes que permite o surgimento de uma zona respirável na cidade; e a transformação radical da paisagem.

Quanto à ideia de reforma, a associação defende que a intervenção do Estado deve ser limitada ou alterada para uma posição em que invista na melhoria de vida social. Estas ideias assentam assim numa visão socialista do papel do Estado

No que diz respeito ao corredor verde, surge como um anel que envolve todo o centro da cidade e faz uma divisão da zona pública de uma zona mais laboral e habitacional. Todas estas questões marcam uma divisão entre o sistema político, que se limitava às formas tradicionais de intervenção, e um sistema

emergente mais participativo que procura alcançar novas soluções.

O terceiro tema aborda a transformação da paisagem, numa época em que novos padrões de vida estão a manifestar-se e é notório o crescimento das cidades. Toda esta mudança na paisagem é expressa pelo desenvolvimento de novos “lugares urbanos” nas zonas periféricas das grandes cidades. Tomando o caso inglês, onde os novos subúrbios começam a emergir, estes dão origem a novos lugares urbanos pensados tendo em conta o mesmo modelo utópico de autosuficiência, onde já se consegue viver sem depender da cidade centro.

Para estruturar este tipo de campanhas, em 1913 forma-se o Town Planning Institute (TPI), que passou a desenvolver essas atividades. Estas eram adaptadas ao contexto da cidade e às oportunidades inerentes ao processo político.

Segundo Ebenezer Howard, tanto o fator político, como o social, como o geográfico, eram importantes para se entender o contexto e para se poder implementar o novo modelo.

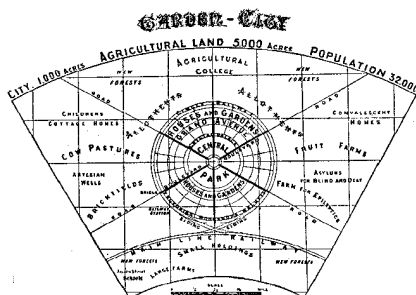
Num encontro que o autor teve com reformadores e revolucionários percebeu-se que o inimigo comum eram as terríveis condições suportadas pelos habitantes da cidade vitoriana, especificamente em Londres. Uma outra preocupação foram as limitações na produção agrícola já que o estado inglês importava cada vez mais alimentos.<sup>6</sup> Assim, Ebenezer Howard conseguiu demonstrar a este grupo restrito a importância, as necessidades e as vantagens que havia para que em conjunto criassem uma nova Associação. Cada membro do grupo podia assim continuar os seus próprios negócios e usá-los também em prol da Associação.

Com isto estava formada a Garden City Association, com um conselho e um comité executivo, e Howard foi eleito Presidente<sup>7</sup>.

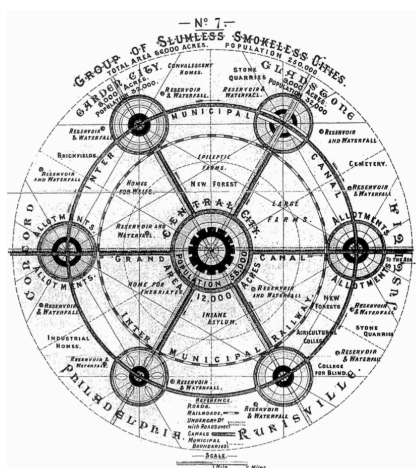
---

<sup>6</sup> Com base: HARDY, Dennis, *Mr Howard and the Garden City: A Plain Man's Guide to the Future* in CORDUA, Christian Hermansen, *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, British Library Cataloguing Ashgate Publishing Limited, 2011, pág. 139

<sup>7</sup> PINDER, David, *Utopian Urbanism: Ideals, Practices and Prospects* in Ibid, pág.19



2. Modelo da Garden City e a cintura rural, de Ebenezer Howard, de 1898



3. Modelo da Social City, de Ebenezer Howard, de 1898

O conceito Garden City surge no livro como uma tentativa de resposta à pergunta “The people: where will they go?”<sup>8</sup>, feita pelo próprio autor no início do livro. A resposta é clara, para o autor o caminho é a procura das garden cities pois estas oferecem o que de melhor há na cidade, retirando o pior. Ou seja, as novas garden cities agem através da construção de novos blocos, para uma reconstrução progressiva da sociedade.

Com isto entende-se que a proposta de Howard está na base da hierarquização das cidades e na reconstrução das mesmas, para que desta forma estejam organizadas segundo um modelo (fig.2). Esta hierarquia processa-se da seguinte maneira: no centro há um jardim monumental; em torno deste encontram-se os edifícios principais e municipais da cidade, como a câmara municipal, o hospital, teatros, cinema, entre outros; em seguida, outro parque verde de grande dimensão; ao centro desta estrutura uma grande avenida que separa as duas grandes funções na cidade, a zona pública da zona de carácter habitacional; na periferia encontra-se a habitação, e por fim zonas de expansão agrícola. Deste modo entende-se que a cidade jardim é na sua essência uma cidade em torno de um grande parque e com várias zonas verdes.

O que era fundamental era que a cidade funcionasse como um todo, que tivesse tudo ao dispor dos seus habitantes e que estes não precisassem de se deslocar para adquirir bens e serviços fora da cidade. Esta poderia oferecer atrações competitivas aos habitantes para poderem passar o seu tempo livre e de lazer. Para isto é importante entender que para Howard este modelo de cidade tinha de se sustentar em si próprio, ou seja, não precisaria de ajudas exteriores para subsistir.

Toda esta visão também levanta outro problema que é o da expansão, ao qual Howard responde com um novo modelo, intitulado “Social City” (fig.3), uma proposta de expansão da cidade para os subúrbios, que era constituída pela construção

<sup>8</sup> HOWARD, Ebenezer, in “To-morrow”: Peaceful Path to Real Reform, 1898, pág. 8, in HARDY, Dennis, *From Garden Cities to New Towns*, Alexandrine Press, Oxford, 1991, pág. 20

de novos núcleos urbanos em redor da zona agrícola. Estes podem ser considerados cidades jardim, porque também tinham ao centro um grande jardim e em torno deste se desenvolvia a cidade, tal como a “cidade central”.

*“In a smokeless cities and, typically, he coined names for the new garden cities that were no less beguiling than the original: as well as Garden City (the first one) there was Concord, Philadelphia, Rurisville, Justitia and Gladstone, while the central one was called, eponymously, Central City.”*<sup>9</sup> Afirmações como esta, descrita por Dennis Hardy, mostram como eram pensados os nomes das cidades tendo em conta o seu carácter urbano.

Essencialmente todo este modelo se distingue de muitas outras visões, do mesmo género, de fazer cidade, visto que é um plano reformista, um caminho pacífico para uma reforma real “*a peaceful path to real reform*”, tal como indica o título do livro.

Desta forma se percebe que a GCA, na procura de consolidar e expressar o seu modelo Garden City, definiu e redefiniu o terreno comum a uma preocupação geral, o consenso geral sobre o problema urbano. No último quarto do século XIX, o terreno já tinha sido preparado através de reformas no campo da habitação, de esquemas para assentamento do modelo, e do idealismo utópico. Tudo isto serviu para mudar o uso do solo, e chamar a atenção dos sociólogos para os problemas desta época.

Esta ideia de Howard de recorrer à imagem do campo não é de todo uma novidade nesta altura, visto que em 1874, William Morris<sup>10</sup> (1834-1896) despertou a imaginação socialista com uma visão romântica de novos assentamentos estruturados em valores perdidos como a harmonia e a comunidade.

*“England was once a country of clearings smote woods and wastes, with a few towns interspersed (...) It is now a garden, where nothing is spoilt with the necessary dwellings, sheds and workshops scattered up and down the country, all trim and neat*

<sup>9</sup> HARDY, Dennis, *Mr Howard and the Garden City: A Plain Man's Guide to the Future* in CORDUA, Christian Hermansen, *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, British Library Cataloguing Ashgate Publishing Limited, 2011, pág. 143

<sup>10</sup> Autor do livro “*News from Nowhere*”, publicado em 1890



*and pretty.*<sup>11</sup> Esta visão de Morris sobre a Inglaterra foi realçada repetidamente ao longo do seu livro, onde aborda o tema como uma metáfora, para demonstrar que no século XIX a cidade, assim como a maneira de pensar o solo, mudou mas não para melhor. Através das idílicas casas com um jardim a cidade conseguiu começar a ganhar espaços verdes. As cidades eram assim idealizadas como as melhores cidades rurais do século, até virem os urbanistas alterarem a forma como se cria e se transforma o lugar urbano.

Este mundo que Morris expressa os benefícios sociais, políticos e económicos de pensar a vida em comunidade, mas tem sobretudo em conta as propriedades estéticas, estilísticas e culturais necessárias para pensar e projetar um mundo ideal. Tudo isto faz deste livro uma ideologia de um lugar utópico, um lugar que é sonhado e muito difícil de alcançar, que aborda uma visão comunitária ao nível do sistema económico, e uma visão romântica no que respeita à estética e à arte, livre de restrições de forma individual, e que em certas circunstâncias têm de fazer parte de outras. Isto expressa a crítica de Morris sobre a política económica, as artes e a construção do mundo. Com isto, levanta questões para se poder repensar não só nessas práticas sociais, políticas e económicas, mas também na cultura e na paisagem física.

Os novos urbanistas, tal como Howard, preferem a cidade compacta que age segundo a comunidade e uma vida sustentável. Os projetos revelam também a opção por formas tradicionais no que se refere à arquitetura, assim o modelo vernáculo favorecia a cidade jardim.

No início do século XX, muitas mudanças se deram neste campo, mas o modelo da cidade jardim não precisava de muitas modificações para atender às necessidades contemporâneas das cidades. A construção destes assentamentos humanos não é uma tarefa difícil, mas nesta altura há poucos exemplos de projetos que o abordam.

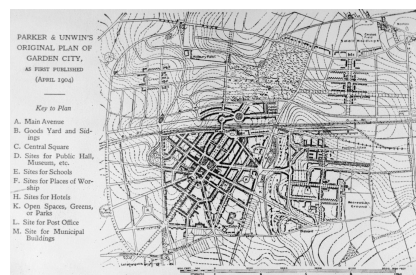
<sup>11</sup> Morris, *New from Nowhere*, Project Gutenberg, pág.52 in CORDUA, Christian Hermansen, *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, British Library Cataloguing Ashgate Publishing Limited, 2011, pág. 45

O primeiro grande sucesso da associação (GCA) foi a fundação da Letchworth Garden City, em 1903. O modelo projectado por Raymond Unwin (1863-1940) e Barry Parker (1867-1947), expressa-se nos desenhos de Letchworth (fig.4), onde prevalece a visão culturalista sobre a racionalidade progressista, representada por espaços com formas variadas. Esta cidade foi projetada em 1903 e segue o pensamento de Camillo Sitte (1843-1903) que propunha um traçado orgânico à escala do homem. Tinha por base o esquema de Howard, visto que se identificam os seus princípios, tais como o centro radial e as vias que o constituem, num desenho adaptado à realidade.

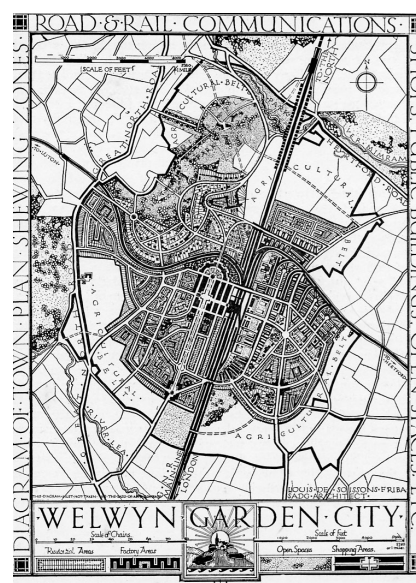
Welwyn Garden City (fig.5) (a norte de Londres) em 1921, é a segunda e última cidade-jardim lançada pela organização. O seu plano é da autoria de Louis de Soissons (1890–1962). A cidade fazia parte de um conjunto de cidades que circundava Londres, periferia que se tornou numa zona de crescimento. O modelo de planta central estrelada nunca chegou a ser construído. De qualquer forma, a tentativa de relacionar de forma inovadora o campo e a cidade continuava a ser o objetivo principal. Soissons foi bem sucedido, visto que preservou as condições ambientais da cidade ao projetar espaços verdes na periferia da cidade.

O livro “*Garden Cities of To-morrow*”<sup>12</sup> surge como uma crítica à Sociedade Vitoriana (Inglesa), propondo uma vida sócio-económica da organização local e auto-gestão comunitária, num regime “capitalista” de exploração dos próprios bens, ou seja, a propriedade privada é distribuída por classes sociais, tornando-se cada um proprietário de um terreno. Esta concepção da sociedade, por parte do autor, considera a inter-relação das diferentes classes num sentido comunitário.

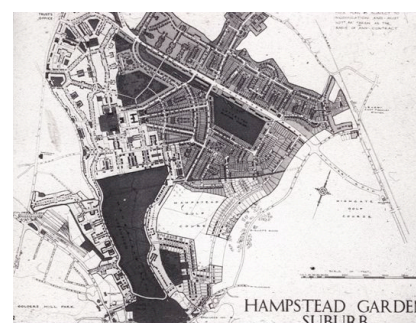
Após a 1ª Guerra Mundial, o movimento cidade-jardim constitui o grande plano para a reconstrução de Inglaterra. No modelo de cidade-jardim nota-se as influências da imagem rural inglesa. O Modelo aplicado em Hampstead (fig.6) em 1909, uma cidade fundada por Henrietta Barnett (1851-1936) perto de



4. Desenhos de Letchworth, de Unwin e Parker, de 1903



5. Desenhos de Welwyn, de Louis de Soissons, de 1921



6. Desenhos de Hampstead, de Unwin e Parker, de 1909

<sup>12</sup> Livro de Ebenezer Howard, publicado em 1923.

Londres, com base nos princípios económicos de Ebenezer Howard, e com desenho de Unwin e Parker, tinha algumas características comuns aos modelos aplicados noutras cidades. Entre essas características estavam: a tentativa de unificar as classes sociais; a separação entre casas era feita por sebes; e arborização das ruas. As casas nunca estão alinhadas, avançam e recuam para aproveitar frentes de luz e alinhamentos visuais.

Por isso, há uma nova concentração e separação de funções. Ou seja, na zona central concentravam-se os serviços necessários aos habitantes, todas as zonas verdes eram regulamentadas, e é possível identificar uma entrada principal no plano original, no entanto Hampsted já não era auto-suficiente dependendo da cidade principal integrando-se no conceito de subúrbio-jardim. Através deste exemplo, pode-se entender a diferença entre a cidade-jardim e um subúrbio-jardim, porque esta era considerada um subúrbio, um núcleo urbano implantado nos arredores da cidade, a grande diferença era que estes ainda se apoiavam na cidade principal, dependiam dela, e eram urbanizações geralmente mais pequenas.

A ideia de um modelo de cidade tornou-se bastante incompreendida e foi facilmente confundida com esse conceito, que se espalhava nos arredores de Londres, o que Howard não queria que acontecesse. O autor não queria construir subúrbios, mas sim cidades, embora não se tenha proporcionado como esperava. Idealizava as cidades como uma planta “em estrela”, em que as cidades satélites se uniam à central.

O problema que o autor põe em causa, como o próprio descreve no livro, é que todas as cidades devem crescer, mas como é que devem crescer de modo a satisfazer as necessidades dos que serão atraídos pelas numerosas vantagens, já mencionadas. *“Shall it build on the zone of*

*agricultura land which is aruond it, and thus for ever destro its right to be called Garden City? Surely not.”<sup>13</sup>*

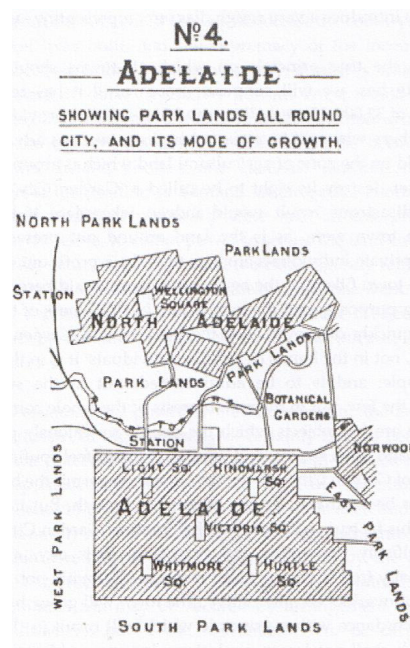
O ideal seria para Howard que o terreno envolvente estivesse a cargo da comunidade, administrado segundo os interesses comuns de toda a sociedade.

“Now there are few objects which the people so jealously guard as their parks and open spaces; and we may, I think, feel confident that the people of Garden City will not for a moment permit the beauty of their city to be destroyed by the process of growth.”<sup>14</sup>

Como o autor afirma para ele o importante é a comunidade não se deixar vencer pelo crescimento repentino das cidades e que a cidade deve continuar a crescer sem nunca se destruir, mas sempre por processos de aglomeração de oportunidades sociais e de bem-estar para todos. O autor para justificar esta visão de crescimento recorre ao exemplo da cidade de Adelaide (fig.7), uma cidade fundada em 1840, que se pode observar no desenho é cercada pelo seu “Park Lands” e cresce para norte dessa zona, desenvolvendo e estruturando o North Adelaide.

A suburbanização foi, assim uma das principais críticas feitas ao seu modelo cidade. Embora na época em que foi idealizado houvesse falta de lugares para viver em Londres, devido ao aumento da densidade populacional nos grandes centro urbanos, depois da construção de novos núcleos urbanos, nos chamados “arredores”, não havia pessoas suficientes para ocupar todas essas urbanizações.

Assim, pode-se concluir que todos estes ideais propostos por Howard do modelo da cidade jardim foram utópicos e foram explorados continuamente por outros pensadores da cidade na tentativa de encontrar uma cidade ideal.



7. Cidade de Adelaide, de 1840

<sup>13</sup> Com base: HOWARD, Ebenezer, *"To-morrow": Peaceful Path to Real Reform*, 1898, pág. 93

<sup>14</sup> HOWARD, Ebenezer, *"To-morrow": Peaceful Path to Real Reform*, 1898, pág. 93

## 1.2 Semelhanças ideológicas

No livro *“To-morrow”: Peaceful Path to Real Reform*, 1898, na segunda edição, intitulado *“Garden-cities of To-morrow”*, de 1902, Ebenezer Howard faz uma caracterização mais exaustiva das cidades, onde demonstra as consequências da superpopulação. Esta era em grande parte devido ao factor migração dos campos para os grandes núcleos urbanos. Para isso faz uma listagem de prós e contras de cada meio, tanto do rural como do urbano.

No seu entendimento de meio rural, o autor tira partido do ar puro que se respira no campo, a abundância das zonas verdes e as propriedades terem um custo reduzido face aos grandes centros urbanos. Em contrapartida, a falta de emprego e o pouco que existia ter salários muito reduzidos faz com que a população procure melhores oportunidades junto das zonas urbanas.

Quando se trata do meio urbano, em consequência do crescimento industrial havia mais oportunidades de emprego, com uma remuneração mais elevada, uma vida social e cultural com mais oferta. Esse crescimento nos grandes núcleos leva a uma maior procura de habitação, era maior, o que fazia aumentar o preço da propriedade, e a higienização da cidade também era afetada pelo aumento demográfico e pela sobrelotação da chamada “cidade medieval”.

O autor afirma no livro *“But neither the Town magnet nor the Country magnet represents the full plan and purpose of nature. Human society and the beauty of nature are meant to be enjoyed together. Two magnets must be made one.”*<sup>15</sup>

Desta forma Howard demonstra que este novo modelo intitulado por “Town-Country”, derivado do modelo de cidade jardim, é o resultado do aproveitamento do que melhor há no campo em junção com o melhor da cidade, levando de novo o Homem para o meio rural.

Ao longo do tempo, o modelo da cidade jardim, tal como foi implementado em Londres, foi aplicado e usado como

<sup>15</sup> HOWARD, Ebenezer, *“To-morrow”: Peaceful Path to Real Reform*, 1898, Introduction

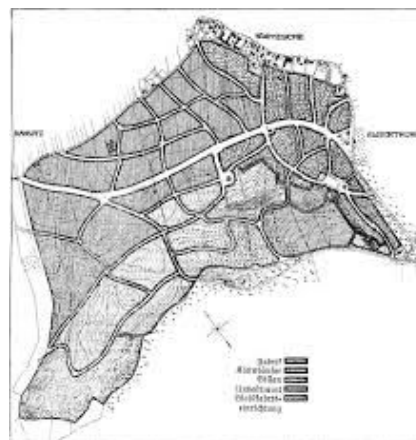
influência para novos movimentos que surgiram noutros países pela Europa fora, como em bairros de habitação social que se implementaram na Alemanha, no início do século XX. Estes são resultado do trabalho de projetistas germânicos e austríacos, que procuravam nos arredores das cidades a autosuficiência e uma nova relação do mundo urbano com o mundo rural.<sup>16</sup> Estas foram propostas que marcaram pontos singulares na história da arquitetura habitacional e urbana.

No que diz respeito à arquitetura, a invenção de novos materiais como o aço e o betão armado, dão origem a novas formas de construir, que vão ser aplicadas na construção de habitações em massa para os operários industriais.

A cidade de Hellerau (fig.8), que pode ser considerada como a primeira Garden City alemã, foi construída em Dresden e fundada em 1909. Neste projeto trabalharam vários arquitetos que integraram a primeira geração do modernismo. Hellerau é aceite como influência do Movimento Moderno no país, um legado marcado pela questão urbana que nunca abandona completamente os princípios da cidade-jardim.<sup>17</sup>

Esta cidade é implantada a uma grande distância de Dresden, ou seja é denominada como uma cidade subúrbio, e por isso está ligada ao centro da cidade através do eléctrico. Esta ideia de criar uma cidade partiu de Karl Schmidt (1882-1976), um fabricante de móveis. Deste modo, todo o novo meio urbano foi implantado em torno da fábrica, que tinha sido projectada por Richar Riemershmied (1868-1957).

Tudo isto permitiu ao empresário a expansão da sua produção. E permitiu-lhe, sobretudo, criar melhores condições de vida para os seus operários, que poderiam passar a habitar junto ao local de trabalho. Para além disso, também os meios de transporte vieram facilitar essa proximidade, sendo que para isso foi criada uma rede acessível a todos, de modo a facilitar



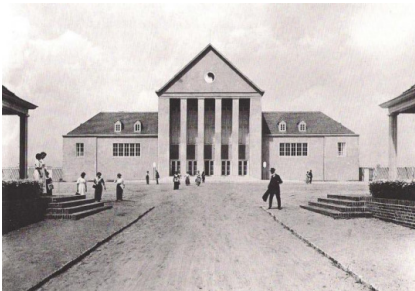
8. Hellerau, primeira Garden City alemã, de 1909

<sup>16</sup> Com base: CARVALHO, Ricardo, *A cidade social : impasse, desenvolvimento, fragmento*; pref. Ana Tostões ; posf. João Belo Rodeia, Tinta da China, 2016 Tinta da China, pág. 48

<sup>17</sup> Idem, pág.61

as deslocções casa trabalho. O proprietário também tirou vantagens sobre o seu operariado desta localização porque reduziu o absentismo e permitiu-lhe ter mais controle sobre os horários e as faltas dos seus trabalhadores.

Seguindo o modelo da cidade jardim, este meio urbano foi desenhado a partir da divisão em áreas distintas, segundo as suas funções. Tal como se nota em Letchworth, onde há uma grande área industrial, também aqui junto desta se localizam casas para os trabalhadores. No que diz respeito à habitação havia ainda outras pequenas aglomerações de moradias, e quanto aos espaços públicos, muitas zonas verdes foram implementadas. Grande parte dos edifícios marcantes da cidade foram desenhados por arquitetos de renome, como Hermann Muthesius (1861-1927), Theodor Fischer (1862-1938), Georg Metzendorf (1874-1934), Heinrich Tessenow (1876-1950) e Kurt Frick (1884-1963).



9. Hellerau Festspielhaus, de Tessenow, de 1911

Em 1911, Tessenow projetou o Hellerau Festspielhaus (fig.9), um teatro, centro de artes, que pretendia divulgar cultura e arte à comunidade. Émile Jaques-Dalcroze (1865-1950), compositor e músico, fundou aqui a sua escola de dança.

Este edifício constitui-se como um marco na nova cidade, servindo para divulgar o trabalho de Tessenow, através do seu carácter conseguindo elevar o arquiteto a uma posição internacional divulgando a cidade pelo mundo em prol da comunidade.<sup>18</sup>

Para divulgação de tudo isto, a German Garden City Society<sup>19</sup>, fundada em 1902, realiza na Alemanha, várias exposições de arquitetura e debates. Estas foram peças essenciais para a difusão de projetos de habitação social. A obra foi pioneira nos anos 20, impondo-se como uma solução modelo para o problema da casa moderna.

<sup>18</sup> Com a Primeira Guerra Mundial tudo pára, e só em 1950 a cidade de Hellerau foi incorporada na cidade de Dresden, e posteriormente em 1990 foi considerada como área de conservação. Por sua vez, a empresa do fundador da nova cidade ainda hoje é conhecida.

<sup>19</sup> BUDER, Stanley, *Visionaries & Planners, The Garden City Movement and the Modern Community*, Oxford University Press, 1990, pág. 135



Nesta sequência e com influência do modelo da cidade-jardim, estabelecem-se formas de assentamento que incorporam espaços de lazer e um conjunto habitacional com equipamentos colectivos, para serviços e comércio. A habitação era destinada às famílias que moravam na cidade industrial, com poucas condições, e com dificuldade em obter “casa própria”.

Desde os primeiros exemplos destas cidades que os Siedlung se materializam e organizam através de traçados regulares geométricos e hipodâmicos, estabelecidos sobre vias de comunicação que se alargam numa bolsa aberta para acolher a igreja na sua posição central, “terreiro” ou “largo”. O círculo e o semicírculo são as formas mais correntes, configuração motivada por razões defensivas. Este modelo revela afinidades com os diagramas da cidade jardim.<sup>20</sup>

Estes assentamentos normalmente designados por Siedlung tornaram-se assim uma forma de alcançar a cidade social através da implantação de novas urbanizações que reformulam o modo de habitar, e estão presentes em diversas cidades alemãs, como por exemplo em Berlim.

Um dos arquitetos envolvidos no planeamento de Hellerau foi Hermann Muthesius, a quem entre 1900 e 1902, através da embaixada germânica em Londres, foi atribuído o departamento cultural para abordar a casa britânica. Quando regressou a casa publicou em três volumes esse trabalho desenvolvido, com o título “Das Englische Haus (1904)”. O Arquiteto aplicou o estilo britânico ao projetar Hellerau tornando-se assim num arquiteto de cidade jardim.<sup>21</sup>

De um modo geral, o movimento Garden City fora da Inglaterra beneficiou muito da admiração generalizada pela educação inglesa, o movimento Arts and Crafts e a liderança britânica no sentido da reforma da habitação.<sup>22</sup>

<sup>20</sup> Com base: CARVALHO, Ricardo, *A cidade social : impasse, desenvolvimento, fragmento*; pref. Ana Tostões ; posf. João Belo Rodeia, Tinta da China, 2016, pág.65

<sup>21</sup> BUDER, Stanley, *Visionaries & Planners, The Garden City Movement and the Modern Community*, Oxford University Press, 1990, pág. 137

<sup>22</sup> Idem, pág. 141



Outro país que abraçou o movimento Garden City foi os Estados Unidos. Através da união de um pequeno grupo de intelectuais, que em conjunto formaram o Regional Planning Association of America, procuraram trazer as ideias de Howard para o seu país, e uma nova abordagem para a comunidade e para o plano regional.<sup>23</sup>

A maioria dos projetistas americanos dificilmente se preocupava com as condições da habitação no país, como afirma Unwin in 1911, “and devotes itself to the creation of the City Beautiful.”<sup>24</sup>

Quando começou o planeamento das cidades americanas, este era conservador e limitado na sua extensão, na procura de definir em consenso as áreas de modo eficiente, para atingir o bem-estar social.

Na segunda edição de “*Encyclopedia of Social Reform* (1907)”, da autoria de William Dwight Porter Bliss (1856-1926), este foi assertivo na sua crítica aos reformistas que combinam “individualism and socialism”. Para contrariar isso tenta opor-se à década de 80, marcada pelo capitalismo, usando o surgimento do novo movimento Garden City para defender uma reforma da habitação na América. Com os seus esforços modelou pequenas urbanizações a partir do exemplo britânico.<sup>25</sup>

Em 1905, em conjunto com um colega, Unwin viaja pela Europa, onde tem um encontro com membros da British Garden City Association e visita Letchworth, a fim de aprofundar os seus estudos do modelo da cidade jardim.

Com esta viagem desenvolve a associação, que prometeu padrões mais elevados de habitação e de serviços comunitários. As críticas à associação dizem que é usada por promotores e especuladores do meio urbano, muitos líderes de sindicatos acreditam que o modelo de cidade é paternalista, mas para o autor o solo e as regras de habitação formam a propriedade da comunidade, e argumenta que os trabalhadores

<sup>23</sup> Idem, pág. 156

<sup>24</sup> Urwin in Idem, pág. 157

<sup>25</sup> Com base: Idem, pág. 158

americanos insistem em ter uma propriedade habitacional junto a zona industrial.

A ideia de “garden-city planning” serve de modelo para a habitação industrial mas não são só as ideias de Howard que ganham expressão nos EUA, no período de 1910 a 1920. O conceito de cidade jardim é um exemplo de inteligência social aplicada na comunidade, tal como outras correntes europeias na habitação frequentemente citadas por reformadores sociais americanos. É de salientar o atraso da nação americana, agarrada ao individualismo e ao investimento privado quando são requeridas ações coletivas. A influência deste movimento na América serviu para aumentar o já existente interesse no planeamento para comunidades de baixa densidade residencial.

Depois da conferência, em 1910, os reformistas da habitação e os projetistas urbanos separam-se em sentido profissional, e criaram a sua própria organização, mas mesmo assim os seus interesses eram sobrepostos. Para os projetistas americanos a primeira regra é a preparação da compreensão dos planos de cidade, eles consideraram de forma dramática esta nova luz. Praticamente as preocupações eram atribuir prioridade sobre os temas do estético e do belo. “City Beautiful”, a abordagem ostensiva, cedeu em relação a “City Efficient”.

Gustav Stickley (1858-1942) começou a “*The Craftsman*”, em 1901, uma revista para promover a sua visão americana da filosofia Arts and Crafts de William Morris, já anteriormente mencionado. Para Stickley, o movimento de Howard representa o potencial para atrair as comunidades ao design abrangente em termos de saúde e de toda a vida social em contraste com o layout casual e habitação de má qualidade por ordinárias especulações de subdivisão e da construção.<sup>26</sup>

A diferença na filosofia e nos interesses não separa projetistas e reformadores mas sim semeiam a discórdia entre estes últimos. Se os mais velhos colaboravam facilmente com os projetistas e compartilhavam a sua posição conservadora, já os

<sup>26</sup> BUDER, Stanley, *Visionaries & Planners, The Garden City Movement and the Modern Community*, Oxford University Press, 1990, pág. 162

reformadores mais novos insatisfeitos olham para o movimento da cidade jardim e outros praticados na Europa procurando os programas mais radicais.

A Primeira Grande Guerra encorajou a entrada temporária do governo federal americano no sector da habitação. Para providenciar essa emergência de abrigo para os trabalhadores e para as suas famílias, as agências governamentais construíram seis mil unidades de habitação. Em 1920, uma pequena coligação utiliza as ideias do movimento da cidade jardim para formar um pequeno mas vital movimento, o Regional Planning Association of America<sup>27</sup>, que vai permitir continuar a desenvolver este sector e a tentar resolver os problemas habitacionais gerados nas cidades.

### 1.3 Outros modelos urbanos

Noutros países europeus como a França, na primeira metade do século XX, ocorrem intensas modificações a nível urbanístico nas cidades. Estas são motivadas pela constituição, em 1913, da Société Française des Urbanistes (SFU), que vem modificar a lei dos assentamentos humanos no território, o que constitui a Carta do Urbanismo, obrigando todas as cidades com mais de dez mil habitantes a ter um plano. São estes planos que vão divulgar o pensamento dos urbanistas franceses, ou seja, a maneira como estes transformam e dão forma as cidades, desde a habitação até ao sentido estético do ordenamento do território.<sup>28</sup>

Esta urbanística era pautada por muitos temas dentro dos quais destaco dois importantes para a leitura do Bairro da Encarnação, o caso de estudo, que são a estética barroca no design dos espaços públicos e, no design das alturas, o jogo que se cria em termos de paisagem.

<sup>27</sup> Idem, pág. 165

<sup>28</sup> Com base: LAMAS, José Maria Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pág. 259

Tomamos como exemplo o estudo de Major Pierre L'Enfant (1754-1825) no desenho da nova capital Federal (fig.10) que lhe é atribuído pelo Presidente dos Estados Unidos da América, em 1791. Através do seu pensamento demonstrou a importância dos estudos da topografia para o desenho da cidade. No lugar da nova implantação procurou os melhores caminhos para estabelecer novas vias de comunicação, a fonte de água, a direção dos ventos, entre outros factores. Quanto aos edifícios públicos destaca a importância da sua hierarquia dispondo-os numa fila urbana, onde o mais importante é o Capitólio.<sup>29</sup> Quanto aos restantes espaços públicos são só por si pragmáticos, existindo quinze praças representativas dos quinze Estados da União, cada uma com um monumento destinto ao centro. O planeamento está dividido em zonas comerciais, administrativas, recreativas.

L'Enfant descreve o seu método de trabalho, iniciado no plano: determinou os pontos principais e subordinou outros em relação a esses pontos, a distribuição das vias foi feita de forma regular com ângulos certos, as avenidas planeadas com árvores foram traçadas de modo a ligar os lugares mais importantes na cidade, promovendo desta maneira a ligação rápida encurtando as distâncias.

A estética francesa do espaço urbano fixa-se em pontos fulcrais de toda a cidade, que suportam as relações com o relevo do terreno, criando vistas. Os espaços públicos são marcados com monumentos, criando um efeito dramático do lugar. Estas zonas monumentais são rodeadas pela zona industrial e a vida local.<sup>30</sup>

Quanto ao segundo ponto em destaque, a criação formal e a manipulação das alturas é feita segundo a ordem da localização dos edifícios públicos dignificando assim o centro, sendo este o objectivo principal na experiência urbana da Grand Manner. Para se destacar uns pontos em relação a outros, trabalhando com o relevo do terreno e atribuindo ainda



10. Estudo de Major Pierre L'Enfant para Washington, de 1791

<sup>29</sup> KOSTOF, Spiro, *Thee City Shape, Urban Patterns and Meanings Through History*, Original drawings by Richard Tobias, Thames & Hudson, first edition 1999, 2009, pág. 209

<sup>30</sup> Idem, pág. 211

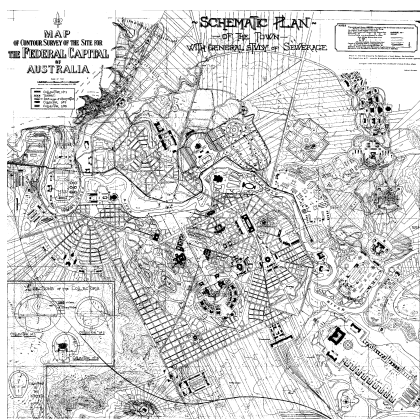
a alguns edifícios um carácter monumental recorre-se a três tipos de meios, as plataformas, as escadas ou as rampas. Aqui destaco as rampas, às quais vou recorrer no capítulo 3 da presente dissertação. As rampas possibilitam o acesso de qualquer veículo, incluindo claro a deslocação das pessoas.<sup>31</sup>

A urbanística francesa teve assim um papel importante no debate teórico, na realização de planos e na divulgação internacional. Os seus urbanistas trabalharam na estruturação e reorganização de cidades por todo o mundo, conferindo-lhes um carácter de homogeneidade cultural, técnica e distributiva. Como é exemplo, em Portugal trabalharam os arquitetos-urbanistas Donat-Alfred Agache (1875-1959) e Étienne de Gröer (1882-?), em planos como o de Lisboa, da Costa do Sol, Coimbra, Évora, Almada, Carcavelos, entre outros.<sup>32</sup>

Através destes urbanistas são importados para o país novos conceitos urbanos, sob influência do movimento Cidade Jardim, como o “zoning”. Este consiste numa organização pragmática do território, isto é, organiza a cidade de forma a separar e hierarquizar as áreas habitacionais e industriais. O zoning surgiu inicialmente em 1890, como proposta urbanística do arquiteto alemão Reinhard Baumeister (1833-1917), em Berlim.<sup>33</sup>

Um exemplo desta abordagem eclética manifesta-se na proposta apresentada a concurso para a cidade de Camberra (fig.11), onde Donat-Alfred Agache ganha o terceiro lugar, em 1912, desenho com influência do movimento Beaux-Art e com diagramas que tem por base o modelo da cidade jardim.

Neste projecto-estudo para o concurso da capital federal Australiana<sup>34</sup>, o autor inspirado em várias opiniões expressas



11. Proposta a concurso para a cidade de Camberra, Agache, de 1912

<sup>31</sup> Idem, pág. 229

<sup>32</sup> LAMAS, José Maria Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pág. 264

<sup>33</sup> Com base: CARVALHO, Ricardo, *A cidade social : impasse, desenvolvimento, fragmento*; pref. Ana Tostões ; posf. João Belo Rodeia, Tinta da China, 2016, pág. 78

<sup>34</sup> Toda a descrição do projeto de Agache aqui mencionada é feita com base: *SUGGESTED PLAN FOR A FEDERAL CAPITAL FOR THE COMMONWEALTH OF AUSTRALIA*, AGACHE, Alfred, *Typescript*, Australian Archives, Series A762 in <http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/agache.htm>, consultado a 11/09/2017.

nos recentes congressos de urbanismo dos quais fez parte, procurou solucionar todos os parâmetros, que parecem ser exigidos e admitidos na medida em que está em causa a higiene da cidade. Tudo isto, sem esquecer o factor de utilidade para a população e a estética do lugar, a arquitetura.

A proposta tinha em atenção o relevo escolhido destacando as colinas e assinalado o risco de inundação nas margens do rio.

O princípio seguido pelo projetista na composição geral do plano tem em atenção a divisão em quartéis, tendo cada um as suas características peculiares de acordo com a classe de ocupação de seus habitantes. Em cada um desses bairros projectou os equipamentos necessários à vida social, em prol da comunidade, como: igrejas, escolas, mercados, jardins, teatro, museus, bibliotecas, etc.

Como ponto chave do projeto destaca o centro político, que é verdadeira razão pela qual se levou o plano a concurso. Estruturou esta zona como uma Acrópole, uma área onde se localizam os diferentes edifícios que constituem e simbolizam a ação política do governo. Os elementos que a constituíam eram: as duas câmaras, os oito departamentos ministeriais, a Residência do Primeiro Ministro e a do Governador-Geral.

A zona administrativa está directamente ligada à área Política através de vias sinuosas. Esta foi tratada do ponto de vista do estilo, onde se encontra o Tribunal de Justiça, a Casa do Estado, etc.. Um pouco mais longe, em direção ao Leste, a meio caminho entre este ponto e a estação ferroviária, localiza-se a Câmara Municipal com seu campanário.

Na zona comercial destaca-se a Estação Ferroviária, com os Escritórios de Correios, Telégrafos e Telefone. E em torno da Estação localizam-se as principais lojas de produtos e salas centrais, entre outros serviços.

Perto da Estação Ferroviária, num agrupamento projectado em seu torno, são dispostos os diferentes bancos, em blocos com escritórios em todos os edifícios.

Agache projeta o bairro industrial, situado entre o rio e o morro de Kurrajong, próximo de um parque que se estende na direção de leste a oeste, seguindo o modelo da cidade jardim,

e os princípios enumerados por Howard. Nesta zona localizavam-se as fábricas, o que provocava muita poluição. Para combater isto, o arquiteto estabelece espaços livres onde localizou jardins, onde se poderiam fazer atividades de recreio para a população.

O projetista desenvolveu um polo Universitário, como uma University Garden City, também ela influenciada pelo modelo com o mesmo nome, que aproveita o relevo do terreno em colina para dispor grandes jardins e passeios para usufruto dos professores e alunos.

Quanto à zona habitacional, localiza-a na margem direita do rio, em oposição a todas as outras áreas já mencionadas. Os bairros industriais de habitação para operários, por razões de conveniência, estavam situados perto das fábricas e os bairros habitacionais para todas as classes sociais localizam-se a Norte.

O arquiteto ao longo de toda a cidade desenvolve muitos espaços livres, tirando potencial do local pois grande parte da área a concurso era coberta de árvores e arbustos, foi obrigatório respeitar, dentro de limites compatíveis com um esquema bem definido, a Natureza. Além disso, no centro político os seus edifícios (Câmaras, Departamentos de Ministério, etc.) estão rodeados de arborização, o que proporcionou a que no centro da cidade houvesse um grande jardim público.

Ainda idealizou um Parque de Exposições, que seria um local de recreação pública composta de estruturas leves facilmente capazes de serem removidas, caso fosse necessário, e um centro desportivo para benefício de toda a comunidade, incluindo os alunos universitários.

Como se pode concluir Agache projeta uma cidade tendo em conta o princípio de zoning, com um traçado regido pelo método da escola francesa, mas tem também em consideração princípios enunciados por Howard no seu modelo ideal de cidade, quando traz para a cidade a natureza, o campo.

Agache também elabora o Plano do Rio de Janeiro (fig.12). Em 1928, é-lhe encomendada pelo prefeito a elaboração de um



12. Plano do Rio de Janeiro, de Agache, em 1928

plano de urbanização ou remodelação da capital. Este é aprovado em 1932. A partir deste projeto lança um livro em 1930, intitulado “*Cidade do Rio de Janeiro*”.<sup>35</sup>

O arquiteto estrutura a cidade através do zoning e do plano-director. Ainda define a densidade populacional, e os tipos de habitação predominantes em cada bairro, de modo a fixar a sua forma final. Essa formulação das ruas, dos bairros e posteriormente da cidade, é desenhada sob a conjugação da morfologia urbana com a tipologia habitacional. Embora influenciado pelo modelo da cidade jardim contraria um dos seus princípios, recusando o desenvolvimento da cidade em anéis, e opta por estabelecer um crescimento em estrela, o que lhe permitiu gerar espaços livres no interior da malha urbana.

Assim, a cidade é composta de um jogo de cheios e vazios, que é definidor da alternância de zonas construídas, como os quarteirões, em contraste com os espaços públicos, como as praças. Todos estes parâmetros estabelecem limites, que definem distâncias do centro aos vários bairros.

Os bairros são, para Agache, “unidades de vizinhança”.

Segundo o urbanista isto significa que “a unidade de vizinhança ultrapassa a noção de bairro e define-se como associação de famílias ou indivíduos criada por ligações de vizinhança, sem as quais não é possível subtrair as relações económicas, como a troca de produtos, a prestação de trabalho e de serviços, as relações indispensáveis em certas circunstâncias tristes ou alegres da vida, ou por servidões, que são obrigatórias em vista do bem comum.”<sup>36</sup>

Estes bairros são dispostos em continuidade, como na cidade tradicional, mas ao contrário do modelo da cidade-jardim, não existe uma zona verde, como a “Grand Avenue” a separar as várias funções e formas. No centro da cidade estão implantados edifícios tipo “torre” com funções de escritório e comércio, o que mostra a necessidade do autor de pensar no

<sup>35</sup> Com base: LAMAS, José Maria Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pág. 273

<sup>36</sup> Frase de Agache (in): Idem, pág. 278



volume dos edifícios no conjunto urbano. Em paralelo, faz uso das ferramentas de influência francesa: avenidas, boulevards, praças e traçados geométricos.

Em suma, o arquiteto-urbanista, quando pensa a cidade, faz uso de uma metodologia morfológica e rege o lugar urbano, segundo funções e volumes, para ter uma composição estética equilibrada. Os principais elementos a que recorre são os da cidade tradicional. E acima de tudo conjuga no mesmo processo o plano e o projeto, pensa a cidade como um todo, não só como urbanista, mas em conjunto com a arquitetura.

Toda esta forma de pensar, desenhar e projetar de Agache, e de outros arquitetos urbanistas da escola francesa como Étienne de Gröer, que vieram para Portugal a pedido de Duarte Pacheco<sup>37</sup>, mostram as ideias que muitos arquitetos portugueses vão utilizar nos seus projetos de novos meios urbanos na época do Estado Novo.

<sup>37</sup> Figura com um papel importante no urbanismo em Portugal, na época do Estado Novo. Tema que vai ser desenvolvido no capítulo (II) seguinte.



## **2. Perspectiva urbana: A Habitação Social em Portugal (1933-1969)**



Neste capítulo pretende-se fazer um enquadramento da habitação social em Portugal, analisando as suas influências, as suas motivações e os programas que lhe deram origem. Para isto, importa salientar a importância que a urbanística e o desenvolvimento de novos planos para as cidades tiveram na mudança de pensamento dos políticos que governaram o país desde a Primeira República até ao regime de Salazar, denominado de Estado Novo.

A habitação é estudada na procura do contexto em que foi sendo debatida, trabalhada e construída por urbanistas, arquitetos, políticos, sociólogos e economistas, na tentativa de responder aos problemas que a industrialização provocou nesta época, e o intuito de uma melhor compreensão do Programa das Casas Económicas.

## **2.1 As políticas sociais de habitação no Estado Novo**

### **2.1.1 A habitação nos finais do século XIX, contexto**

O século XIX foi um período marcado pelo início da industrialização, que levou ao deslocamento da população dos meios rurais em direção aos novos centros operários na procura de melhores condições de vida e de emprego. Em consequência disso estas cidades ficam marcadas pelos riscos gerados pelas condições habitacionais e da falta de higiene que possuíam (falta de saneamento, canalização de águas, recolha de lixos, etc.)<sup>38</sup>, e originaram a procura de novas soluções para melhorar as condições de vida.

Como já foi referido no capítulo anterior, o urbanismo europeu foi tomando medidas legislativas para que se fosse tentando resolver os problemas da higiene a nível urbano. Em Portugal, os urbanistas começam a interpretar este tipo de problemas,

<sup>38</sup> MATOS, Fátima Loureiro, *Da Implantação da República à Primeira Guerra: as primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias* in A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2015, pág. 369

com uma nova visão do desenho viário de infraestruturas e de novas construções.

Com este rápido fluxo de pessoas deu-se um crescimento urbano acelerado, o que provocou um grave problema ao nível da habitação nas cidades. Estas não estavam capacitadas, nem preparadas para albergar um número tão elevado de habitantes num curto período de tempo. Isto levou a que nos grandes núcleos industriais do país, Lisboa e Porto, surgissem novos tipos de habitação operária. No Porto começaram a aparecer “as ilhas” (fig.13), um conjunto de pequenas casas perfiladas, de um único piso, construídas nos quintais das habitações burguesas. Por sua vez, em Lisboa surgiram “os pátios” (fig.14), ou seja, uma habitação de dimensão reduzida construída em torno de um espaço livre comum, situavam-se no interior de um quarteirão.<sup>39</sup> Estes tipos de alojamento trouxeram mais problemas à cidade industrial, do que os que tentaram colmatar, piorando ainda mais as condições habitacionais.

No final do século XIX, surgem no Parlamento vários projectos de lei numa tentativa de encontrar uma nova solução para todos os problemas de habitação, que foram todos rejeitados.

Já sob o poder Republicano deram-se as primeiras intervenções públicas neste mesmo sector, na continuidade de tentativas de resolução. As leis que se estabeleceram abrangem as condições de arrendamento habitacional para beneficiar os interesses dos inquilinos. Quanto à construção de novas habitações os incentivos eram poucos quando comparados com o que se fazia no estrangeiro, como é o caso de Londres<sup>40</sup> (descrito no capítulo 1).

Desta forma foram aprovados novos decretos-lei, dos quais destaco o decreto nº 4137 de 25 de Abril de 1918, que legisla a



13. Perspectiva de uma “ilha” no Porto



14. Vista do “pátio” do Biaggi, às Amoreiras (anterior a 1930), em Lisboa

<sup>39</sup> Com base: MATOS, Fátima Loureiro, *Da Implantação da República à Primeira Guerra: as primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias* in *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2015, pág. 369

<sup>40</sup> Com base: Idem, pág. 370



15. Vista do Bairro Arco do Cego em Lisboa, de 1918

participação do Estado na habitação, o que levou em Lisboa à construção dos bairros do Arco do Cego e da Ajuda.

Tomando como exemplo o Bairro do Arco do Cego (fig.15), para se perceber o processo de construção na época, este foi dividido em três fases. Uma primeira iniciada em 1919 durou até 1926, sendo que durante esta fase o bairro pertencia ao Estado, numa segunda fase a administração do bairro passou para a responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa (CML), desde 1926 a 1932, e posteriormente, até 1935 data de conclusão, voltou a ficar a cargo do Estado<sup>41</sup>. Tanto este bairro como o da Ajuda passam por fases de gerência muito semelhantes ficando apenas concluídos no período do Estado Novo.

### 2.1.2 Início do século XX, os primeiros anos do Estado Novo

Após 1910, os republicanos dedicaram-se à causa da habitação operária através de medidas legislativas que serviram para tentar regular a produção habitacional em Portugal.

*“No caso da cidade de Lisboa, concretamente, somos à partida levados a pensar que uma situação de crescimento demográfico excepcional no contexto nacional, ao longo de uma metade do século XX (grosseiramente dos anos 20 a 70), associada a uma capacidade invulgar de intervenção estatal no âmbito do regime político autoritário e numa época de isolamento internacional (anos 30 e 40) vão permitir que se efective nesta cidade, durante várias décadas, uma política de habitação social de consequências ainda hoje bem visíveis na capital portuguesa.”<sup>42</sup>*

Em 1933, o Estado Novo lançou a implementação das suas bases, como: O Estatuto do Trabalho Nacional, a Lei do Condicionamento Industrial, os diplomas legais da nova política

<sup>41</sup> Idem, pág. 378

<sup>42</sup> BAPTISTA, Luís V., Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa, pref. David Justino (1999), posf. Vítor Matias Ferreira, Celta Editora, 2001, pág.27

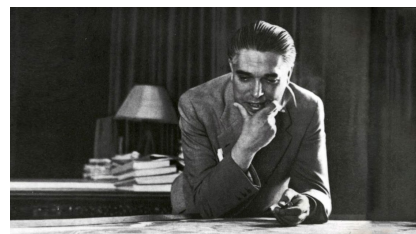
urbana (obras públicas), a Constituição Política, e a Lei da Reconstituição Económica. Posto isto, é estabelecida a colaboração técnica e financeira do próprio Estado com as autarquias locais. Isto refletiu-se num surto de construção, não só ao nível da habitação, mas de obras como: estradas, portos, caminhos de ferro, e aeroportos, que tornou clara a nova política urbana.<sup>43</sup>

Esta política, alinhavada pelo Ministério das Obras Publicas e Comunicações (MOPC), sob a alçada de Duarte Pacheco<sup>44</sup> (1900-1943) (fig.16) assentava sobre três factores: eliminação do monopólio privado no solo urbano; subsídios pelo trabalho; e implementação de grandes empreendimentos de obras públicas.<sup>45</sup>

É através deste Ministro, que o urbanismo se afirma no país “como uma prática social generalizada (...) inserida num contexto de um movimento de consolidação do regime político então vigente, transformando os aglomerados e criando uma imagem urbana que o próprio regime se identifica.”<sup>46</sup>

Em 1932, iniciaram-se os trabalhos por parte do MOPC para a estruturação do futuro Plano Director da cidade, com a elaboração de um relatório sobre as necessidades de Lisboa, a nível urbano. Para isto foi criada uma Comissão de Urbanização, que tinha como objetivo desenvolver uma política global que definisse o crescimento regrado da cidade.

No ano de 1934 foi promulgado um decreto-lei para regular a elaboração e a aprovação de planos camarários, por intervenção do arquitecto-urbanista Alfred Agache<sup>47</sup>, que veio a Portugal a pedido do Ministro Duarte Pacheco. O projeto



16. Fotografia a de Duarte Pacheco, o Ministro

<sup>43</sup> SILVA, Carlos Nunes, *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Livros Horizonte, Lda., 1994, pág.12

<sup>44</sup> Duarte Pacheco era o Ministro das Obras Públicas.

<sup>45</sup> SILVA, Carlos Nunes, *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Livros Horizonte, Lda., 1994, pág.12

<sup>46</sup> LÔBO, Margarida Sousa, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura, 1995, pág. 13

<sup>47</sup> Alfred Agache vem do Rio de Janeiro para Portugal, para intervir no Plano de Urbanização da Costa Sol.



urbanístico passou assim a ser uma intervenção extensiva dos poderes públicos, tanto a nível do solo como da promoção da habitação, o que se verificou em Lisboa, no período em que o Ministro foi Presidente da Câmara.

Agache, figura mencionada no capítulo anterior, que estudou na escola francesa, onde aprendeu e desenvolveu a sua arte, foi chamado ao país para projetar uma estrada marginal, desde Lisboa a Cascais, pois com a chegada do automóvel era importante reestruturar a zona ribeirinha para se poder usufruir das suas potencialidades. Mas para isso foi fundamental repensar a área em estudo e a articulação com a zona central da capital, para ligar os dois pontos de forma prática e funcional.<sup>48</sup>

O arquiteto-urbanista francês equaciona, neste projeto, a organização de toda esta zona territorial, em conjunto com a cidade de Lisboa, não só a nível de planeamento como também *“trata exhaustivamente de todos os aspectos regulamentares e de constituição da estrutura administrativa para gestão do plano.”*<sup>49</sup>

Tudo isto levou à criação de um Gabinete Central de Urbanismo na Câmara para a implementação do plano. Esta secção era composta por três serviços. O primeiro o serviço de estudos técnicos, o que englobava a atualização do plano director, a elaboração de estudos de pormenor, e a fiscalização e controle de obras. O segundo era o de Estudos Financeiros, responsável pela supervisão das expropriações e realização de novas infraestruturas. Por fim o Serviço de Informação estabelecia a coordenação com outros serviços, com o público e a atualização da informação.<sup>50</sup>

Através deste gabinete, o urbanista elabora alguns estudos de pormenor para a remodelação de alguns pontos críticos na

<sup>48</sup> Com base: LÔBO, Margarida Sousa, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura, 1995, pág. 54

<sup>49</sup> Idem, pág. 59

<sup>50</sup> Com base: Ibid

capital. É exemplo o problema de circulação entre a Baixa e o Corpo Santo, ao qual apresentou como solução a criação de uma passagem junto à margem do rio Tejo entre a Praça do Comércio e Praça Duque Teixeira.<sup>51</sup> Tal como este, vários outros estudos foram feitos e aprovados para construção como o Plano de Remodelação de Caxias (fig.17) .

Entretanto ainda não estavam terminados os desenhos da planta da cidade, pelo que não existia nenhuma planta atualizada à data.

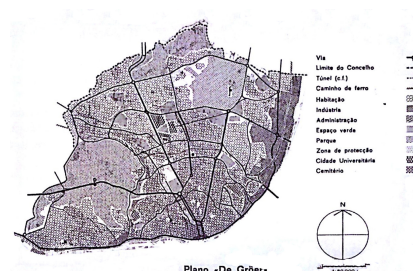
Em Janeiro de 1938, Duarte Pacheco assumiu funções na Câmara Municipal que acumulou com o cargo de Ministro. Enquanto Presidente apostou na realização de projetos existentes, conseguindo canalizar para a Câmara Municipal de Lisboa verbas por transferência orçamental do Governo para a realização de algumas obras. Durante este período foi anunciada também uma nova política em termos urbanísticos, aliada a uma nova política de solos, ou seja, esta permitia às Câmaras Municipais adquirir previamente terrenos para realizar as suas obras. Ainda no mesmo ano, é contratado, pela CML, o arquitecto-urbanista Étienne de Gröer (1882-?) para ocupar o cargo de urbanista-conselheiro técnico da câmara.

Em 1938, de Gröer chega a Portugal, após um período de pausa, durante dois anos, já que depois de Agache deixar o seu cargo em 1936 ninguém o tinha assumido.<sup>52</sup> Neste cargo traçou as grandes linhas de desenvolvimento da cidade, e redigiu um programa a partir de um estudo analítico que serviria de base à definição do Plano Director.

O “Plano de Gröer” (fig.18) retrata as condições futuras para o desenvolvimento da cidade de Lisboa, através de propostas sectoriais, por isso foi considerado como o Plano Director da época. Nele vem frisado a importância utilizada das várias alterações físicas associadas ao carácter social.



17. Plano de Remodelação de Caxias, 1936



18. Plano de “Gröer”, de 1948

<sup>51</sup> Com base: Com base: LÔBO, Margarida Sousa, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura, 1995, pág. 61

<sup>52</sup> Com base: Idem, pág. 87

No plano é clara a influência da escola francesa, como se pode comprovar pelo uso de uma linguagem antropomórfica, expressa na eficiência e funcionalidade do projeto, e pela utilização do corpo humano como medida base para melhorar a identificação dos desvios face à eficiência e ao seu funcionamento. Tal como se explicou no capítulo anterior, a urbanística francesa tinha como objetivo reestruturar as cidades e recuperar a racionalidade orgânica das mesmas.

A metodologia utilizada pelo urbanista expressa novos conceitos para a cidade, e sobrepõe-se à urbanística pré-existente. Como primeiro conceito o urbanista estabelece o princípio da limitação do desenvolvimento urbano. Com isto evita que a cidade cresça por anexo de territórios vizinhos, desenhando uma “cintura rural de proteção” em torno do conjunto urbano.<sup>53</sup>

Outro conceito introduzido no plano foi a divisão da cidade em áreas com diferentes usos, segundo a função e a especialização, cada uma com uma legislação própria, ou seja, para isto foi estabelecido o “zoning” como unifuncional, levando à exclusão da habitação da zona central da cidade.<sup>54</sup>

Para minimizar o zoning estabeleceu a descentralização dos serviços e do comércio, remetendo-os para as áreas centrais dos bairros, como centros secundários, dando mais autonomia a estes pequenos aglomerados e evitando à população que neles habita a constante deslocação ao centro da cidade.

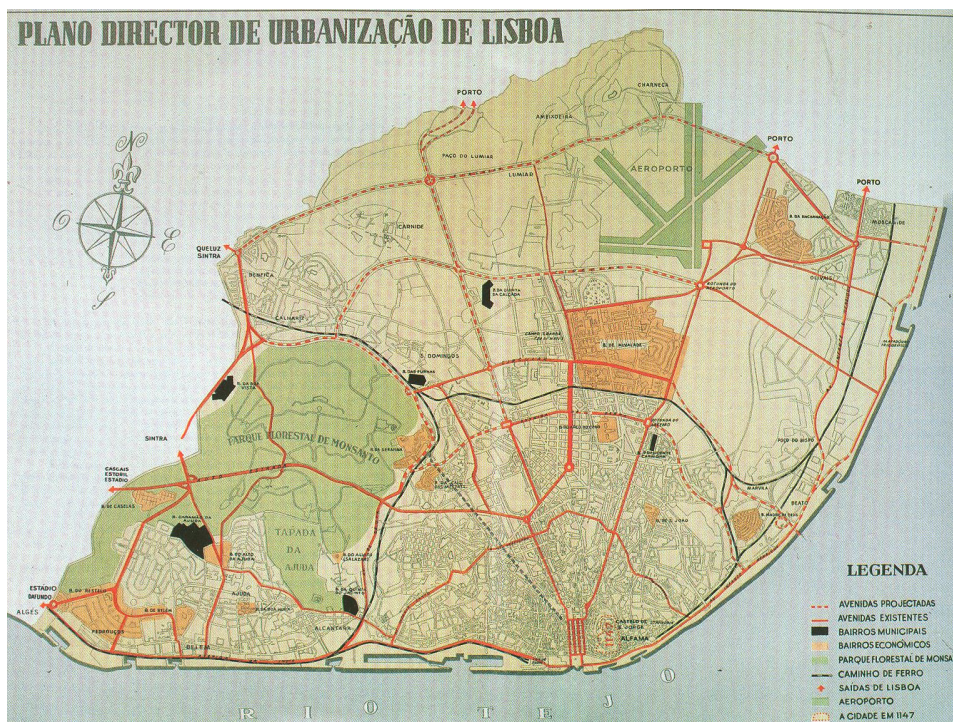
Este novo modelo de cidade que o plano propôs é de carácter central e a localização das diferentes actividades reforça ainda mais essa ideia. Ou seja, os núcleos com mais atractividade e mais funções estão situados no centro da cidade.

Quanto à habitação, o plano segmenta as áreas por nível de rendimento, tendo em atenção as diferentes classes da sociedade, tomando como exemplo os bairros operários, que aparecem sempre junto das áreas industriais. Isto afirma e representa a ideologia do regime em vigor na época, que defendia a hierarquização social.

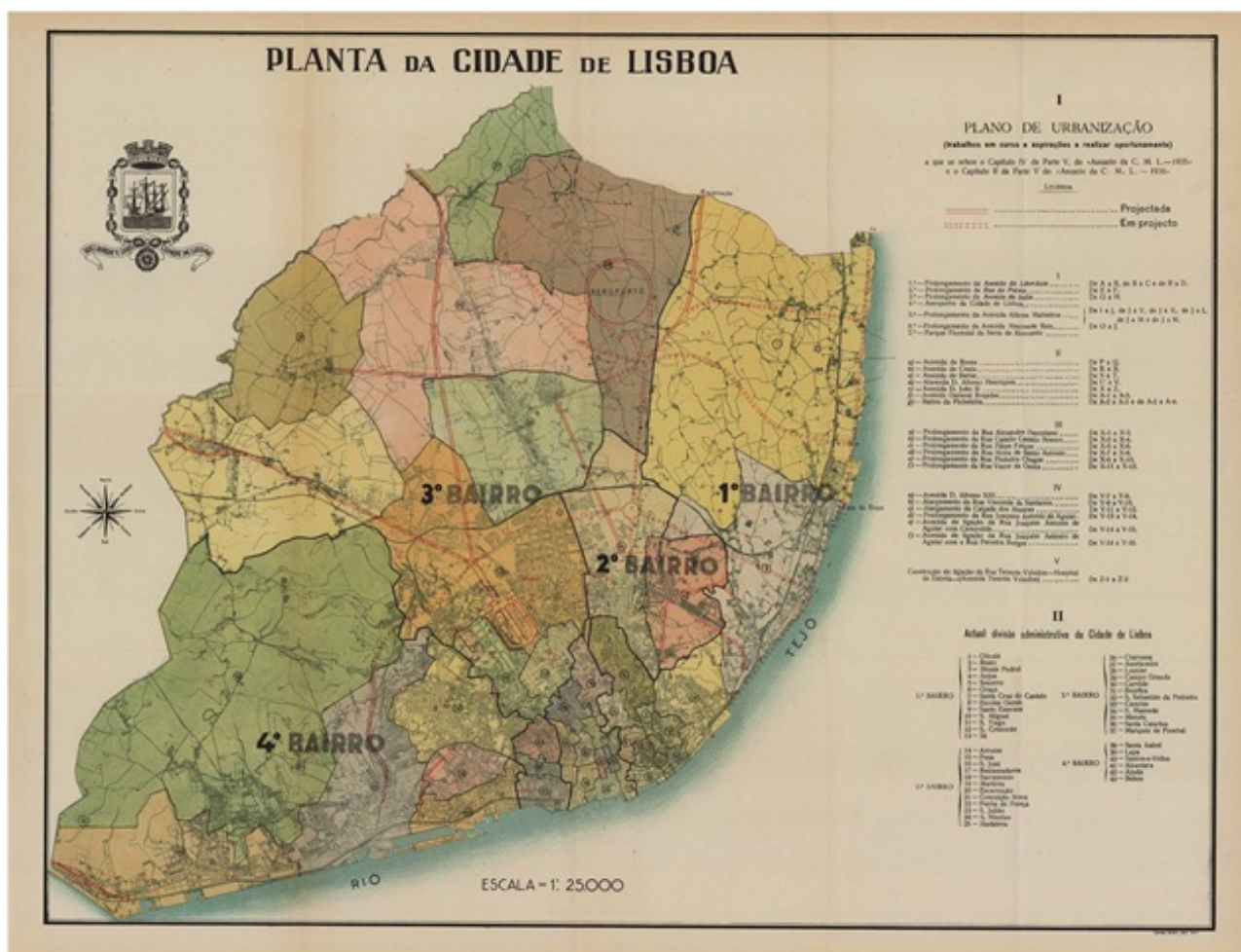
<sup>53</sup> Com base: Idem, pág. 93

<sup>54</sup> Com base: Ibid





19. Plano de “Gröer”, com identificação dos bairros económicos, de 1948



20. Plano de “Gröer”, Divisão por zonamento, de 1948

A rede de transportes proposta por Gröer foi tida como o esqueleto do seu plano. Esta aborda critérios de funcionalidade, como o arranjo e o surgimento de novas vias, e o prolongamento da Avenida da Liberdade. Deste modo, pretendia-se aumentar a eficiência da rede viária.

Importa ainda salientar que em matéria de política de solos, as principais influências do plano são de países como os Estados Unidos e a França, em coerência com a perspectiva da época, sendo países estudados pelo urbanista, o que se pode constatar através da sua forma de planejar e organizar a cidade.

Para o arquiteto a reformulação do “centro antigo assume uma importância comparável à das propostas relativas à expansão da cidade.”<sup>55</sup> Esta preocupação é derivada da falta de higiene e circulação que existe no centro histórico, por isso propõe uma reforma de vários pontos críticos na Baixa Pombalina, presente no seu plano director (fig.19 e 20).

Este estudo (PGUEL) tinha como foco diversos objetivos, como: “*a correção progressiva do velho erro que consistiu em construir e urbanizar a cidade em diretriz oposta ao Tejo,...*”; impedir que “*o desenvolvimento fosse feito à base de medidas provisórias destinadas a solucionar situações de emergência*”; e “*entregar à CML a exclusividade dos trabalhos de urbanização.*”<sup>56</sup>

A colaboração de Gröer com o Ministério foi importante, no sentido em que implicou o alargamento técnico da Câmara, o que reforçou a importância do planeamento municipal. Em 1943, a Direcção de Serviços de Urbanização e Obras (DSUO) considera concluído o estudo das grandes linhas do PGUEL, que continha as bases para elaboração de estudos de pormenor em paralelo com as necessidades de expansão da cidade.

<sup>55</sup> LÔBO, Margarida Sousa, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura, 1995, pág. 96

<sup>56</sup> SILVA, Carlos Nunes, *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Livros Horizonte, Lda., 1994, pág. 15

Ao mesmo tempo foram realizados estudos parcelares para bairros de casas económicas, por vários arquitetos, como Luís Cristino da Silva (1896-1976), Carlos Ramos (1897-1969) e Paulino Montez (1897-1988). Esta pode ser considerada como a primeira geração de arquitetos urbanistas modernos, que através dos seus planos de pormenor sublinharam novas tendências, importadas dos seus estudos no estrangeiro.<sup>57</sup>

Nesse mesmo ano, Duarte Pacheco morre, e o seu cargo ficou vago durante uns meses, com isto perdem-se valores como o critério de qualidade por ele exigido, e a capacidade de realização dos planos.<sup>58</sup> Contudo era preciso continuar a defender as necessidades da CML e do Estado de proceder a algumas reformas, como: a promoção da participação dos capitais privados; a renovação da organização e da gestão das empresas, modernizando os seus processos de trabalho e aumentando a sua produtividade; e o melhoramento da qualidade de vida no interior do país, reduzindo a atractividade de Lisboa.

Por esta altura o principal problema no que diz respeito à habitação era a expansão dos bairros de lata, que estava a ser difícil evitar por parte da Polícia Municipal.

Em 1948, o Orçamento Geral do Estado previa um condicionamento económico, que levou a CML a focar-se na conclusão das iniciativas em curso, ou seja, o programa das casas económicas.

O Plano Director da Cidade de Lisboa (fig.21) veio trazer uma transformação na Câmara Municipal, pela crítica da venda em hasta pública de terrenos que pertenciam ao município. Surgiu assim, uma fase de muita especulação.

Desta forma, o plano vem propor a venda de terrenos já urbanizados com condições para a habitação de renda limitada. Isto quer dizer que a aquisição e a urbanização do solo, em paralelo com a sua infraestruturação e a sua

<sup>57</sup> Com base: LÔBO, Margarida Sousa, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura, 1995, pág. 103

<sup>58</sup> Com base: Idem, pág. 35





21. Plano Director da Cidade de Lisboa, 1948

redistribuição eram da responsabilidade da Câmara. Tudo isto torna claro uma disparidade entre o que sugere o plano e o que foi aceite pelo município, tendo em conta que o Estado tinha definido essa medida em termos jurídicos, e que a CML teve de cumprir embora não concordasse, tal como vinha referido no Plano Geral Urbanístico de Lisboa<sup>59</sup>.

Neste ano, durante o primeiro congresso de arquitetura realizado em Portugal, intitulado, “1º Congresso Nacional de Arquitetura”, assiste-se a uma viragem, abordando-se essa questão do preço do solo, “A aquisição desses terrenos pressupõe a existência de disponibilidades financeiras a aplicar em escala e oportunidades apropriadas, como de disponibilidades financeiras depende a preparação dos terrenos urbanizados”<sup>60</sup>. Tendo como finalidade atingir esse objetivo a Câmara Municipal pediu ao Governo o consentimento de um empréstimo financeiro.

A CML depara-se, assim, com a dificuldade de adquirir novas propriedades solicitadas nos estudos urbanísticos através de acordos amigáveis com os proprietários. Assim, restavam ao município três alternativas: ou um plano aprovado pelo Governo para a zona da cidade pretendida; ou uma declaração de utilidade pública concedida pelo Governo; ou um acordo amigável com o proprietário do terreno. Uma outra dificuldade surge à Câmara, os contratos de arrendamento, porque na maior parte dos casos até se estabelecia acordo com o proprietário mas era impossível restringir o contrato de arrendamento, o que não permitia um acordo definitivo para a compra do terreno.

Para além da falta de meios financeiros pode juntar-se a falta de meios técnicos por parte da CML. Ainda assim, o departamento de Serviços e Expropriações continuou a

<sup>59</sup> O primeiro Plano Geral era regulador em termos administrativos e estabelecia uma estrutura espacial para o território municipal. Sobre os temas tratados, o plano não controlava a sua execução nem a sua implementação. (in) <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm> (consultado em: Setembro de 2017)

<sup>60</sup> *Conclusões e votos do congresso*, in 1º Congresso Nacional de Arquitetura Promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos com o patrocínio do Governo, Maio/Junho 1948



22. Plano Director de Urbanização de Lisboa de 1959



aquisição dos terrenos abrangidos nos estudos urbanísticos e dos terrenos cuja urbanização se previa para breve.

Na Memória Descritiva do Plano Diretor de Urbanização de Lisboa de 1959 (fig.22) faz-se referência à política de solos descrita no plano de 1948, sem fazer alterações marcantes às propostas do anterior.

## 2.2 O Programa das Casas Económicas em Lisboa

Em Portugal, a primeira tentativa de resolver o problema da habitação surge por volta de 1918, no período da Primeira República, através do lançamento de construção de novas habitações, que vieram originar vários debates. Uma discussão que já tinha sido iniciada em 1884, ainda o país era regido segundo a monarquia, quando uma proposta lei foi apresentada por Augusto Fuschini<sup>61</sup> (1843-1911) à câmara dos deputados. Esta tinha como objetivo promover a construção de casas para os pobres.



23. Bairro da Ajuda, em Lisboa de 1934

As primeiras casas só foram construídas em 1919, pelo primeiro governo através do programa de habitação criado pela Primeira República, pelo Decreto-Lei nº4137. Iniciaram-se assim a construção de três bairros, um deles é o Bairro da Ajuda (fig.23), cuja construção se estende até 1934.

### 2.2.1 Organização do Programa das Casas Económicas

Desde 1918, a promoção da habitação por parte do Governo esteve praticamente parada, em consequência das transformações políticas que ocorreram nesta fase, até ser aprovado o novo decreto-lei em Setembro de 1933, o decreto nº 23 052, que continha a regulamentação do novo Programa das Casas Económicas. Este constituiu a primeira grande

<sup>61</sup> SILVA, Sérgio Dias da, RAMOS, Rui Jorge Garcia, *"Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme"*, in Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia, Degoña Farré Tarras (ed.), *Southern Modernisms: from A to Z and back again*, Instituto de História da Arte, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2015, pág. 259

intervenção do Estado Novo no setor da habitação, desempenhando um papel activo como promotor da construção de habitação social. Uma nova “política de habitação”<sup>62</sup> que se encontra objectivada, a um momento, num certo número de instituições (regulamentos, organismos especializados, procedimentos de ajuda financeira, etc.), e que estabelece uma relação de força estrutural entre os diferentes agentes ou instituições.

Nestes novos núcleos urbanos que foram construídos ao abrigo desse programa, a sua unidade principal era “a casa isolada para uma só família”<sup>63</sup>. A construção dos bairros poderia ser feita por várias entidades, desde que fossem consideradas as condições pré-estabelecidas pelo decreto base.

*“O seu promotor era o próprio Governo, com o apoio a iniciativas de conselhos municipais ou instituições corporativas, e para cada grupo de casas o custo seria dividido em metade para o Governo e a outra metade para a respectiva Instituição. Os projetos foram elaborados pela Secção das Casas Económicas (SCE), esta secção de entidade nacional, pertencia à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), era encarregada dos edifícios e monumentos públicos. A gestão financeira ficou a cargo do Fundo das Casas Económicas (FCE), um fundo criado e administrado pelo banco público. As casas foram distribuídas pela Repartição das Casas Económicas (RCE), uma repartição do Instituto Nacional do Trabalho e da Providência (INTP), também este instituto foi criado em 1933 para regular as relações de trabalho. A Secção das Casas Económicas informava o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, por sua vez este tinha de aprovar todos os projetos, posto isto o FCE e o RCE relatavam ao*

<sup>62</sup> BAPTISTA, Luís V., *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, pref. David Justino (1999), posf. Vítor Matias Ferreira, Celta Editora, 2001, pág.17

<sup>63</sup> SILVA, Sérgio Dias da, RAMOS, Rui Jorge Garcia, *"Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme"*, in Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia, Degoña Farré Tarras (ed.), *Southern Modernisms: from A to Z and back again*, Instituto de História da Arte, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2015, pág. 259



24. Fotografia de Oliveira Salazar

*Subsecretário das Corporações e Previdência Social. É importante salientar que através desta organização, vários poderes nacionais como: o poder legislativo, administrativo, e económico, do gabinete de Salazar, incidiram sobre o desenvolvimento do Programa. O que poderia ser visto como um conjunto de responsabilidades sobrepostas era, de facto, uma hierarquia burocrática liderada por Oliveira Salazar”<sup>64</sup> (1889-1970) (fig.24).*

O Estado pretendia uma evolução progressiva da transferência de responsabilidades para os organismos corporativos, instituições de segurança social, entre outras. Esta transferência procedia-se em três fases: numa primeira o Estado teria o papel principal; numa segunda o Estado transferia parte dessas responsabilidades, como o financiamento, a distribuição e a gestão do património; e numa terceira, dava-se a transferência total das responsabilidades (esta nunca chegou a ser implementada).

Essas urbanizações, mais tarde, seriam zonas de implementação de agrupamentos das casas económicas, a sua escolha derivava de três condições: localização em pontos saudáveis e higiénicos; acesso fácil; proximidade do local de trabalho ou de meios de transporte económicos.<sup>65</sup>

Em 1934, o Ministério autorizou que a Câmara procedesse à delimitação e aquisição dos terrenos para uma fase inicial dos trabalhos de construção de conjuntos de casas económicas.

Tudo isto envolvia um processo de investimento que se processava da seguinte forma: a Câmara adquiria os terrenos, se não fossem seus nem do Estado, e urbanizava-os; o Estado participava com um determinado valor por m<sup>2</sup>; o decreto em vigor estipulava o valor com base no preço de aquisição e de urbanização do terreno, por moradia (classe e tipo); por cada moradia era estimado um coeficiente para o reembolso da “prestação mensal”; a construção das casas económicas era participada pelo Estado em 50%; a CML e o Estado eram

<sup>64</sup> Idem

<sup>65</sup> Política estabelecida pela CML com a Carris, para uma diminuição do custo dos transportes para os habitantes dos bairros de casas económicas.

reembolsados em prestações mensais pelo adquirente; a distribuição e gestão do património era feita pelo INTP.

A propaganda irá privilegiar os conjuntos habitacionais construídos de raiz, sem ligação de continuidade com tecidos urbanos pré-existentes.<sup>66</sup>

O programa de Casas Económicas no decreto inicial criou duas classes de casas, a classe A e a classe B, que se podiam distinguir pelas suas dimensões, pelos equipamentos e pelos acabamentos finais. Para cada classe existiam três tipos de acordo com o número de divisões da habitação, e com o tamanho tendo em conta o número de crianças por família. Numa primeira fase pode-se destacar em grande maioria a construção de casas da classe A, salvo algumas excepções onde existia classe B. Anos mais tarde são implementadas as classes C e D, para sectores mais abastados<sup>67</sup>.

Em primeira instância as casas económicas eram cedidas a membros do Sindicatos Nacionais e funcionários do Estado, civis e militares. Mais tarde, quando as Instituições de Previdência começaram a investir neste programa também os seus funcionários puderam passar a usufruir dele.

Deste modo, percebe-se que foi tido em conta o conceito de campo social<sup>68</sup>, este é relativo a um conjunto de interesses que se estruturam em torno de domínios da vida social. A política social em vigor pressupõe orientações definidoras, contraditórias quando comparadas ao campo em que se afirmam os objectivos desta estruturação.

O decreto lei nº 23 052 definiu que as casas eram distribuídas em regime de propriedade resolúvel, ou seja a casa era paga através da renda mensal. A Repartição das Casas Económicas ficou responsável por fixar as prestações mensais das moradias, com base no valores fixados no decreto-lei, as margens oscilavam até

<sup>66</sup> CARVALHO, Ricardo 2016. *A cidade social : impasse, desenvolvimento, fragmento*; pref. Ana Tostões ; posf. João Belo Rodeia, Tinta da China, pág. 122

<sup>67</sup> As duas novas classes C e D são implementadas pelo decreto-lei nº 33278, do ano de 1943, referidas no 6º artigo.

<sup>68</sup> BAPTISTA, Luís V., *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, pref. David Justino (1999), posf. Vítor Matias Ferreira, Celta Editora, 2001, pág.16

aos 10%. As condições estipuladas, no que diz respeito à aquisição e distribuição de casas, neste decreto-lei, (Capítulo III) foram sempre sujeitas a alterações.

A classe A era atribuída às famílias em que o rendimento do agregado familiar não excedesse os 20\$ por dia, e na classe B o rendimento não podia exceder 45\$ por dia. A renda das casas correspondia a um valor que oscilava entre 20 a 25% do rendimento familiar mensal. Assim, a prestação média mensal das moradias classe A era 100\$, enquanto que as de classe B correspondiam a um valor médio na ordem dos 180\$.

Importa salientar que a casa estava protegida ao abrigo da lei nº1920/18, ou seja, esta lei protegia os imóveis de serem usados como garantia para pagar potenciais dívidas. Desta forma, “a habitação deve ter como fim principal a defesa da família, - célula fundamental de toda a sociedade”<sup>69</sup>, princípio defendido por muitos arquitetos portugueses na altura, como se confirma no congresso de 1948.

No rascunho do decreto-lei nº 23 052 que veio publicado aparecia por escrito que nesta atribuição de casas o sector prioritário para o Estado eram as classes sociais mais pobres, no entanto o decreto final anulou essa cláusula e deixou de aparecer por escrito. Por causa disto e do elevado valor das rendas para a classe operária, as habitações passaram a ser destinadas a uma classe média alta, pois poderia comprometer-se com uma mensalidade mais alta.

O Estado Novo com o intuito de desenvolver um programa sólido para a resolução dos problemas da habitação desde que tomou posse procurou que os seus colaboradores se dedicassem a estudar o que se fazia no mesmo sector lá fora, visto que toda a Europa estava a ser afetada pela industrialização. Para tornar isso possível enviava arquitetos e engenheiros para analisar no local essas propostas. Como é

<sup>69</sup> VITAL, António Lobão, *A casa, o homem e a arquitetura*, in 1º Congresso Nacional de Arquitetura Promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos com o patrocínio do Governo, Maio/Junho 1948, pág. 200



25. Gare de Alcântara



26. Gare Marítima Conde d'Óbidos

exemplo a visita de Araújo Correia<sup>70</sup> (1894-1978) à Alemanha, à Áustria e à Hungria, em agosto de 1934, com a missão de estudar métodos em uso nesses países no campo da habitação. Quanto à Alemanha e à Áustria, países sob o domínio autoritário, dado que pouco tempo antes eram regidos pelos socialistas, os programas estudados foram resultado das políticas de habitação socialista com grandes investimentos por parte do governo. Outro exemplo destas viagens que vale destacar é o percurso feito por Pardal Monteiro (1897-1957) pela Espanha, França, Bélgica, Holanda e Itália para analisar os desenvolvimentos nos edifícios públicos, no design da estação marítima, com a finalidade de desenvolver os projetos para as estações de Alcântara (fig.25) e Conde d'Óbidos (fig. 26) em Lisboa. Em 1937, quando foi a Itália com Duarte Pacheco, o objectivo foi estudar os novos edifícios universitários em Roma.<sup>71</sup>

Importa realçar que ao desenvolver o programa, o estado português fez uma pesquisa pelos últimos progressos no que concerne à habitação, tendo em conta os debates que este tema provocou em toda a Europa na década anterior. Assim, a escolha da casa de uma só família, como elemento base do modelo, foi informada e tida como uma crença fundamental do regime.

<sup>70</sup> Araújo Correia era banqueiro de profissão. Como estudos tinha uma Licenciatura em Engenharia de Minas obtida na Imperial College of Science and Technology de Londres. Fez carreira como Membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (1929-1964). Quanto à política, ocupou o cargo de Ministro do Comércio e Comunicações no Governo de Vicente de Freitas, substituindo Bacela Bebião, sendo Salazar Ministro das Finanças, no ano de 1928.

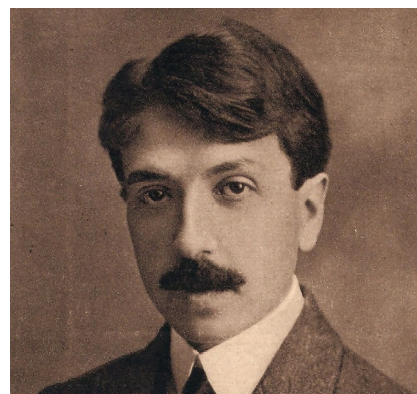
<sup>71</sup> Com base: SILVA, Sérgio Dias da, RAMOS, Rui Jorge Garcia, *"Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme"*, in Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia, Degoña Farré Tarras (ed.), *Southern Modernisms: from A to Z and back again*, Instituto de História da Arte, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2015, pág. 266 e 267

Em 1932, Duarte Pacheco convidou Porfírio Pardal Monteiro (fig.27) a desenvolver um tipo de casa para servir de modelo ao estado. Sobre este estudo, numa carta do projetista dirigida ao ministro, este afirma: “Fazer um tipo de casa susceptível de se tornar propriedade do locatário, quer dizer que ficaria para sempre no património da família, não é tão simples como parece, nem se pode encarar com ligeireza.”<sup>72</sup> Durante os dois anos seguintes houve desenvolvimentos sobre essa imagem.



27. Fotografia de Pardal Monteiro

No ano de 1934, o Ministro através da indicação de Jácome de Castro, chama Raul Lino (1878-1974) (fig.28) a criar uma imagem da casa para o programa, de forma que o projetista passou a ser considerado especialista em matéria da Casa Portuguesa.<sup>73</sup> Lino era visto como um intelectual, com estudo no exterior, formado na Alemanha, e seguidor do movimento Arts and Crafts<sup>74</sup>.



28. Fotografia de Raul Lino

Raul Lino desenvolveu uma casa com o objetivo de se poder ampliar tendo em atenção as necessidades das famílias. O modelo básico era uma casa única que incluía espaços mínimos para uma pequena família. A entrada principal era feita através de uma grande divisão para a família se reunir durante as refeições. A área foi conectada a um pequeno corredor que concedeu acesso a uma pequena cozinha, um

<sup>72</sup> PORFÍRIO, Pardal Monteiro, “*Carta a Duarte Pacheco sobre Casas Económicas*”, pág.2 in Monteiro, *Para o Projecto Global*, vol.2, 1932, pág. 28-30

<sup>73</sup> SILVA, Sérgio Dias da, RAMOS, Rui Jorge Garcia, “*Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo’s Affordable Houses Programme*”, in Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia, Degoña Farré Tarras (ed.), *Southern Modernisms: from A to Z and back again*, Instituto de História da Arte, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2015, pág. 267

<sup>74</sup> RAMOS, Rui Jorge Garcia, *Casa Portuguesa* in ROLLO, Fernanda, LEAL, Ernesto Castro, LOFF, Manuel, FONTES, Paulo, NETO, Vitor, CARVALHO, David Luna de, Helder Fonseca (Coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, edição da Assembleia da República, entregue 2011, pág.4



casa-de-banho e um quarto, podendo ter mais dois quartos caso fosse preciso.<sup>75</sup>

O modelo tem duas versões, o “tipo rural” e o “tipo cidade”, sendo que a grande diferença entre eles estava no tamanho da sala de estar, dado que era maior no “tipo rural”. Este modelo foi aplicado, com algumas variações, nos primeiros bairros, como um em Vila viçosa e um em Bragança.

Quanto à arquitetura exterior da habitação, a malha urbana provocava na arquitetura de Lino uma contenção dos volumes e uma imagem menos icónica. Assim, o arquitecto recorre aos arquétipos, como: o telhado inclinado, a pequena varanda e a pequena janela, para tornar clara a sua arquitetura.

Em 1943, o Governo anunciou a promoção de uma colaboração entre as Câmaras Municipais de Lisboa, do Porto, de Coimbra e de Almada, autorizando a construção de 4000 casas económicas, nas quais foram introduzidas novas condições pelo decreto-lei nº 35 602, que só foi fundado em 1946, as mudanças que este introduziu centram-se sobretudo no valor do preço das habitações.

Em Lisboa, das 4000 moradias foram construídas 2500, nas restantes cidades apenas 500 casas para cada uma. Destas 2500 foram distribuídas cerca de 55,2% do total de casas construídas até 1950.

Se destacarmos o caso de Lisboa face ao do Porto, verificamos que o custo da urbanização e da expropriação por moradia foi inferior em Lisboa. No que diz respeito à construção, os seus encargos tanto por classe como por tipo foram também eles superiores em Lisboa. No mesmo sentido o valor mensal da renda foi superior em Lisboa.

Ao longo dos anos surgem outros programas de habitação paralelos ao das Casas Económicas. E em 1972, o Programa passou a ser coordenado pelo Fundo de Fomento de Habitação (FFH).

<sup>75</sup> SILVA, Sérgio Dias da, RAMOS, Rui Jorge Garcia, *"Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme"*, in Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia, Degoña Farré Tarras (ed.), *Southern Modernisms: from A to Z and back again*, Instituto de História da Arte, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2015, pág. 267

### 2.2.2 Aplicação do Programa na cidade de Lisboa

A cidade de Lisboa ficou destabilizada pela Revolução Industrial que surgiu no final do século XIX, tal como aconteceu noutras capitais europeias.

Em consequência disto, surgem novos métodos de organizar os grandes núcleos urbanos, e com isto a necessidade de se criar novos modelos que vem introduzir novas ideias.

Em 1933, numa primeira fase de construção em Lisboa por encomenda da Câmara Municipal, surgem os seguintes bairros: Alto da Ajuda, Alto da Serafina, Arco do Cego, Alvito, Calçada dos Mestres, Caselas, Encarnação (caso de estudo), Madre Deus, e Terras do Forno.<sup>76</sup>

Tomando como exemplo, o Bairro do Alto da Ajuda (fig.29), 1ª fase, foi um dos primeiros bairros de casas económicas em Lisboa, sendo por isso de carácter experimental, em que só se implantaram casas da classe A.

O Bairro inicialmente era designado por Casas Económicas dos Telheiros da Ajuda, ficou terminado em 1940. O arquiteto do bairro traçou uma malha simétrica a partir do eixo, que é a avenida central, designada dos Marcos, com isto marca a diferença na época face aos restantes bairros.

A construção desta urbanização fica marcada pela topografia acidentada da zona em questão, o que elevou o custo da construção face aos restantes bairros da mesma altura.

Numa segunda fase de construção para ampliação do bairro, a qual teve início em 1939, aparecem as casas da classe B.

Pode afirmar-se que a categoria B era menos aplicada pois o valor da renda era bastante superior ao da classe A, o que se reflete no facto de até 1942, apenas representar 36% no conjunto habitacional dos bairros. Em relação à área de superfície média por moradia esta não variava muito entre as duas classes.



29. Bairro do Alto da Ajuda, Lisboa

<sup>76</sup> Todas as comparações estabelecidas a partir dos Bairros tem como base as tabelas presentes no segundo capítulo de: SILVA, Carlos Nunes, *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Livros Horizonte, Lda., 1994



30. Bairro Madre Deus, Lisboa



31. Bairro da Encarnação, Lisboa

Quanto ao custo das expropriações, que era considerado muito baixo, tem como excepção o caso do Bairro Madre Deus (fig. 30), onde o m<sup>2</sup> se traduz em 22,5% dos custos de construção.

Um bairro da autoria de Luís Benavente (1902- 1993), desenha o bairro em radial, isto é de forma circular, com um eixo central, uma avenida, e a partir desta desenvolve-se em simetria. Para marcar o ponto central do bairro, projeta um jardim publico com uma praça ao centro para as pessoas e para dar um ar de bairro jardim, tema que vem sendo mencionado ao longo da presente dissertação.

Neste bairro ao todo foram construídas 510 moradias unifamiliares, outro principio do modelo da cidade jardim a “casa isolada”.

No caso do Bairro da Encarnação (fig.31) um dos factores que variou foi o custo da urbanização, isto deve-se à sua topografia ser menos acidentada, o valor é de 9 569 por m<sup>2</sup>.

Ainda quando ao custo de expropriações e urbanização em relação ao custo de construção, a sua percentagem média no conjunto dos bairros é de 32%. A excepção à regra é o bairro em estudo (Encarnação) que tem um valor abaixo da média na ordem dos 17%, no seguimento do baixo custo da urbanização e do valor do solo.

Ainda sobre o bairro, importa deixar claro que foi pensado para uma classe média alta, ao contrário de outros bairros que foram pensados para uma classe mais baixa. No bairro podemos encontrar inquilinos de muitas áreas profissionais como as que aparecem referidas no quadro<sup>77</sup> que se segue, interessa ainda destacar que este é referente à caracterização sócio-profissional dos primeiros moradores do bairro.

<sup>77</sup> BAPTISTA, Luís V., *A cidade em reinvenção*, Crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação, Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa séc.XX, 1996, pág. 381

<b>Act. Profissionais</b>	<b>979*</b>
<b>Act. Marítimas</b>	24
<b>Construção Civil</b>	29
<b>Forças Armadas e Militares</b>	46
<b>Ope. Emp. Indústria</b>	147
<b>Transportes e Telecomunicações</b>	316
<b>Func. Ministério e Camarários</b>	107
<b>Comércio e Serviços</b>	101
<b>Act. Escritório e banca</b>	43
<b>Ofícios</b>	149
<b>Profissões Liberais</b>	17

\*Na 1ª fase são construídas 1130 casas, na 2ª fase 172, sendo o total de habitações era 1302, nesta tabela são analisadas 979.

Em suma, o Estado promoveu ao longo deste período uma iniciativa de habitação social da qual a CML tirou partido e usufruiu para a construção de novos conjuntos habitacionais. Uma habitação que beneficia da realização de um concurso legislativo e financeiro do Estado e que está destinada a receber o sector operário da comunidade.<sup>78</sup>

A cidade de Lisboa, como já referido, sofre um período marcado pelo problema da habitação para todos, devido ao aumento populacional, e quando a Câmara começou a aplicar o Programa das Casas em Económicas em prol da cidade e dos seus habitantes, deu-se um aumento da mancha territorial segundo o Plano Urbano que tinha vindo a ser desenvolvido até à data. Este plano tal como referido estava desenvolvido segundo um critério de zonamento, com a finalidade de se entender melhor a importância que este teve para o crescimento regado na capital, apresenta-se um quadro<sup>79</sup> elaborado por Luís Baptista, analisa a variação demográfica

<sup>78</sup> Com base: BAPTISTA, Luís V., *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, pref. David Justino (1999), posf. Vítor Matias Ferreira, Celta Editora, 2001, pág.18

<sup>79</sup> BAPTISTA, Luís V., *A cidade em reinvenção*, Crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação, Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa séc.XX, 1996, pág. 96

segundo o critério de zonamento administrativo, num período entre 1900 e 1960.

1900	351210
1911	431738
1920	484664
1930	591939
1940	694389
1950	783226
1960	802230

Tendo em conta esta observação, a capital neste curto período temporal aumentou para o dobro o número de habitantes, o que alertou novamente para o problema da habitação, e pôs a questão política habitacional de “moradias unifamiliares” novamente em destaque pois o “espaço livre” começava a ser escasso para um número tão elevado de habitantes.

A política que surgiu por parte do Estado, no campo do urbanismo, com o objetivo de unificar o território nacional, assentava numa estratégia geral de intervenção administrativa regida por dois eixos. O primeiro, o esforço de unificação da legislação e dos regulamentos regionais e locais que lhe dissessem respeito, seguindo iniciativas urbanísticas importantes desde o final do século XIX tinham ocorrido em países como Inglaterra, Alemanha, Áustria-Hungria, Holanda, França e Itália<sup>80</sup>. E o segundo eixo, a criação duma estratégia de habitação com evolução tanto no plano das condições da sua produção como no plano do seu uso social.

Apesar de em Portugal o poder ser autoritário, as experiências do Reino Unido e da França, que estavam sobre a alçada de um regime democrático, serviram como influência aos urbanistas portugueses da época. Como em tudo, também estes ideais trouxeram aspetos negativos, devido ao facto de não terem sido alvo de um estudo prévio.

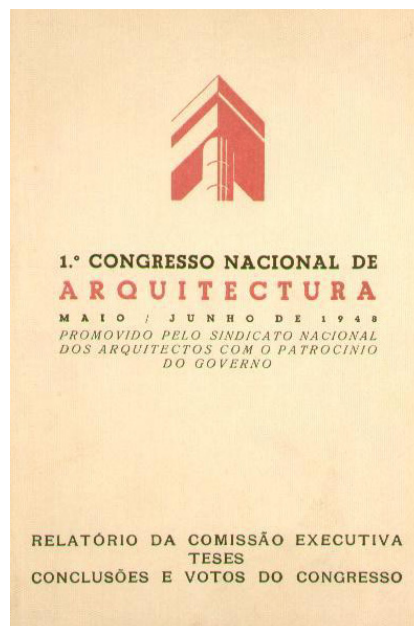
<sup>80</sup> BAPTISTA, Luís V., *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, pref. David Justino (1999), posf. Vítor Matias Ferreira, Celta Editora, 2001, pág.22

Toda esta questão centra-se no impacto progressivo do internacionalismo, influenciado pela cultura exterior na arquitetura nacional<sup>81</sup>.

Tal como são apresentadas, no “1º Congresso Nacional de Arquitetura” em 1948 (fig.32), as várias propostas derivam de modelos como: o das cidades operárias, o da cidade-jardim ou o dos subúrbios jardim.

Como se afirma: “Em vez dos grandes blocos de edifícios com muitos andares e muitas habitações, sistema adoptado em alguns países porque aí tinha cabimento, vantagem, optamos nós pela “casinha” isolada, para uma só família, com o seu quintal e o seu jardim”<sup>82</sup>. Todo esta ideologia de habitação vai ser alterada com o passar dos anos, tendo em conta que o contexto do país também vai sofrer alterações e por isso vai ter outras necessidades de resposta.

Por volta de 1950, a arquitetura portuguesa inicia uma fase de transição, que testemunhou novos entendimentos de identidade, nacionalidade e questões de propaganda, e tudo isto se refletia no campo da habitação. Desta forma, estabeleceu-se um novo enquadramento para a questão da habitação, tanto através da definição legal (mais do que política) de modelos de habitação, nomeadamente o número de andares que podem ser construídos como através da atenção dedicada às características espaciais da casa como tradução dos estilos de vida. Tanto o modelo de casa “tipo rural” como o “tipo cidade”, introduzidos pelo Programa de Casas Económicas, foram assegurados pelo regime em 1933, e foram mantidos até ao final da década de 30. A partir daí o problema da habitação foi sendo discutido, tomando em atenção as necessidades e dificuldades que foram surgindo nas cidades devido ao aumento da população. Como resposta surgiram novos tipos arquitetónicos, principalmente o bloco habitacional.



32. 1º Congresso Nacional de Arquitetura, 1948

<sup>81</sup> Com base: BAPTISTA, Luís V., *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, pref. David Justino (1999), posf. Vítor Matias Ferreira, Celta Editora, 2001, pág.22

<sup>82</sup> 1º Congresso Nacional de Arquitetura, Promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos com o patrocínio do Governo, Maio/Junho 1948

O que se traduziu num urbanismo subjacente à Carta de Atenas, cujos materiais urbanísticos são o sol, o espaço e a natureza.<sup>83</sup> Através desta é possível para estes urbanistas a relação entre a habitação, o trabalho, o desporto e o espírito. Estas bases irão ser aplicadas mais tarde em projetos urbanos como é o caso do Bairro de Alvalade, em Lisboa.<sup>84</sup>

<sup>83</sup> VITAL, António Lobão, *A casa, o homem e a arquitetura*, in *1º Congresso Nacional de Arquitetura* Promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos com o patrocínio do Governo, Maio/Junho 1948, pág. 201

<sup>84</sup> Idem, pág. 200





### **3. O bairro: Bairro da Encarnação (1940-1946)**



O Bairro da Encarnação foi desenhado e construído numa fase de expansão do Programa das Casas Económicas. O caso em estudo vem no seguimento da análise do programa de modo a tornar perceptível a obra tanto a nível urbano como a nível arquitectónico. Esta aproximação ao objeto de estudo é importante para se mostrar de que forma as “casas isoladas”, casas pequenas e geminadas para dar expressão ao bairro, que funcionavam em termos de conjunto urbano, e eram pensadas tendo em conta os diferentes tipos de famílias.

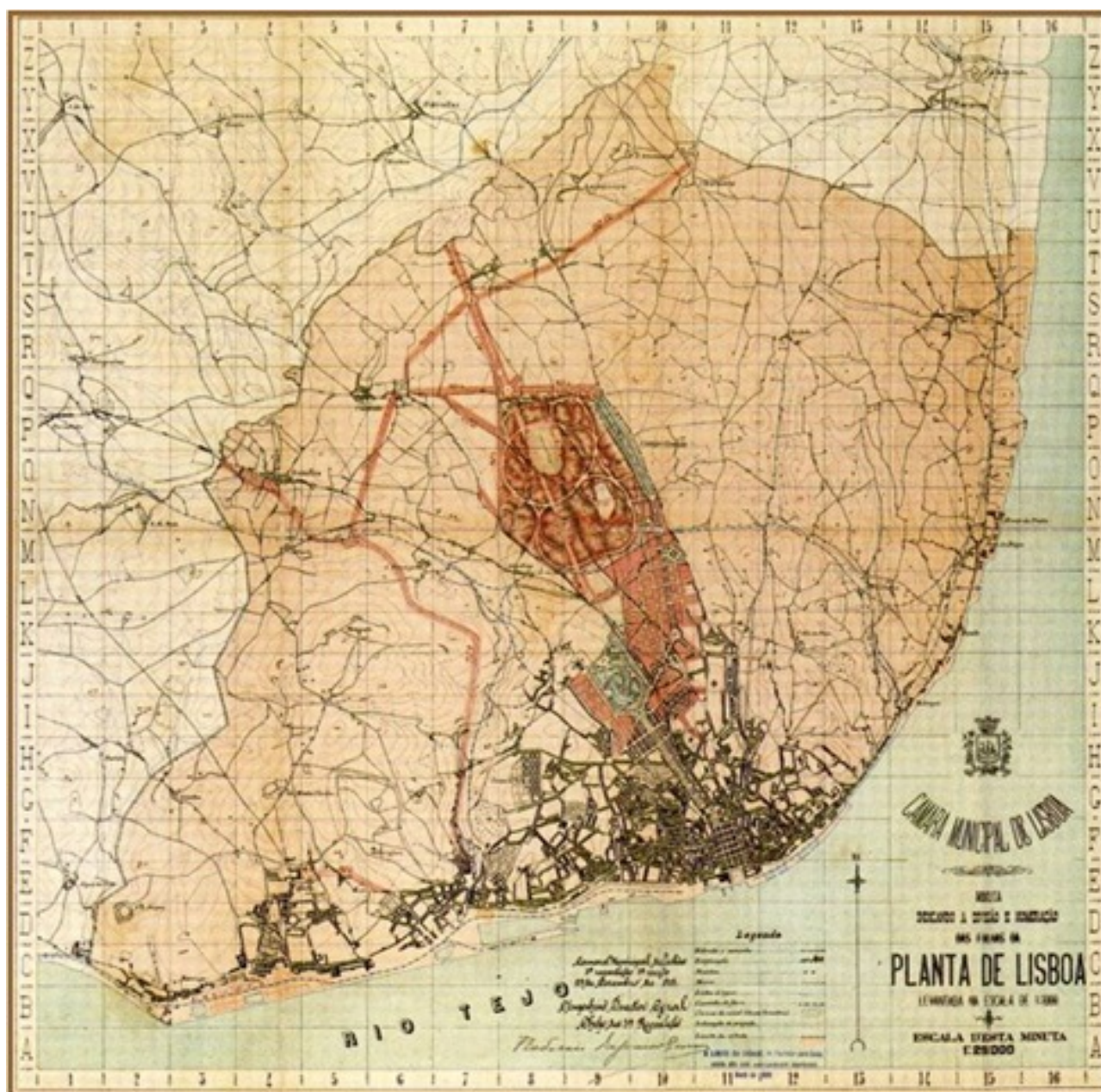
### **3.1 Análise do plano**

Numa fase inicial do estudo, observa-se a evolução da cidade de Lisboa a nível urbanístico e do território, para tornar perceptível o entendimento da forma e da implementação do bairro em estudo com a finalidade de clarificar a sua composição ao nível do desenho e da localização dos edifícios públicos em destaque face às moradias. Esta abordagem ao bairro é possível através da leitura dos desenhos da cidade, e do plano urbano do bairro.

#### **3.1.1 Contexto urbano da cidade de Lisboa**

Em Portugal, o urbanismo aparece como disciplina na segunda metade do século XIX com a criação de Planos Gerais de Melhoramento em 1865, ou seja só é aceite como conceito com a elaboração do plano geral para a cidade de Lisboa, já no início do século XX.

Em 1904, surge um Plano Geral de Melhoramentos para a cidade de Lisboa. A sua elaboração teve por base vários estudos realizados sob a orientação de Frederico Ressano Garcia (1847-1911). Ressano Garcia era engenheiro de pontes e calçadas, formado em França, desenvolveu trabalhos na cidade de Paris, desenhada por Haussmann. O engenheiro teve intervenção em obras como a Praça Étoile, a Avenida Bosquet, o Boulevard Aragon e a continuação do Boulevard de



33. Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa, Ressano Garcia, 1903

Hausmann, tudo vias concebidas pelo autor da planta da cidade.<sup>85</sup>

Em 1874, numa fase de grande crescimento demográfico da cidade, o engenheiro veio trabalhar para Câmara Municipal de Lisboa, devido ao aumento da população foi necessário a expansão do território. Na Câmara, fundou a Repartição Técnica, através da qual assume o rompimento do Passeio Público e a abertura da Avenida da Liberdade, para este desenho baseia-se nos princípios da cidade francesa<sup>86</sup>, na qual se romperam novos eixos para desenvolvimento da cidade em concordância com as pré-existências, dando um nova caracterização à cidade antiga, sem se perderem os valores temporais.

A Avenida da Liberdade vem consolidar o tecido urbano de Lisboa, já existente, e potencializar a expansão para poente, organizando em quarteirões de dimensão generosa, que foram marcados pelo traçado de novas avenidas. A avenida termina numa grande rotunda de 200m de diâmetro da qual partem estas novas avenidas.

Em 1904, quando o plano foi apresentado à Câmara (fig.33), já estava desenhada a expansão ocorrida até à data e propõe-se um crescimento da cidade para norte, antecipando as iniciativas privadas. O plano traduziu ainda uma nova estrutura que teve por base um novo eixo interior, sendo este de ligação da Avenida António Augusto Aguiar ao Paço do Lumiar. Garcia desenvolveu ainda, uma circular extensa exterior à cidade fazendo a ligação dos pequenos subúrbios da cidade. No interior da mancha urbana havia um grande espaço verde, o “Campo Grande”. Como se percebe por esta descrição, pode se constatar que o ideal da cidade jardim estava exposto nesta proposta: a ocupação das zonas periféricas da cidade através da estruturação de novas vias de expansão.

Posteriormente em 1927, este plano foi reestruturado, e surgiu na capital a figura de Jean Claude Nicolas Forestier

<sup>85</sup> Com base: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág.17

<sup>86</sup> Ibid

(1861-1930) como consultor do Município, com o objetivo de conceber o novo Plano Geral de Melhoramentos que tinha como princípio a expansão da cidade para norte.

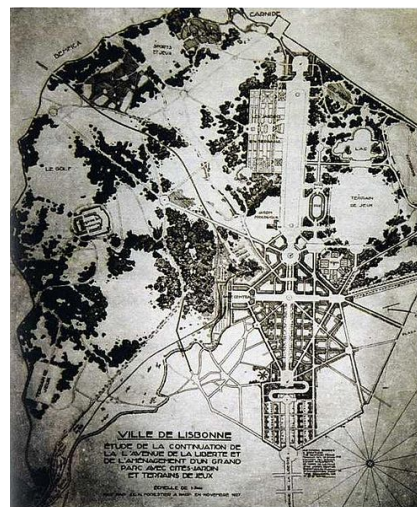
Forestier era arquiteto paisagista francês, responsável pelos jardins da cidade de Paris, e era um dos membros fundadores da sociedade francesa de urbanistas. Era considerado uma referência como arquiteto no que diz respeito ao seu conhecimento das cidades americanas, das quais importava o conceito de “sistemas de parques”, um sistema contínuo que vem aplicar em Lisboa. Essas cidades influenciadas pelo movimento City Beautiful, dado que integram os seus princípios, tais como a divisão em zonas segundo funções e a introdução do corredor verde.

Em Lisboa propôs a criação de um grande parque que envolvia a cidade, desde o Campo Grande até Alcântara (fig.34), apresentou no seu projeto a introdução de vários campos de jogos, um hipódromo, um campo de golfe e um jardim formal.

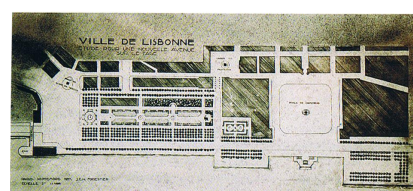
Uma outra proposta significativa foi a expansão da área urbana, através da Avenida da Liberdade prolongando-a para Norte, em direcção a Carnide. A sua composição tem a forma de um quadrilátero com quatro praças situadas nos seus vértices, a unir as praças traça duas vias principais que se cruzam numa rotunda.<sup>87</sup>

Durante o período em que trabalha como consultor ainda tentou resolver problemas da cidade consolidada, propondo uma nova avenida marginal ao Tejo para colmatar os problemas de circulação desde a Praça do Comércio até ao Cais do Sodré (fig.35).

Todo este formalismo presente na sua proposta enquadrava-se no movimento City Beautiful, uma influência clara do urbanismo americano nos seus projetos, importado pelos ideais europeus, tal como mencionado no capítulo 1 da presente dissertação. Esses ideais foram perceptíveis ao longo de toda a década de 30 e no início da seguinte, em trabalhos como os de Paulino Montez.



34. Estudo de Prolongamento da Avenida da Liberdade, Forestier, 1927



35. Estudo para uma Nova Avenida sobre o Tejo, Forestier, 1927

<sup>87</sup> LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág.28





36. Fotografia de Paulino Montez

### 3.1.2 Paulino Montez, o arquiteto do Bairro

Na década de 30, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) recorrendo ao novo Programa de Casas Económicas<sup>88</sup> finalizou um acordo com o Estado para a criação de vários bairros económicos, neste grupo inseriu-se a proposta de construção do Bairro da Encarnação. Sendo que foi considerado um dos maiores bairros desta época com mais de 1000 moradias.<sup>89</sup>

A 14 de Novembro de 1938<sup>90</sup>, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC), através da figura de Duarte Pacheco, o seu Ministro, atribuiu o projeto ao Arquiteto Paulino Montez (1897-1988) (fig.36). Ao longo da sua carreira, o arquiteto dedicou-se ao estudo urbanístico da capital. Montez foi Director e professor na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL), desempenhando um papel importante enquanto professor de futuras gerações de arquitetos.

Desde sempre esteve focado no urbanismo e nos seus primeiros trabalhos denota-se inspirações da corrente City Beautiful. Embora nesta época a projeção de novos planos urbanísticos fosse muito escassa, a elaboração de planos de pormenor de cidades sublinhou as tendências do arquiteto.<sup>91</sup>

Enquanto urbanista sublinhou nos seus trabalhos a influência de Agache (arquiteto já abordado nos capítulos anteriores). Esta referência à escola francesa foi revelada por Montez através dos seus projetos urbanos pela utilização do traçado geométrico e simétrico para definir uma estrutura concisa e de fácil entendimento.

Montez fez-se notar pela redação de alguns textos teóricos sobre o urbanismo, afirmando-se como divulgador do

<sup>88</sup> Programa que foi descrito e explicado no Capítulo anterior.

<sup>89</sup> SILVA, Carlos Nunes, *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Livros Horizonte, Lda., 1994, pág. 123

<sup>90</sup> INÁCIO, Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 28

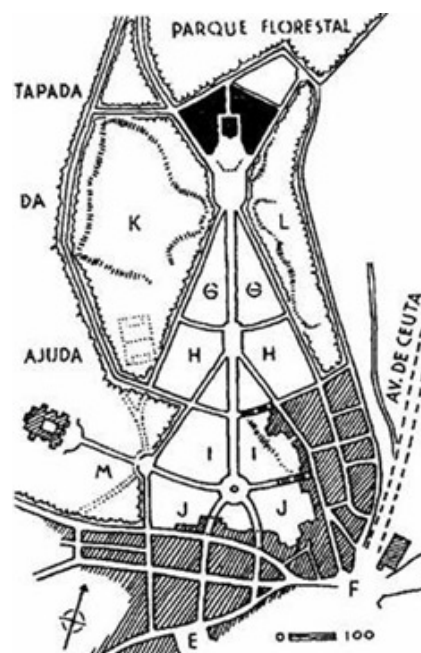
<sup>91</sup> LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág.103

Movimento Moderno, um tema que abordou nas suas conferências e publicações para a divulgar os seus trabalhos. Em 1933, iniciou a publicação de um conjunto de vários cadernos que abordavam planos urbanísticos em vilas e cidades por todo o país, colecção intitulada “Estudos de Urbanismo em Portugal”, que só ficou finalizada em 1978.<sup>92</sup> Nos primeiros anos, na 1ª fase das publicações, o arquiteto divulgou novos conceitos e planos projetados por si e por outros.

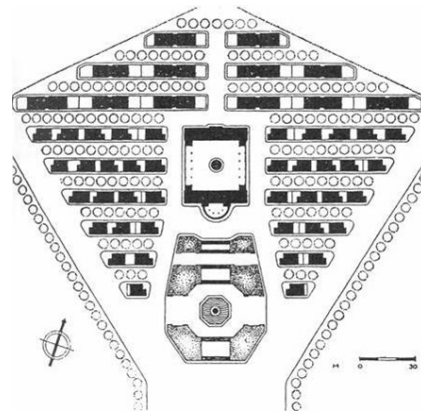
Dos seus trabalhos mencionados e divulgados alguns foram planos de bairros de casas económicas em Lisboa, e planos urbanísticos como o Plano para Mafra e o plano para Peniche e Caldas da Rainha, e o plano da Costa do Sol em Cascais.

Paulino Montez praticou um pouco de tudo, no que diz respeito à sua arte, como por exemplo arquitetura de decoração, mas a sua posição enquanto arquiteto destaca-se no urbanismo, como se percebe pelo estudo da sua obra, antes de projetar o bairro em análise, já tinha planeado outros, como o Bairro do Alvito (fig.37 e 38).

O Alvito é tido em consideração na presente dissertação com a finalidade de se entender o método de projetar do arquiteto, as suas influências e os seus propósitos urbanos que acentam nos ideais do movimento moderno, nos princípios da cidade jardim e no método do urbanismo francês. O bairro foi desenhado a partir de um eixo de simetria, com um grande jardim localizado no acesso principal, onde o equipamento público marca o centro do bairro. As pequenas moradias foram distribuídas pelas pequenas ruas de traçado retilíneo, todas elas paralelas. Através do desenho das coberturas em terraço acentuou ainda mais a geometria, e fez notar, segundo Margarida Lôbo, a influência das “Siedlung alemãs com as quais este traçado e volumetria têm afinidades, os terraços são justificados como complemento de uma vida saudável em que a helioterapia tem um papel importante.”<sup>93</sup>



37. Traçado de extensão de Alcântara sobre o Alvito, Paulino Montez, 1938



38. Plano Geral do Bairro do Alvito, Paulino Montez, 1938

<sup>92</sup> LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág.131

<sup>93</sup> Idem, pág.132



Quanto ao Bairro da Encarnação, a cargo do arquiteto ficou o planeamento urbano e o desenho da fachada das casas geminadas, moradias, por sua vez o desenho dos interiores das habitações foram feitos pelo Serviço de Casas Económicas (SCE), que pertencia à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

### 3.1.3 O plano urbano do Bairro da Encarnação

Até meados do século XIX, a área destinada à construção do bairro em estudo, era essencialmente agrícola, considerada como subúrbio da cidade. Na era industrial houve uma grande mudança no sector agrícola através da mecanização da própria agricultura, o que deu origem a muitas migrações, na procura de zonas como esta por parte da classe operária para se fixar. Num período compreendido entre 1890 e 1930, a população em Lisboa duplicou, o que fez disparar a construção de habitações, em dados concretos, o número de fogos cresceu 80% só nesta fase.<sup>94</sup>

O grave problema que a evolução industrial provocou na capital foi a suburbanização das zonas periféricas sem regras pré-definidas, pois nesta fase ainda não havia nenhum plano para regular as novas construções, factor que permitiu à Câmara implementar novas zonas habitacionais através do Programa das Casas Económicas.

Como descrito: “futuros bairros económicos poderiam construir-se em qualquer ponto da cidade, uma vez que cada pessoa tinha feito a sua barraca onde podia. (...) [o que] evidenciou a necessidade de estudar com urgência uma solução que permitisse o desaparecimento dos bairros clandestinos”<sup>95</sup>.

O terreno para o futuro bairro localizava-se junto ao aeroporto (fig.39), a sua escolha teve em atenção o facto da cidade estar a crescer para norte, para zonas periféricas, numa altura em



39. Localização do bairro na planta de Lisboa

<sup>94</sup> Com base: INÁCIO, Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 15

<sup>95</sup> Com base: Idem, pág. 18





40. Planta de 1907, terreno em quintas, escala 1:2000



41. Planta de 1948, parte da implementação do bairro, escala 1:2000



que nas grandes cidades, como é o caso de Lisboa, a capital do país, se dava a urbanização dos subúrbios para a habitação. Deste modo, a escolha recaiu pelos Olivais, a Nordeste do centro de Lisboa, uma zona rural composta por quintas. Estas foram expropriadas e divididas em dois grupos, visto que uma parte foi destinada à construção do bairro e outra a outras construções. Ao todo no primeiro grupo são 28 quintas e no segundo 12, o que faz um total de 40 quintas, como se pode observar na comparação das plantas de 1907 e 1948 (fig. 40 e 41). A referência a estas quintas vem expressa no livro “*O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*”, onde é feita uma descrição exaustiva de cada uma delas.<sup>96</sup>



42. Vista aérea do Bairro da Encarnação

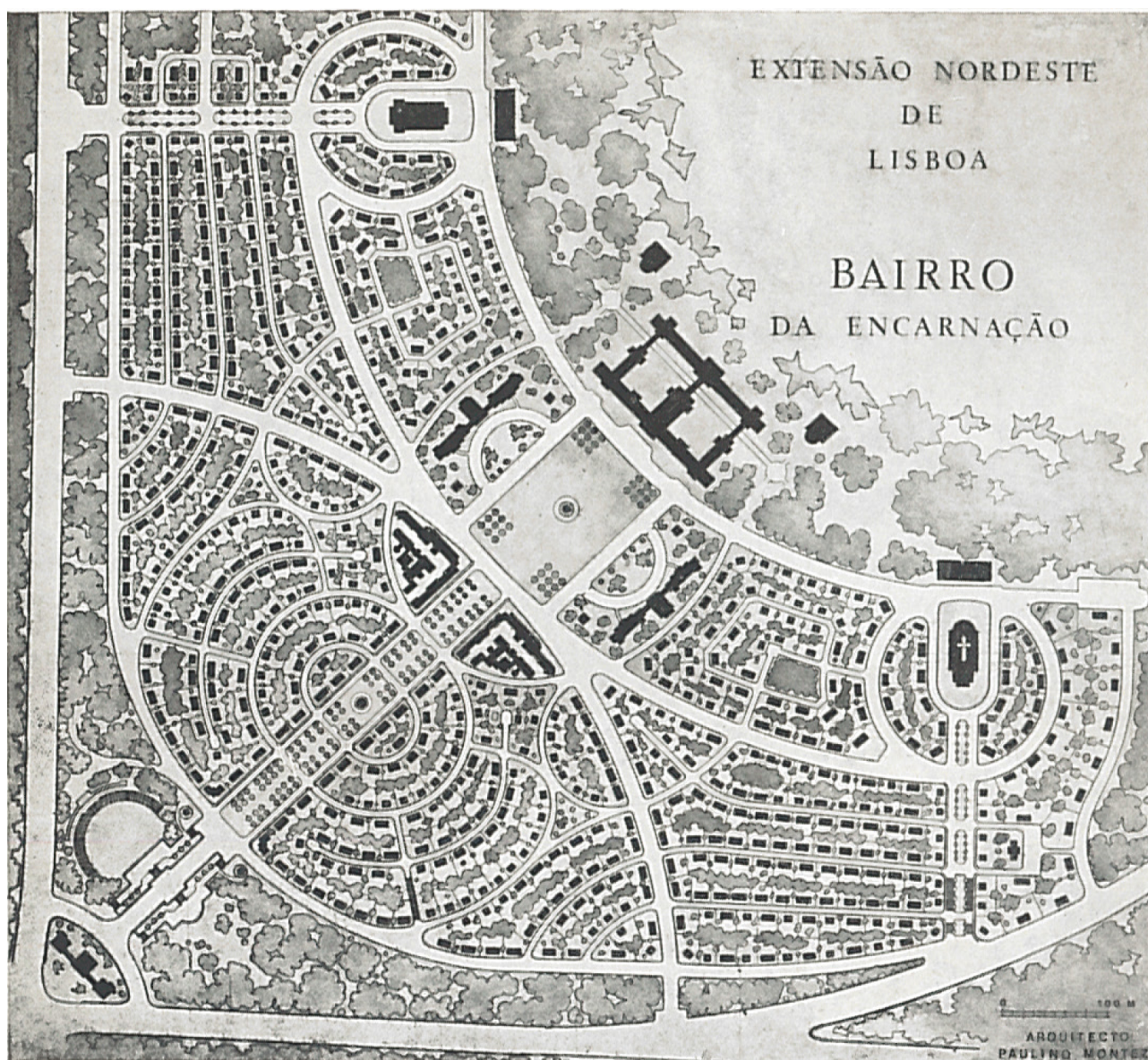
Esta opção foi tomada devido às condições muito favoráveis deste local. Quanto ao relevo, o terreno estava localizado numa encosta virada a sul, com vista para o Tejo. Quanto ao preço do solo, as propriedades tinham um custo baixo. E por fim quanto às acessibilidades, estas eram favorecidas pelos novos acessos ao Aeroporto e às vias de ligação da cidade para o norte.

O seu nome tem origem no topónimo “*Encarnação*”, que identificava um pequeno núcleo urbano situado ali próximo, junto à desaparecida capela da Nossa Senhora da Encarnação, e foi preferido à alternativa de “*Panasqueira*” (o Bairro situava-se de facto no lugar que continha esse nome).<sup>97</sup> Devido a esta proximidade com o aeroporto, o projetista desenhou um bairro para ser visto de cima e desse ponto aéreo ter uma leitura bastante clara (fig.42). Montez conseguiu chamar a atenção ao nível do ar, através de uma clara leitura da forma de implantação em “borboleta”.

O bairro visto ao nível do chão, como quem o percorre, tem nas zonas públicas os arruamentos largos e ao passar para as zonas mais privadas os arruamentos mais estreitos. A avenida

<sup>96</sup> INÁCIO, Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 19-27

<sup>97</sup> Idem, pág. 28



43. Plano Geral do Bairro da Encarnação

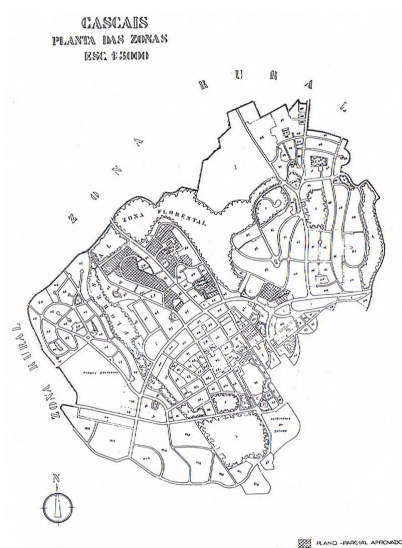


central era delimitada por edifícios públicos. Enquanto as ruas eram pontuadas pelos jardins e quintais das casas geminadas. A proposta de honorários foi lançada por Paulino Montez e aceite pelo Ministro, sendo que rondava os 40.000\$. Contudo, ao início só foram pagos dois terços desse valor, relativos aos anteprojetos definitivos e ao acompanhamento dos trabalhos da obra de construção. Ao arquiteto ainda foram atribuídos mas 5.000\$ por terem sido construídas mais de 1000 moradias<sup>98</sup>.

No desenho urbano do bairro é clara a visão da composição do conjunto, através da hierarquização da rede viária, com influência do traçado geométrico francês. Toda esta geometrização contrasta com a orgânica dos espaços livres que foram estruturados segundo os princípios da cidade-jardim, onde a divisão em zonas segundo funções era feita de forma hierárquica (fig.43).



44. Plano Remodelação de Carcavelos, Agache, 1936



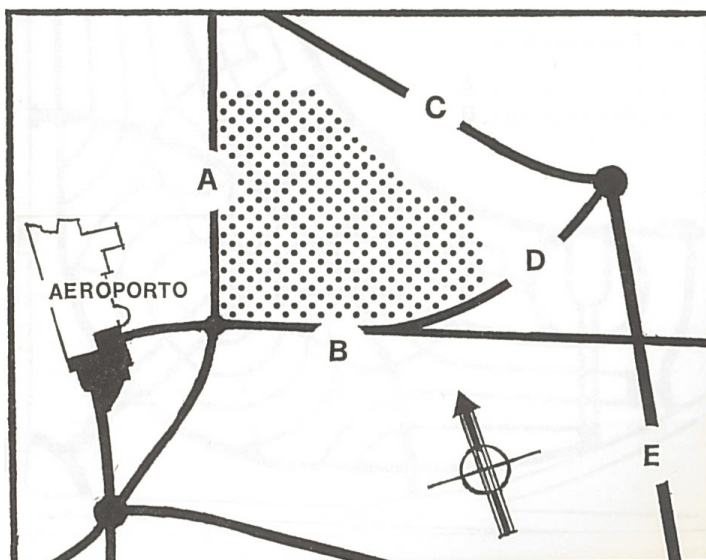
45. Plano da Costa do Sol, Gröer, 1948

O traçado urbano remete para opções de desenho dos planos de urbanização de Donat-Alfred Agache, especificamente as propostas para Carcavelos (fig.44) e Parede, mas também para o Plano da Costa do Sol (fig.45), de Étienne de Gröer<sup>99</sup>. Quando se observa o plano da Costa do Sol do urbanista francês é perceptível a negação do princípio da cidade jardim proposta por Howard, sendo que foi desenhado como um mero aglomerado urbano sem muitas atividades, o que coloca a urbe muito dependente de Lisboa. Mas a semelhança com o bairro em estudo centra-se na configuração do território em vales acentuados, perpendiculares à costa, o que permitiu trabalhar os pontos mais altos colocando-os em destaque face aos pontos mais baixos do terreno, estabelecendo ligações entre eles.

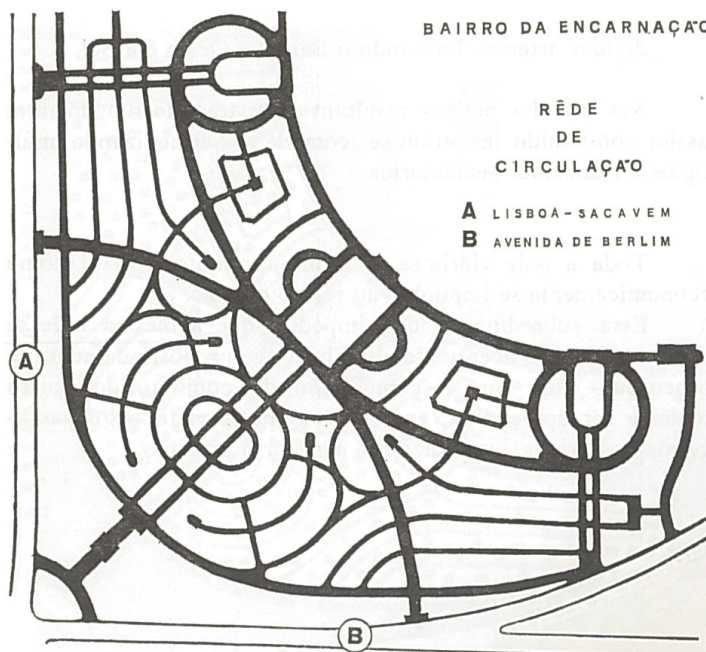
Sobre este Bairro, uns anos mais tarde o arquiteto publicou uma brochura, onde os temas em destaque nos remetem para os princípios utilizados na sua composição, demonstrando

<sup>98</sup> INÁCIO, Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 28

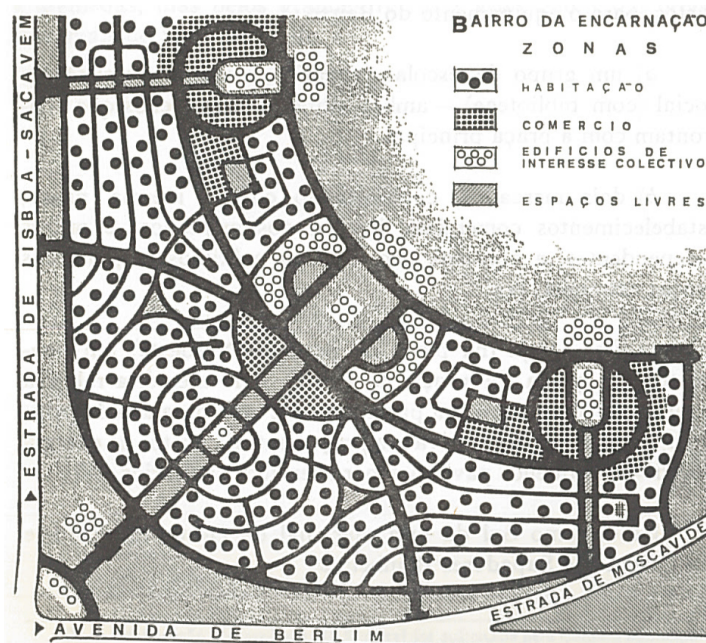
<sup>99</sup> CARVALHO, Ricardo, *A cidade social : impasse, desenvolvimento, fragmento*; pref. Ana Tostões ; posf. João Belo Rodeia, Tinta da China, 2016, pág.178



46. “da localização do bairro”,  
Esquema sobre o bairro, Paulino  
Montez



47. “da rede de circulação”,  
Esquema sobre o bairro, Paulino  
Montez



48. “das zonas e do equipamento”,  
Esquema sobre o bairro, Paulino  
Montez

assim a sua forma de pensar o lugar para o tornar habitável. A publicação está dividida em três grandes temas, que vão desde o geral até ao particular.

O primeiro tema intitulado “da localização do bairro”<sup>100</sup> (fig.46), como o próprio nome indica localiza o bairro e chama a atenção para os seus limites e para as vias de acesso. Assim, os seus limites são: a oeste a estrada que liga a capital a Sacavém (A- conforme está referenciado no esquema); a sul a Avenida de Berlim (B); a sudoeste a estrada de Moscavide (D); a nordeste um troço da Primeira Circular. Por fim ainda destaca neste esquema a Avenida Infante D.Henrique (E) que termina no encontro com a Primeira Circular.

O segundo esquema, cujo nome é “da rede de circulação”<sup>101</sup> (fig.47), salienta as ruas no desenho do conjunto, tornando perceptível a importância dada pelo arquiteto à estruturação das vias no conjunto habitacional. A via principal é o eixo de simetria da composição, a alameda foi o ponto de partida do desenho, esta vai terminar numa grande praça. Em paralelo a esta existem duas alamedas secundárias que também elas terminam em praças secundárias de menor dimensão. Destaca ainda várias artérias rasgadas de forma transversal face ao eixo, a alameda, para estabelecer uma ligação entre as duas praças extremas; as duas vias A e B já referidas no esquema anterior continuam a ter importância neste tema. Toda esta estrutura foi montada segundo o relevo do terreno, visto que a praça principal está localizada no ponto mais alto.

No terceiro esquema (fig.48), intitulado “das zonas e do equipamento”<sup>102</sup>, Montez fez sobressair através do desenho as três zonas sobre as quais o bairro se estrutura, cada uma com a sua função, ou seja, a zona da habitação com as casas geminadas, a zona comercial composta por equipamentos e as áreas de espaços livres. Na zona destinada à habitação, as

<sup>100</sup> MONTEZ, Paulino, *Estudos de urbanismo em Portugal : 5-7, Lisboa, extensão nordeste da cidade : Plano do Bairro da Encarnação : Plano do Bairro de um Parque de Desportos : Plano do Bairro de um Aglomerado de Habitações*, Lisboa, Edição da Revista Arquitectura, 1958, pág. 11-12

<sup>101</sup> Idem, pág. 13-14

<sup>102</sup> Idem, pág. 15-17





- Zona habitacional
- Zona comercial
- Zona livre, espaços verdes
- Zona de recreio pautada com "edifícios monumentais"

50. Planta do bairro com indicação das diferentes zonas. escala 1:2000





49. Fotografia do Quartel, 1948

casas foram desenhadas pelo MOPC, mas a sua disposição foi pensada pelo arquiteto. Na zona dos equipamentos colectivos foram propostos por Montez vários edifícios abrangendo várias atividades, serviços e comércio incluindo um grupo de escolas primárias, e outro de assistência social (com biblioteca), sendo que todos estes equipamentos estavam situados junto à praça principal. No extremo sul da alameda principal localiza-se um Quartel de Sapadores de Bombeiros (fig.49), e na sua proximidade um Anfiteatro ao ar livre. Também estavam previstos dois mercados em conjunto com pequenas lojas comerciais que vieram definir as praças laterais. Ainda foram pensados mais dois equipamentos para o culto e o lazer, respetivamente, uma igreja localizada na praça a Nordeste, e um cine-teatro na praça a Norte. Por fim, os espaços livres, para o projeto respirar estavam localizados nas praças e nas alamedas, nas zonas arborizadas que definem as áreas marginais, a sul e a oeste, e nos pequenos jardins das casas.

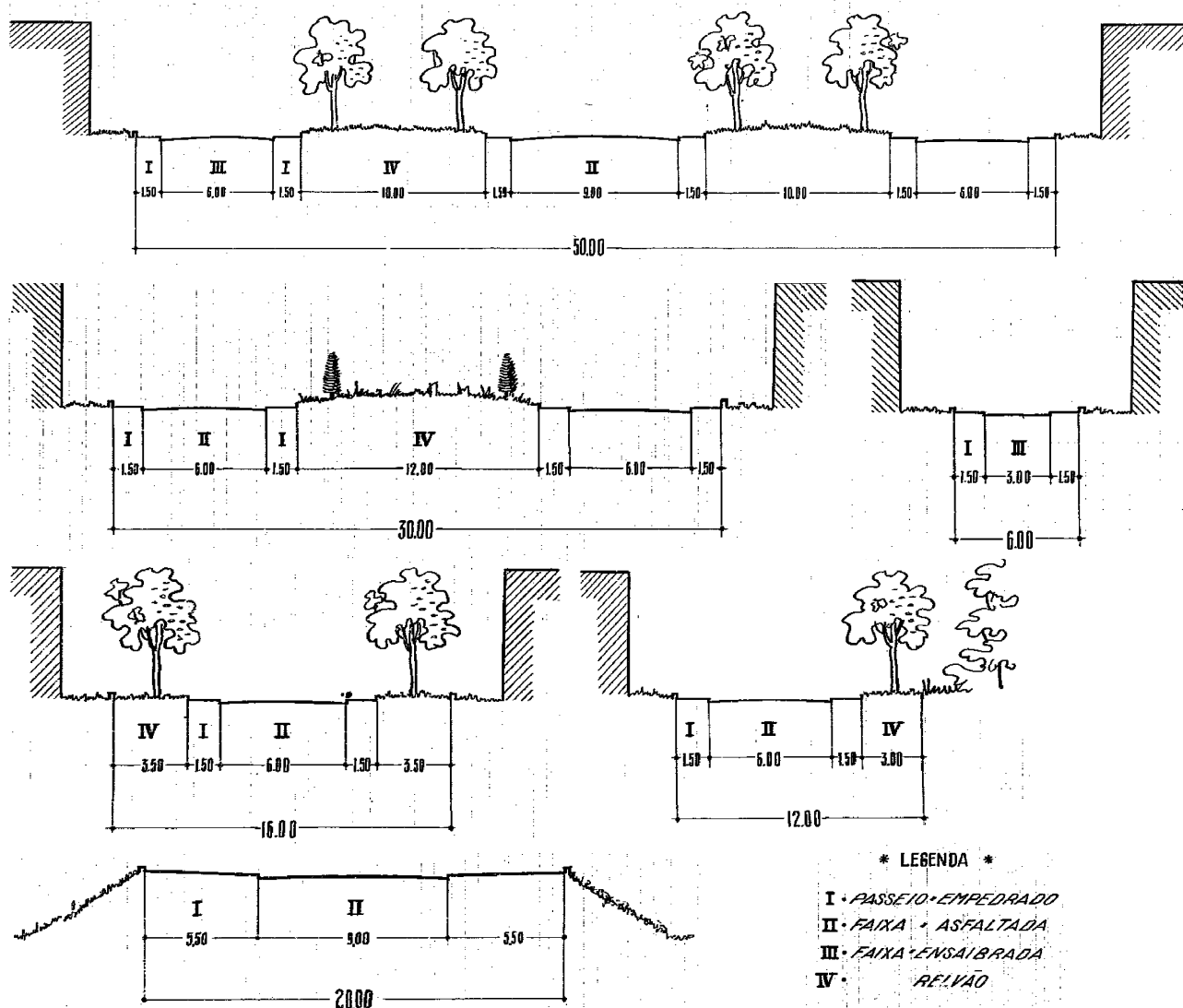
Alguns destes equipamentos que Paulino Montez inseriu no seu projeto foram instalados num local diferente ao que ele idealizou, ou não chegaram sequer a ser introduzidos. No que se trata do 1º caso: os dois mercados projetados, referidos anteriormente, tiveram execução nas praças laterais; e ainda a igreja que era para ficar na praça de Noroeste e acabou por ser construída no topo norte da praça Principal. No 2º caso, o que não chegou a ser construído foi a fonte decorativa, os pequenos pavilhões e o anfiteatro a descoberto.

Ao observarmos o esquema (fig.50) a hierarquia das diferentes zonas estabelecidas por Montez era distinta e tornava a leitura do bairro marcante. Tendo em conta o problema de hiegenização, a localização das áreas livres no meio das pequenas habitações permitia a sua resolução.

Quando o arquiteto deu o projeto como concluído, foi alvo de críticas, nomeadamente no que respeita à desproporção entre as dimensões da alameda central, considerada demasiado larga, face às ruas interiores, que foram tidas como demasiado estreitas. Também o Ministro Duarte Pacheco tinha as suas

próprias ideias quanto ao traçado, e não eram as mesmas do arquiteto, mas ainda assim, não deixou de aprovar o projeto, e chegou mesmo a pensar morar no bairro.<sup>103</sup>

Essas críticas às dimensões das ruas prendem-se com a importância que o arquiteto deu às ruas das zonas públicas e comerciais que são mais largas quando comparadas com as ruas interiores entre as moradias, na zona habitacional, como se pode observar nos perfis dos diferentes casos de vias (fig. 51). Quando à Alameda é a via mais larga com 50 metros de dimensão possui uma área verde ao centro, e duas vias de circulação automóvel. Por sua vez, as avenidas laterais têm 30 metros de largura, outros casos tem 20m, 16m, 12m até às ruas da zona habitacional que possuem 6m de largura.



51. Perfis das ruas do bairro

<sup>103</sup> INÁCIO, Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág.28

Passada a fase de projeto, e depois deste obter a aprovação por parte do Ministério, iniciou-se uma nova fase, a fase de aquisição e expropriação dos terrenos para se poder começar a construção.

Em 1938, iniciaram-se as ordens de expropriação na área que estava definida para a construção do aeroporto, na freguesia de Santa Maria dos Olivais, segundo um novo decreto regulador que só viria a ser formalizado um ano depois. Logo de seguida, através da declaração de utilização pública foram expropriadas propriedades para se fazerem vias que melhorassem o acesso do mesmo para o centro da cidade, sendo que beneficiou o acesso entre a zona norte e a zona oriental da cidade.

Em 1939 foi apresentada ao Ministério, por parte da Câmara Municipal de Lisboa, uma proposta de expropriação do área em questão. Duarte Pacheco aprovou essa plano de expropriação para o terreno do futuro bairro, uma área que abrangia a Encarnação e os Olivais. Mas para a construção, num fase inicial, do bairro só foi utilizada 20% da área total proposta na planta de expropriação.

Os terrenos referidos, sob os quais iria assentar a nova urbanização eram pouco produtivos, e em consequência disso tinham um pouco interesse económico, pois no local existiam poucas hortas e poucas edificações, por tudo isto a densidade populacional era muito baixa. Todas estas características tiveram influência na avaliação do valor das propriedades para efeitos de expropriação, assim o valor pago pelos prédios foi muito reduzido, em média, o valor foi 3,17\$ por metro quadrado, entre 1939 a 1942, muito inferior aos valores base de 12\$ a 15\$ utilizados para determinação do rendimento colectável na reforma Tributária, o que levou os proprietários a ficarem prejudicados face a estes valores<sup>104</sup>.

<sup>104</sup> Idem, pág. 33-35

## **3.2 Análise do edificado do Bairro**

Numa aproximação ao objeto de estudo, pretende-se estudar a implantação desenvolvida por Paulino Montez, e partindo do seu desenho interpretar a disposição dos vários elementos e ler o jogo de cheios e vazios que cria através dos pequenos edifícios em conjunto com os espaços livres.

A análise da planta de implantação e dos alçados do edificado tem como princípio entender a intenção do urbanista, para isso elabora-se um estudo baseado na observação dos desenhos, das plantas e dos cortes (pormenores) feitos pelo arquiteto, sendo que possibilita a caracterização da variedade de vias, para se entender a função da rede viária e dos percursos pedonais, em concordância com os espaços verdes.

Posto isto faz-se uma aproximação à “casa geminada”, para se estudar o desenho elaborado pelo Serviço de Casas Económicas numa perspectiva de ler a pequena habitação para caracterizar as suas diferentes tipologias.

O estudo do Bairro da Encarnação tem como finalidade interpretar as diferentes zonas criadas por Paulino Montez, e perceber de que forma todas elas em conjunto criam um novo aglomerado urbano numa relação da conjugação de vários elementos, desde os espaços públicos até às zonas habitacionais.

### **3.2.1 Características do conjunto: implantação e volumes**

Em 1939, o Ministério das Obras Públicas publicou um anúncio de construção de uma urbanização de casas económicas, estabelecendo uma base de licitação e informando estar a respectiva documentação patente na sede da DGEMN. Apareceu apenas um concorrente, Georges Tombu, que terá sido excluído, por anomalias na abertura de propostas. O belga chegou a Portugal em 1937, e fundou a Empresa Geral de Construções (EGC) - Obras Publicas e Particulares.<sup>105</sup>

<sup>105</sup> A construção do Coliseu do Porto foi o seu principal projeto e o que lhe deu nome.

Ainda sem contrato para a construção foi lançado um novo concurso, sendo publicado em Novembro de 1943. Este “dividia a obra em três lotes (de 338, 294, 306 moradias, 1º, 2º, 3º lotes respetivamente)”<sup>106</sup>. O único a responder foi novamente o belga. A leitura do Caderno de Encargos deixa claro que se pretendia fazer uma obra sem quaisquer deficiências de qualidade ou de quantidade de material ou de mão-de-obra apesar do seu baixo preço.

Tombu seguiu as ordens dadas por Duarte Pacheco, como o próprio afirmou “tudo completamente pronto de forma a ser inaugurado no dia 31 de Dezembro de 1940”<sup>107</sup>, e tentou ter tudo pronto para as comemorações do centenário da nacionalidade.

O contrato que ficou estabelecido e foi formalizado no dia 16 de Dezembro de 1939, para a construção de 294 moradias (mas acabaram por ser 310), previa-se estar concluído no final ano seguinte e por isso a construção das obras teria de ser iniciada até ao mês seguinte. Apesar disso no final de Janeiro Tombu ainda não tinha conseguido iniciar as obras, visto que a Câmara não tinha conseguido terminar o nivelamento do terreno conforme estava estabelecido. As obras tinham como Encarregado Geral o italiano Giuseppe Cervini, que já tinha trabalhado com Tombu no Coliseu do Porto.

Durante o processo de obra havia uma equipa que abria os caboucos, outra que erguia as paredes, outra para rebocar, uma outra fazia os suportes em madeira para a construção do telhado e dos pavimentos, e outra para construir as chaminés. O processo de trabalho era organizado por pequenas equipas que no total teria cerca de 300 trabalhadores. “*A relativa uniformidade das construções e a simplicidade das linhas permitiram que se atingissem níveis bastante elevados de produtividade.*”<sup>108</sup>

<sup>106</sup> INÁCIO Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 37

<sup>107</sup> Idem, pág. 38

<sup>108</sup> Idem, pág. 44







A primeira empreitada terminou assim por volta de Julho de 1943, a construção teve início pelas casas que definem a Alameda Central a Norte.

A segunda fase propunha a construção de mais 338 casas, localizadas no primeiro lote (primeira zona) aceite em dezembro de 1940, com um ajuste para 7.380.000\$00, um ajuste de 13% sobre a base prevista no concurso internacional. Um ano mais tarde foi adjudicada a terceira fase com conclusão prevista para Março de 1943. Esta englobava a construção de 306 casas, mas acabaram por ser erguidas no total 444 moradias, que começaram a ser distribuídas em 1947. Através do esquema (fig.52) percebem-se as diferentes fases de construção.

Em 1958, o bairro estava completo com a construção de mais 20 moradias, tendo os trabalhos sido efetuados pelo construtor Avelino José Lourenço Ribas.

Todo este processo de construção do bairro foi afetado por uma série de dificuldades, como o abastecimento de materiais, por causa do mercado e da falta de meios de transporte, situação provocada pela Segunda Grande Guerra Mundial que avassalava a Europa, em 1940. Tudo isto provocou a queda da França, e originou um “bloqueio britânico” que causou falta de carvão em todo o setor industrial e ferroviário. A solução encontrada para a continuação das obras foi estabelecer-se um acordo de parceria entre a CML e a CP para se conseguir transportar os materiais necessários.

Durante o período de construção outras dificuldades apareceram provocadas por roubo e vandalismo durante a noite o que levou à requisição de providências por parte do Encarregado de Obras, como solução as entidades competentes tomaram medidas, colocando guardas a vigiar e a proibição de circulação no horário nocturno dentro do perímetro do bairro.

As condições meteorológicas também foram adversas devido ao ciclone de 1941, que gerou alguns prejuízos, entre os quais o desmoronamento de chaminés, sendo que atrasou ainda mais os trabalhos.

Nos termos do artigo nº22 do decreto lei nº23 052, os trabalhos de infra-estruturação do Bairro da Encarnação eram da responsabilidade da CML, e deveriam estar concluídos no final do ano de 1940, mas apenas foram iniciados em 1941, o que provocou atrasos na obra. Por isso Tombu reclamou que havia falta de segurança na sua obra, porque as terraplanagens estavam a ser feitas depois da construção das moradias. (fig. 53)



53. Construção do bairro, 1944

A empreitada contratada para execução das terraplanagens e das aberturas das ruas só foi adjudicada a 30 de Julho de 1941<sup>109</sup>. A empresa contratada para este serviço foi a Société Coloniale de Construction, uma sociedade anónima, que previa a construção em 150 dias, o que não se verificou e acabou por atrasar ainda mais toda a obra. Os trabalhos aqui mencionados foram realizados pelos técnicos da CML, sendo que estes incluem a marcação de alinhamentos e dos níveis do terreno para se poder avançar para a escavação, necessária ao estabelecimento das aberturas das caixas de pavimento, por fim dá-se a remoção para os aterros, com a sua consolidação e pode-se proceder à regularização das caixas.

A Fevereiro de 1942, a Câmara atribuiu ao Engenheiro António de Almeida Belo (1891-1968) a empreitada dos esgotos e pavimentos, que se previa estar concluída num ano, sendo que desta constava a abertura de valas, e posterior reposição de terras para instalar a rede de esgotos.

A instalação da rede de águas foi feita pela Companhia das Águas de Lisboa. Por sua vez, as companhias da rede eléctrica e da de gás instalaram a rede eléctrica, que se previa ser subterrânea, mas por falta de meios teve de ser executada uma rede aérea.

As obras decorreram por muito tempo, mais do que o previsto por causa dos graves problemas conjunturais e da dificuldade em baixar as ruas, devido à cota das casas. O problema mais grave foi conseguir fazer-se o rebaixamento necessário para a finalização das ruas, porque as soleiras estavam enterradas

<sup>109</sup> INÁCIO Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivaes*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 47





54. Obras no bairro, abertura de ruas, 1944



55. Bairro com habitantes, 1945

devido à construção das casas ter sido feita antes da abertura das ruas (fig.54).

No ano de 1944, data prevista para a conclusão dos trabalhos que envolvessem a primeira e a segunda fase. A primeira empreitada já estava acabada com 310 moradias, e a segunda quase terminada, o que significava que nesta altura já se ultimavam os pormenores para se poder propor a entrega de 648 moradias ao Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP).

A 27 de Maio de 1944 deu-se a inauguração e a entrega oficial por parte da CML. Quanto ao resto das habitações que estavam a ser construídas numa terceira fase, previa-se estarem concluídas até ao fim do ano, mas isso não aconteceu e as obras acabaram por durar mais dois anos. (fig.55)

O departamento que ficou responsável pela distribuição e atribuição das casas foi o Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, através da Repartição das Casas Económicas do INTP<sup>110</sup>. Os moradores obtinham a posse total da sua casa quando terminasse o pagamento das 240 prestações previstas, o que se refletia num período de 20 anos para pagar a totalidade da habitação.

O processo de atribuição das moradias era estipulado pelo salário mensal do agregado familiar, como já tinha sido descrito no capítulo anterior, o que permitia fazer uma divisão em classes e em tipos, sendo que existia para cada classe três tipos: o 1 era destinado aos casais sem filho, o 2 aos casais com filhos pouco numerosos do mesmo sexo, e o 3 aos casais com filhos dos dois sexos ou com muitos filhos do mesmo.

Na generalidade no que diz respeito à classe A, 75% das casas eram atribuídas aos Sindicatos Nacionais e a parte restante aos funcionários públicos e operários dos quadros permanentes dos Serviços do Estado ou Câmaras Municipais. Por sua vez, as moradias da classe B eram distribuídas em

<sup>110</sup> Idem, pág. 48

partes iguais pelos sindicatos e pelos funcionários públicos ou operários<sup>111</sup>.

Num período anterior ao concurso para a atribuição aos adquirentes foram cedidas, a título provisório, quatro moradias a praças da Guarda Fiscal e da Polícia do Aeroporto em Agosto de 1943, e em Março de ano seguinte mais quatro a pessoal da Armada e do Centro de Aviação Naval de Lisboa. Nesta altura já estavam construídos vinte e oito bairros em todo o país.

Em agosto de 1947, anunciou-se o início da última fase de construção do bairro, com a proposta das habitações serem atribuídas aos suplentes legais. Por isso em 1955, foram distribuídas 53 moradias, mediante o concurso. Passados três anos, mais trinta e quatro habitações foram atribuídas, o que faz um total de 1112<sup>112</sup> moradias entregues pelos sindicatos.

Paulino Montez fez uso de diferentes materiais e elementos arquitectónicos para definir a arquitetura das casas e a estética exterior, o que vem reforçar as suas intenções a nível urbano. (fig.56) Nas paredes exteriores usou alvenaria de pedra rija com argamassa de cimento e areia, com colocação de ventiladores, enquanto as paredes interiores da habitação tem 40cm de espessura. Quanto à altura, as paredes têm de pé-direto livre 2,75m, e as sapatas estão a 1m de profundidade. O material aplicado foi o tijolo rebocado e pintado.

Quanto aos pavimentos, em todos os compartimentos menos na cozinha e nas casas de banho foi utilizado soalho à portuguesa, com 22cm de espessura. Durante a sua aplicação os vigamentos deveriam ficar bem travados, pois era um trabalho fiscalizado por técnicos da Câmara. Nas cozinhas e nas casas de banho o pavimento usado foi o mosaico liso, sendo tanto a cor como a qualidade escolhida pelos fiscais.

Por sua vez os acabamentos das faces interiores das paredes variavam segundo a classe da casa. Todo o interior era rebocado com argamassa de cal e areia ao traço de 1 para 2. Nas casas de classe A o acabamento era mais económico,



56. Vista de uma rua, 1945

<sup>111</sup> Com base: INÁCIO Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 48

<sup>112</sup> Idem, pág. 56

para isso fez-se o embasamento com massa de areia, muito regular, caiada à esponja para posteriormente serem pintadas a cor definida. No caso da classe B são esboçadas e estucadas, até se obter um acabamento liso com o máximo cuidado nas arestas, pintadas com cor. Quanto às casas de banho, as paredes eram rebocadas e revestidas a azulejo. Quanto à carpintaria foi definido que todos os trabalhos desta especialidade seriam em pinho serrado e engradado, com antecedência necessária de forma a evitar defeitos que sejam justificados pelo facto de ser este tipo de madeira. Como o interesse do Governo era gerar emprego na cidade e tendo em conta o número de carpinteiros existentes, todo o trabalho foi feito na capital.

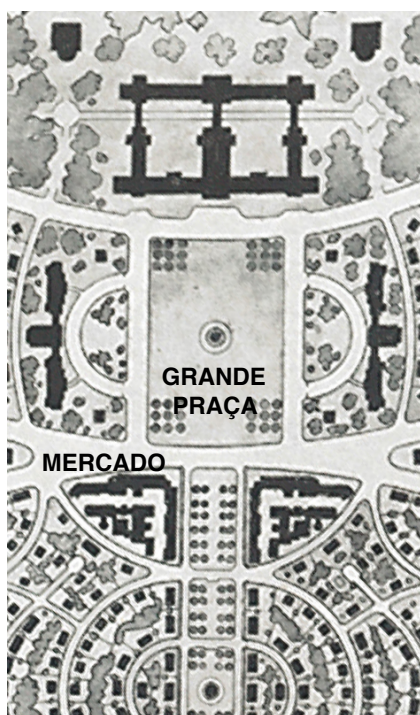
Em termos eléctricos, a instalação eléctrica foi feita a partir dum pequeno quadro, com suporte de uma lâmpada para cada divisão, com excepção da dispensa que não tinha luz.

Na parte exterior de cada moradia existe uma valeta em calçada de pedra. Quanto às vedações, que marcam a divisão do espaço privado para o público não faziam parte da obra, o que se pode confirmar através de processos de pedidos de alteração das moradias que foram postos à Câmara uns anos mais tarde.

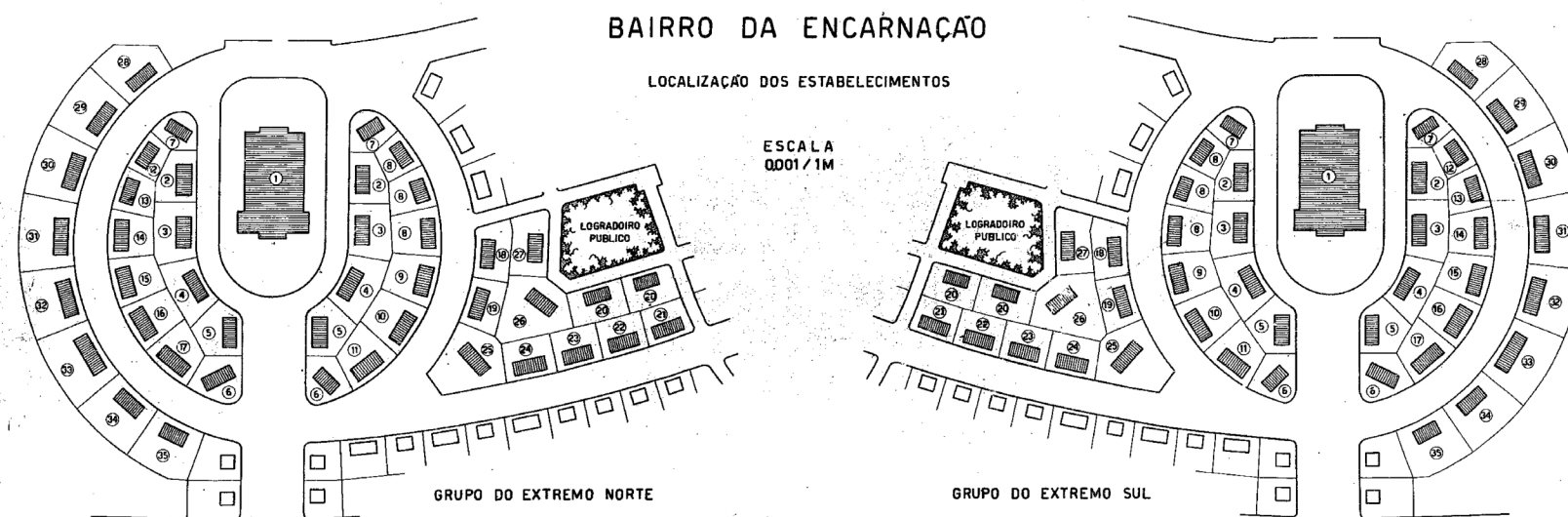
### 3.2.2 Bairro Comercial

No plano inicial previa-se a construção de dois Grupos Comerciais ligados aos Mercados, em contraste com a Alameda Principal, a “Grande Praça do Bairro”. A praça tinha os seus limites bem definidos, ou seja, a norte era delimitada pelas escolas primárias, a sul pelo edifício do grupo social, a nascente pelas traseiras da igreja, e a poente pelo arranque da alameda central. (fig.57)

Em relação às praças laterais, o arquiteto projectou a implantação de uma zona comercial com edificação independente só com esta finalidade, sendo que tinha como objectivo localizar o comércio próximo dos moradores, evitando que estes se deslocassem para se abastecerem. Nisto denota-se um dos princípios do modelo da cidade jardim, ou seja, uma



57. Desenho em Planta da Praça Central

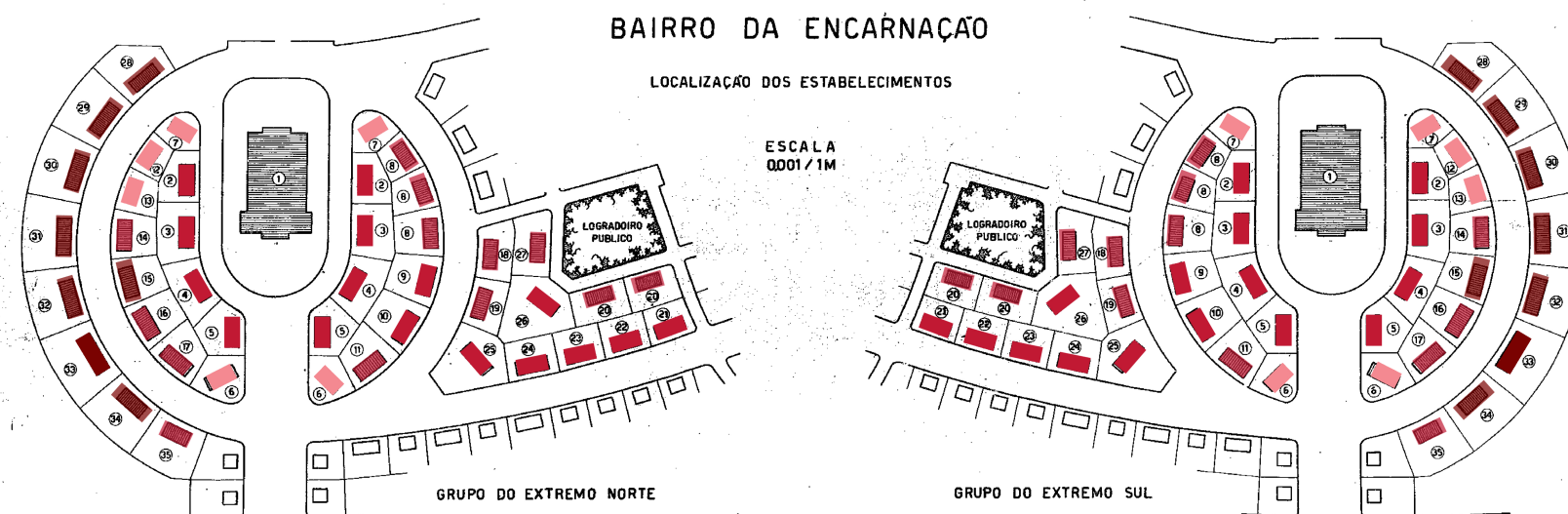


**LEGENDA**

ESTABELECIMENTOS	TIPOS
1 EDIFÍCIO DE INTERESSE PÚBLICO	II
2 MERCERIAS	II
3 TABACARIAS, LIVROS, PAPEIS	II
4 CAFÉS, COMIDAS	II
5 CONFETARIAS	II
6 MERCERIAS	I
7 REPARAÇÃO DE CALÇADO	I OU II
8 PANOS, FAZENDAS, ROUPAS	II
9 FAZENDAS, ALFARFATARIAS	II
10 CAMISARIA	I OU II
11 CALÇADO	I OU II
12 LATORIA, ARAMES	I
13 FERRAGENS, QUINHOUILLARIAS	I
14 MATERIAL ELECTRICO	I OU II
15 MOBILIAS, COLCHOARIA	II OU III
16 VIDROS, ESPELHOS, MOLDOURAS	I OU II
17 LOUÇAS, MENAGE	I OU II
18 BARBEARIA, CABELEIREIRO	I OU II
19 DROGARIA	I OU II
20 FARMACIA	I OU II
21 MERCERIAS FINAS	II
22 MODAS, CHAPEUS, PELES	II
23 OURIVESARIA, RELCJOARIA	II
24 BARBEARIA	II
25 SERVICOS OFICIAIS	II
26 SERVICOS CLINICOS	I OU II
27 FOTOGRAFIA	I OU II
28 LAVANDARIA, TINTURARIA	II OU III
29 SERRALHARIA	II OU III
30 CARPINTARIA	II OU III
31 GARAGE	II OU III
32 BICICLETES	II OU III
33 CARVOARIA	II
34 FABRICO DE PAO	II OU III
35 FABRICO DE DOCE	I OU II

DO ARQUITECTO  
PAULINO MONTEZ

58. Planta das praças laterais



**LEGENDA**

ESTABELECIMENTOS	TIPOS
1 EDIFÍCIO DE INTERESSE PÚBLICO	II
2 MERCERIAS	II
3 TABACARIAS, LIVROS, PAPEIS	II
4 CAFÉS, COMIDAS	II
5 CONFETARIAS	II
6 MERCERIAS	I
7 REPARAÇÃO DE CALÇADO	I OU II
8 PANOS, FAZENDAS, ROUPAS	II
9 FAZENDAS, ALFARFATARIAS	II
10 CAMISARIA	I OU II
11 CALÇADO	I OU II
12 LATORIA, ARAMES	I
13 FERRAGENS, QUINHOUILLARIAS	I
14 MATERIAL ELECTRICO	I OU II
15 MOBILIAS, COLCHOARIA	II OU III
16 VIDROS, ESPELHOS, MOLDOURAS	I OU II
17 LOUÇAS, MENAGE	I OU II
18 BARBEARIA, CABELEIREIRO	I OU II
19 DROGARIA	I OU II
20 FARMACIA	I OU II
21 MERCERIAS FINAS	II
22 MODAS, CHAPEUS, PELES	II
23 OURIVESARIA, RELCJOARIA	II
24 BARBEARIA	II
25 SERVICOS OFICIAIS	II
26 SERVICOS CLINICOS	I OU II
27 FOTOGRAFIA	I OU II
28 LAVANDARIA, TINTURARIA	II OU III
29 SERRALHARIA	II OU III
30 CARPINTARIA	II OU III
31 GARAGE	II OU III
32 BICICLETES	II OU III
33 CARVOARIA	II
34 FABRICO DE PAO	II OU III
35 FABRICO DE DOCE	I OU II

DO ARQUITECTO  
PAULINO MONTEZ

- Edifícios tipo I
- Edifícios tipo I ou II
- Edifícios tipo II
- Edifícios tipo II ou III
- Edifícios tipo III

59. Esquema da distribuição das tipologias dos equipamentos nas praças laterais

cidade que funcionasse sem depender do exterior e um desenho pensado tendo por base a urbanística francesa por um processo de zonamento, podemos considerar estes dois núcleos zonas comerciais.

Esta proposta de estabelecimentos comerciais por parte do arquiteto foi alvo de muita contestação, o que provocou um grande arrastamento na sua concretização.

Por isso Montez teve de protestar, afirmando: *“seria conveniente que o Ministério se interessasse pela construção dos blocos comerciais e mercados, dos estabelecimentos particulares, visto que os respectivos esbocetos de projectos me foram encomendados por sua Ex<sup>a</sup>. o Ministro das Obras Públicas e deles fiz entrega de cópias ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e Exm<sup>o</sup>. Sr. Presidente da Câmara Municipal, sem que passados já alguns meses, se haja tomado qualquer resolução sobre o assunto (...) o que me obriga a solicitar a intervenção desse Ministério.”*<sup>113</sup>

A instalação dos equipamentos comerciais acabou por não se concretizar na zona escolhida pelo projetista, apenas se mantem a instalação destes estabelecimentos nas zonas extremas do Bairro (fig.58), como se pode observar na planta de localização dos estabelecimentos comerciais (fig.59).

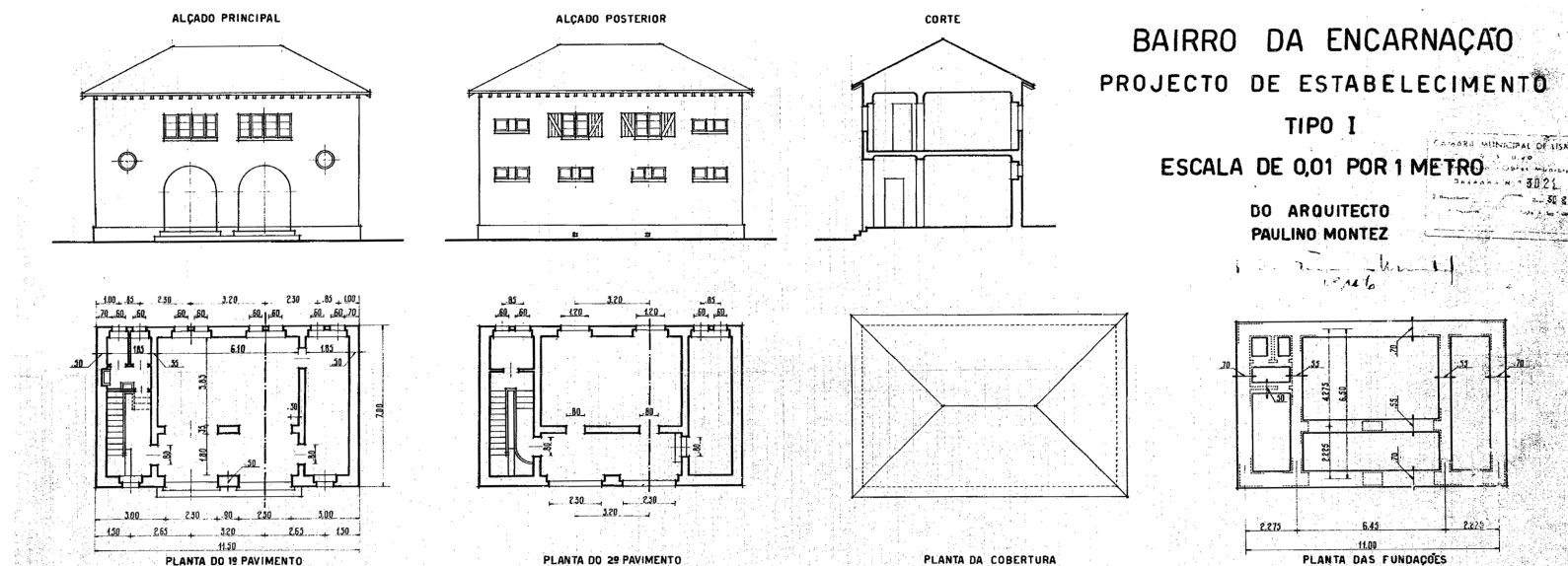
No projeto dos dois lotes comerciais o arquiteto aplicou um desenho simétrico na relação das duas praças, e tomou como princípio localizar os dois lotes comerciais nos extremos opostos do bairro. Montez definiu no projeto a instalação da igreja na Praça Sul e do cinema na Praça Norte.

De modo a facilitar o processo de construção e marcar o carácter dos edifícios comerciais, Montez desenhou três modelos tipo de estabelecimentos, não podendo ser alterada a expressão dos alçados municipais, nem modificadas as dimensões do conjunto em planta.

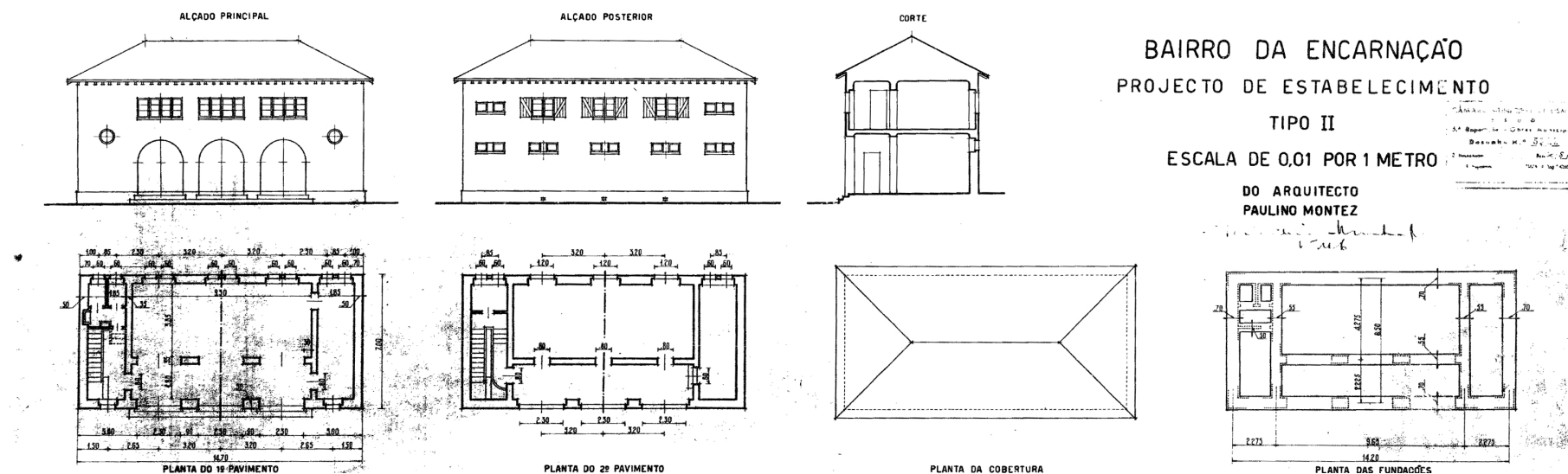
Ao observarmos a planta das praças comerciais, como se pode observar no esquema os edifícios tipo I marcam as esquinas e

<sup>113</sup> MONTEZ, Paulino in INÁCIO Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 57

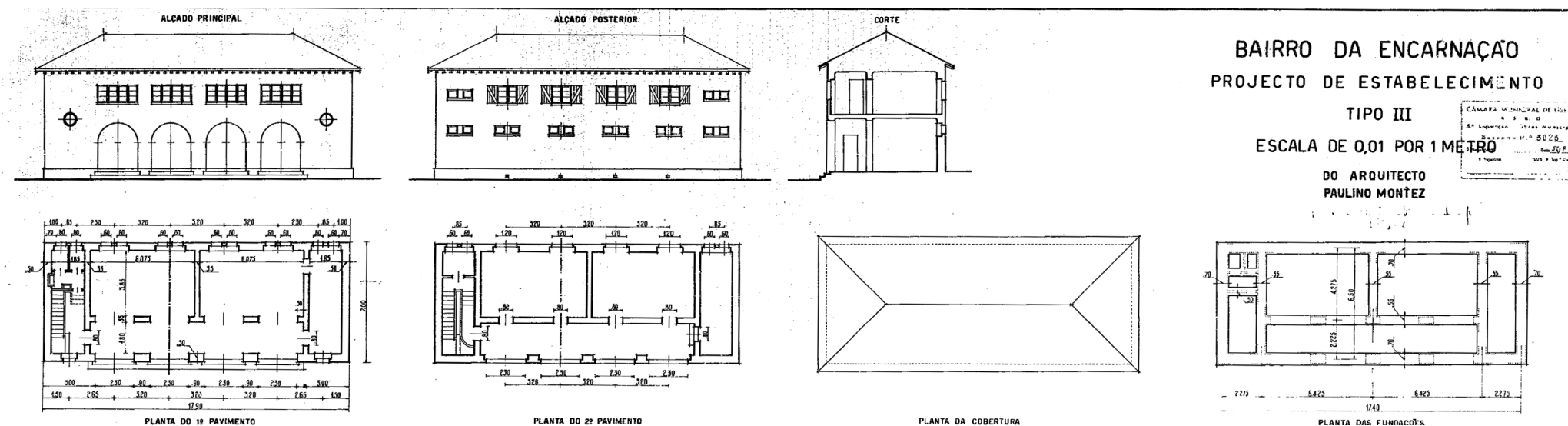




60. Desenhos de equipamento tipo I



61. Desenhos de equipamento tipo II



62. Desenhos de equipamento tipo III

são dispostos em diagonal face ao arruamento. Por sua vez, os objetos tipo II compõem os logradouros públicos e as duas praças, e por fim os edificadados do tipo III definem a rua externa e fazem a marcação do limite da zona de estabelecimentos. Em alguns casos o arquiteto deixa em aberto as tipologias, deixando essa decisão à escolha de futuros proprietários.

O tipo I (fig.60) era o mais pequeno ao nível de planta, sendo de 11,5m x 7m, enquanto a cércea tinha à volta de 6m o que significa que o edifício tinha dois pisos. A entrada principal era marcada por duas grandes aberturas em arco. No interior continha 6 divisões, 3 em cada piso, e a articulação entre pisos era feita pelas escadas, situadas na ponta direita para quem entra no edifício.

Nos estabelecimentos tipo II (fig.61), o desenho em planta ganha comprimento em relação ao tipo I, passando a ter as dimensões de 14,7m x 7m, a cércea do edifício era a mesma e o número de pisos também. Como se aumentou ao comprimento ganhou-se mais uma porta, o que significa que neste caso passam a existir três arcos a marcar a entrada principal. No interior o número de divisões era o mesmo que na tipologia anterior, só que as divisões centrais tinham maior dimensão, devido ao aumento no comprimento, ou seja ficaram com mais metros quadrados.

Os edifícios comerciais tipo III (fig.62) eram os maiores, porque se aumentou o comprimento como se pode ver na planta, ganhando mais área, o que faz com que o edifício tenha 19,7m x 7m; a cércea manteve-se e o número de pisos também. Com isto este edifício passou a ter quatro arcos, mais uma porta principal face ao tipo II. Quanto ao interior, ganhou-se uma divisão por cada piso o que faz um total de seis divisões, o acesso ao piso superior era feito por uma escadaria colocada na mesma posição que as outras tipologias.

Quanto a estes edifícios, especulava-se que o piso de superior era adaptado a habitação para residência do seu proprietário, e que se poderia propor a construção de um anexo na fachada tardoz para permitir a ampliação do edifício.

A CML condicionava a aprovação destes projectos ao parecer do arquiteto que idealizou o bairro.

O papel da Câmara era fiscalizar as construções, desde a implantação até o adquirente conseguir obter a sua licença de comércio. Mas passado o interesse inicial, a aquisição de lotes foi diminuindo de tal modo que “dos 68 lotes de terreno foram vendidos 22, faltando vender 46”<sup>114</sup>.

Para tornar mais atractiva a venda dos terrenos, a CML permitiu que, a partir de então, os arrematantes pudessem escolher o ramo de comércio a instalar nos respetivos lotes, não conseguindo, contudo, mudanças significativas no ritmo das alienações que acabaram por se prolongar até 1955.

### 3.2.3 Bairro Habitacional

As pequenas moradias (fig.63) que constituem a zona habitacional do bairro em estudo, são projetadas a nível exterior pelo arquiteto Paulino Montez e a nível de interiores pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações, segundo os princípios do decreto lei nº 23 052.

Neste bairro é notório que foram tidos em conta vários aspectos em benefício da habitação, como a orientação da fachada em função dos ventos predominantes<sup>115</sup>, e dos pontos cardeais para se poder aproveitar o maior número de horas de sol, beneficiando da luz natural no interior da habitação. A forte presença de árvores e espaços verdes também é benéfica, sobretudo para os moradores. Os terrenos são firmes, embora o seu relevo tenha uma pendente bastante elevada para o programa, o arquiteto coloca a habitação nas áreas mais estáveis, o que é vantajoso para a construção. Um factor muito importante nesta localização é a proximidade com as estradas e caminhos, porque facilita as deslocações e as condições sociais.

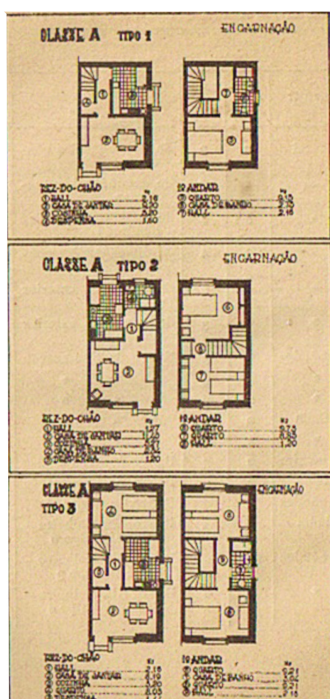


63. Vista da Rua 4

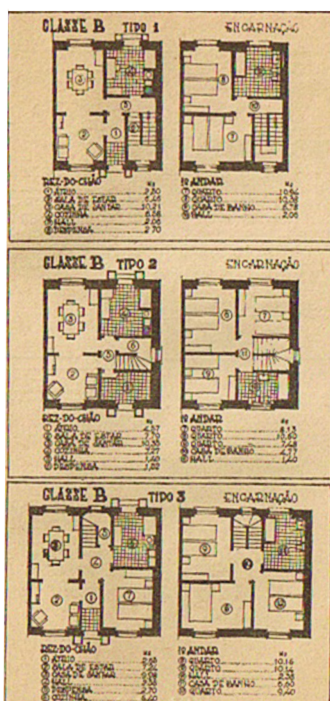
<sup>114</sup> MONTEZ, Paulino in INÁCIO Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 57

<sup>115</sup> FARIA, António, *O problema das Casas Económicas*, Biblioteca Cosmos, 1948, pág. 15





64. Plantas esquemáticas, classe A



65. Plantas esquemáticas, classe B

O projeto no que diz respeito à habitação tinha de dar resposta a dois tipos de rendimentos familiares, isto reflete-se na existência de duas classes, como já foi explicado no capítulo anterior. No seu livro<sup>116</sup>, António Faria fez uma descrição das várias classes que o programa das Casas Económicas através de uma descrição das diferentes classes por categorias. A classe A que podia ser rural e média e a classe B podia ser média ou económica. No bairro a classe A era média (fig. 64) e a classe B económica (fig. 65), cada uma com três tipos.

A distribuição dessas era feita segundo o número de pessoas que coabitam na mesma construção, tendo em conta o número de filhos do casal e o seu sexo.<sup>117</sup> Esta medida reflete uma das maiores condicionantes do projeto que é o custo das casas, este deveria ser baixo o suficiente para as possibilidades económicas dos futuros moradores.

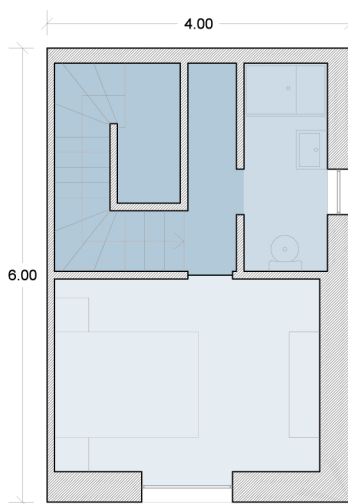
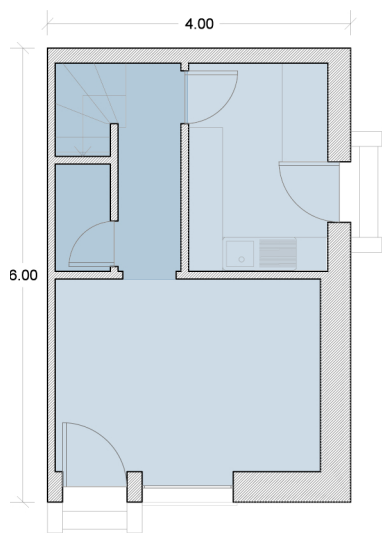
Quanto ao número de divisões por habitação, o projeto estabelece para casais sem filhos (classe A, tipo 1) a existência de uma cozinha e uma casa de banho com absoluta independência entre si, um quarto e uma sala, devendo os agregados maiores ter mais quartos e as casas de classe B uma sala de estar.

Neste tema o contributo do Engenheiro Visconde de Almeida Garrett foi imprescindível. *“Um dos pontos a resolver foi o da escolha do tipo de habitação, coletiva ou individual. (...) que aos operários fossem dadas casas individuais, independentes e com o seu jardim. Com efeito, é a casa individual aquela que mais corresponde ao feitio do português, senhor da sua independência. (...) o agradável prazer de passados alguns anos, ser proprietário de um chão e de uma casa casa onde se abrigue e possa abrigar os seus.*

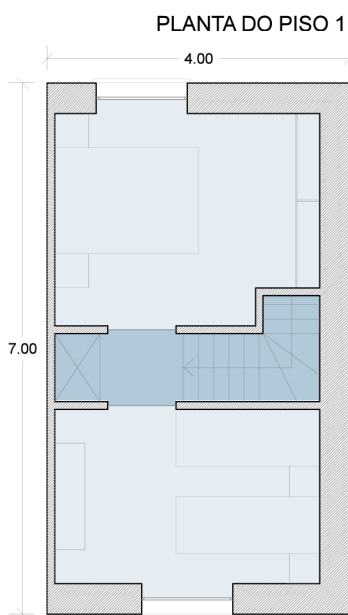
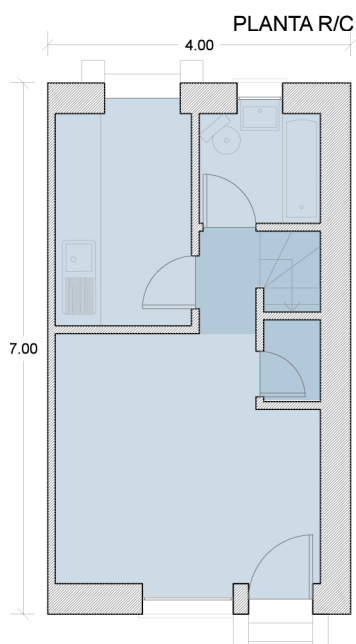
*Se o problema das casas económicas encontrou nalguns países estrangeiros, a solução nos tipos de bloco operários, entre nós tal solução, não constitui, (...) o caminho mais*

<sup>116</sup> Ibid

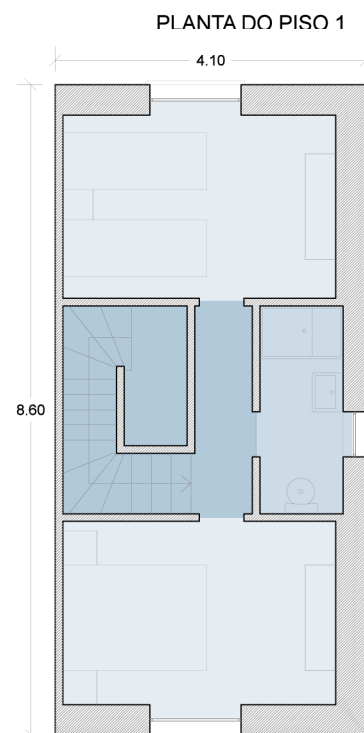
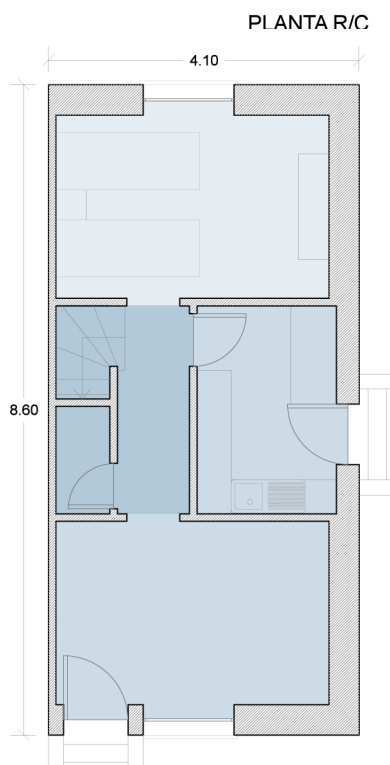
<sup>117</sup> Idem, pág. 17



66. Plantas piso 0 e 1, casa classe A, tipo 1. escala 1:100



67. Plantas piso 0 e 1, casa classe A, tipo 2. escala 1:100



68. Plantas piso 0 e 1, casa classe A, tipo 3. escala 1:100

*racional a seguir. (...) A casa individual tem a enorme vantagem de permitir que cada locatário, tenha o seu jardim, (...)»<sup>118</sup>*

Quanto ao projeto das casas, estas foram estruturadas segundo as dimensões que vem descritas no livro de António Faria sobre as casas económicas<sup>119</sup>.

A casa média, classe A é composta por três divisões. Quanto aos quartos de dormir, o quarto de casal, tem como dimensões mínimas, de área  $a = 3,90 \times 3,90 = 15,21\text{m}^2$  e de pé direito = 2,75m, o quarto dos filhos (ou filhas) tem de área  $a = 2,75 \times 2,75 = 7,56\text{m}^2$  e de pé direito = 2,75m. A sala comum varia consoante a tipologia da casa logo quando é um só casal a área é  $a = 2,75 \times 2,75 = 7,56\text{m}^2$  e o pé direito = 2,75m, e no caso de ser um casal com um filho, a área é  $a = 3,36 \times 23,36 = 11,29\text{m}^2$  e o pé direito = 2,75m. A casa de banho tem as dimensões de 0,8 x 1,5.

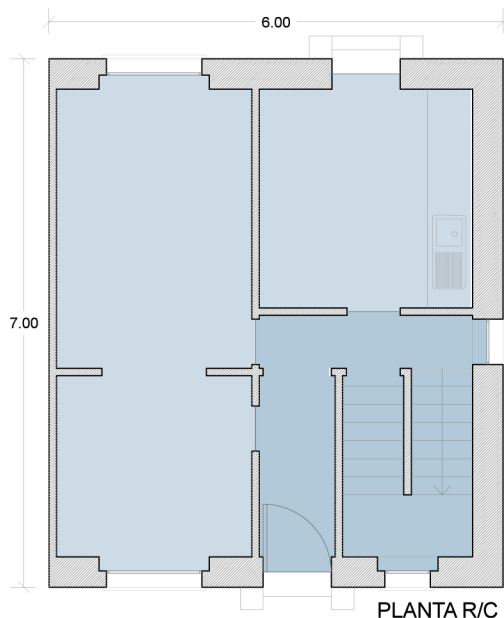
A partir desta podemos fazer uma aproximação aos desenhos do bairro, nomeadamente às plantas tendo em consideração as divisões da casa. Como se pode ver pelas dimensões das diferentes tipologias, o tipo 1 tem de área total por piso  $24\text{m}^2$ , o tipo 2 tem  $28\text{m}^2$ , e o tipo 3 tem  $35,26\text{m}^2$ .

Nos esquemas feitos a partir das plantas pode-se observar a azul mais escuro as zonas de serviço, onde se faz a articulação entre pisos. O azul intermédio identifica as zonas comuns da casa, como a sala, a cozinha e a casa de banho, e o azul mais claro os espaços privados como o quarto.

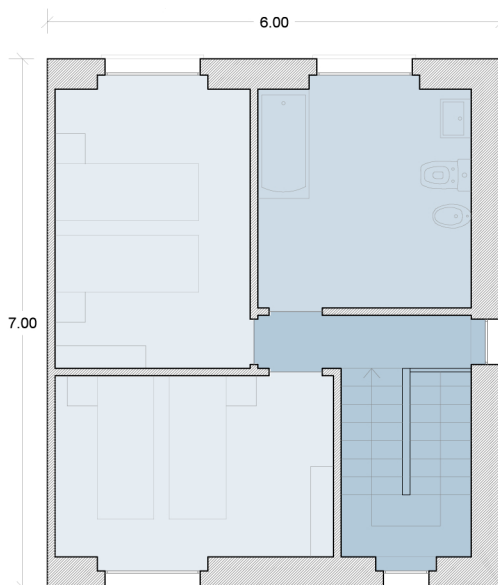
Como se pode observar nas plantas da classe A, a entrada é sempre feita pela sala e só depois se acede à zona de articulação. A cozinha é sempre na parte tardoz da casa. Quanto aos espaços privados são sempre no piso superior só no tipo 3 é que existe um quarto no piso inferior.

<sup>118</sup> GARRETT, Almeida in INÁCIO Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág. 35

<sup>119</sup> FARIA, António, *O problema das Casas Económicas*, Biblioteca Cosmos, 1948, pág. 40-48

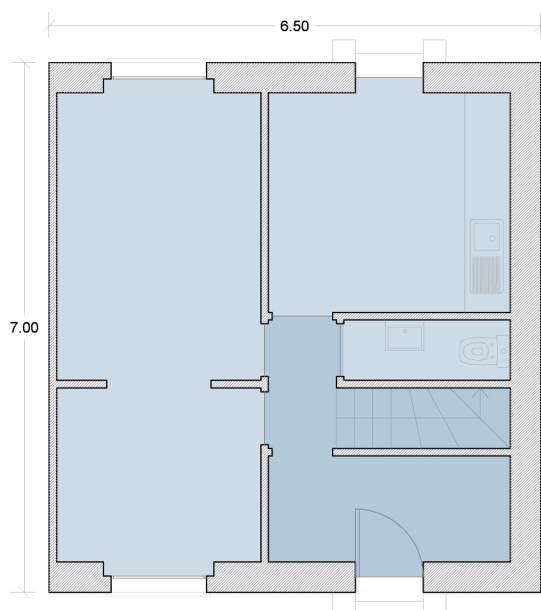


PLANTA R/C



PLANTA DO PISO 1

69. Plantas piso 0 e 1, casa classe B, tipo 1. escala 1:100

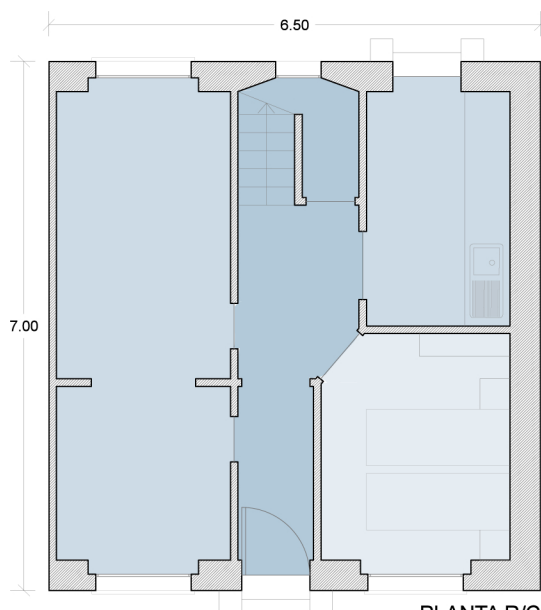


PLANTA R/C

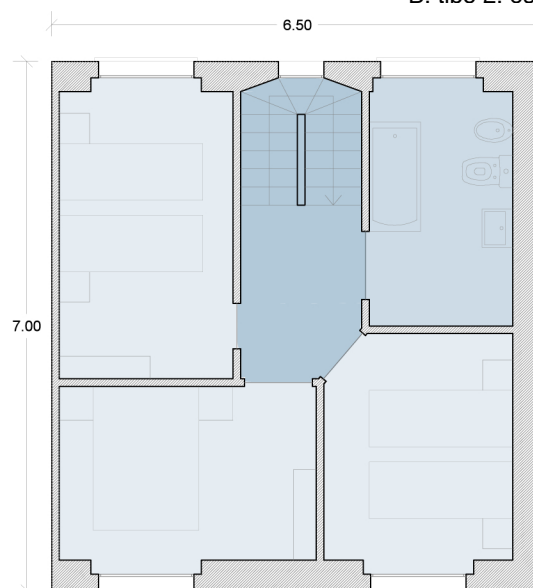


PLANTA DO PISO 1

70. Plantas piso 0 e 1, casa classe B, tipo 2. escala 1:100



PLANTA R/C



PLANTA DO PISO 1

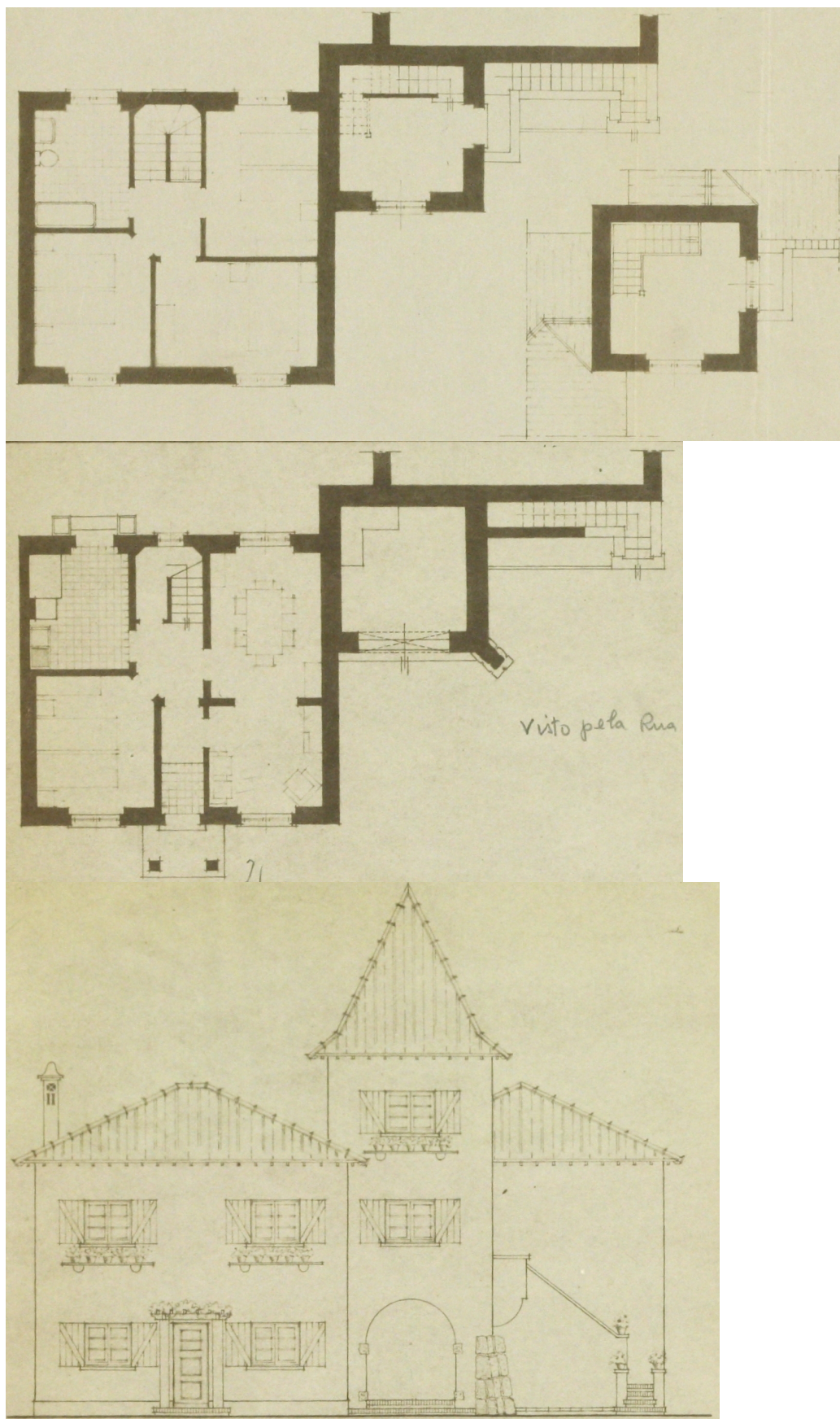
71. Plantas piso 0 e 1, casa classe B, tipo 3. escala 1:100

Na classe B, a casa Económica toma como dimensões, nos quartos de dormir, no caso do quarto de casal, dimensões mínimas, a área  $a = 3,90 \times 3,90 = 15,21\text{m}^2$  com de pé direito = 2,75m, e o quarto dos filhos (ou filhas),  $a = 2,75 \times 2,75 = 7,56\text{m}^2$  e o pé direito = 2,75m. A sala de jantar ou de estar, quando é um só casal tem de área  $a = 2,75 \times 2,75 = 7,56\text{m}^2$  e de pé direito = 2,75m, quando é um casal com um filho,  $a = 3,36 \times 23,36 = 11,29\text{m}^2$  e o pé direito = 2,75m. A cozinha deste tipo “económica” varia a área entre  $3,99\text{m}^2$ ,  $5,95\text{m}^2$ ,  $2,40\text{m}^2$ ,  $5,85\text{m}^2$  e  $2,50\text{m}^2$ . E casa de banho oscila as proporções entre  $1,6 \times 1$ ;  $1,6 \times 1,3$ ; e  $1,9 \times 1,1$ .

No caso da classe B, através das dimensões expressas nas plantas das diferentes tipologias, o tipo 1 tem de área total por piso  $42\text{m}^2$ , o tipo 2 tem  $45,5\text{m}^2$ , e o tipo 3 tem  $45,5\text{m}^2$ , pode-se concluir que o tipo 2 e 3 tem a mesma área.

Os esquemas elaborados segundo o método explicado anteriormente, aplicado nas plantas da classe A. No caso da B, nas plantas pode se observar que a entrada é sempre feita pelo hall de entrada, que estabelece logo o acesso à zona das escadas, aos espaços de serviço. A cozinha é sempre na parte tardoz da casa, tal como acontece na outra classe. Quanto aos espaços privados são sempre no piso superior só no tipo 3 é que existe um quarto no piso inferior virado para a fachada principal da casa.





72. Desenhos das casas de esquina, casa classe B, tipo 3, com torre de 3 pisos

Quanto às pequenas casas geminadas, se caracterizam pela mesma arquitetura desenhada por Paulino Montez. Mas também nesta zona o autor criou uma exceção que foi a inserção do tema da torre nas casas de esquina na Alameda principal.

Como afirma Ricardo Carvalho sobre os torreões para fazerem o remate sul do desenho da via principal, “remetem para a arquitetura germânica, uma conexão entre o Bairro e as cidades-jardim alemãs de Hellerau”<sup>120</sup>, abordadas no capítulo 1. Nos desenhos das casas com os torreões pode observar-se que são desenhados independentes da casa geminada, e não se sabe a sua utilização. O modelo da classe B tipo 3 foi adaptado com um anexo em torre de três pisos, com uma escadaria no seu interior. Quanto ao alçado o seu desenho segue a arquitetura das moradias, apenas para marcar a entrada voltou a utilizar o tema do arco, tal como fez nos edifícios comerciais.

<sup>120</sup> CARVALHO, Ricardo, *A cidade social : impasse, desenvolvimento, fragmento*; pref. Ana Tostões ; posf. João Belo Rodeia, Tinta da China, 2016, pág.180







73. Vista panorâmica do Bairro



# Conclusão



O Bairro da Encarnação constituiu um caso de estudo distinto, apesar de já existirem diversos trabalhos realizados sobre ele, nenhum o aborda de forma igual, o que tornou este trabalho mais aliciante. Desta forma, o resultado final ganha uma maior importância porque abordou todos esses escritos adotando uma postura crítica, de modo a perceber a visão dos vários autores, incluindo a do próprio arquiteto do bairro.

Sobre este trabalho é plausível afirmar que foi feito um estudo do bairro, mas sobretudo a caracterização de uma fase de mudança em Portugal no sector da habitação, com relevância para o urbanismo e para a arquitetura.

A obra em estudo foi construída ao abrigo do Programa das Casas Económicas, na sua primeira fase, por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, sendo que era o maior bairro executado em Portugal até à data. Por ter sido uma novidade na altura, o estudo aprofundado do programa procurou identificar as influências estrangeiras, partindo de programas semelhantes de reformas na habitação provocadas pela industrialização, como é exemplo Londres.

No trabalho de síntese realizado ao longo do capítulo 2, da minha parte foi feita uma contextualização do programa no seu tempo, para que fosse possível perceber de que forma foram evoluíram as políticas habitacionais no país e como estas vieram alterar a cidade onde se situa o bairro.

A respeito do programa implantado pelo Estado Novo, importa salientar que embora o programa fosse destinado a uma classe operária, o valor das rendas mensais na Encarnação era demasiado elevado para ser suportado por um classe baixa e por isso a classe que acabou por habitar o bairro era de estatuto médio alto.

A explicação compositiva do projeto de Paulino Montez foi entendida através da pesquisa elaborada em torno do modelo das cidades jardim, pensadas pelo economista Ebenezer Howard em termos políticos e desenhada por Unwin e Parker, a filiação do seu desenho pela Europa e pela América, onde se funda o movimento City Beautiful. Para além disso foi notória a influência do desenho francês no projeto do bairro, uma vez

que o arquiteto tem nos ideais de Agache e Gröer os seus, sendo estes arquitetos franceses que trabalharam em Portugal, na elaboração de planos municipais para Lisboa.

Nesta fase de mudanças em termos urbanísticos na capital começaram a aparecer os subúrbios jardins, pequenas experiências derivadas do modelo da cidade jardim dentro das quais se insere o caso de estudo.

Numa aproximação ao desenho do bairro pode-se afirmar que o seu desenho simétrico e geométrico tem origem na arquitetura clássica francesa, a partir de um eixo, a alameda, o urbanista desenhou as ruas e as praças secundárias em simetria. Tendo em conta o relevo do terreno Montez fez uso de outro princípio francês, tirando partido dessa característica manipulou as alturas para estruturar os campos visuais na obra, como é exemplo a alameda principal feita em rampa, dado que o ponto mais alto era a praça principal e o ponto mais baixo a zona do Quartel, hierarquizando os espaços públicos.

Em termos urbanístico no plano elaborado para o bairro, Montez apresentou uma divisão por zonas com base no conceito de “zoning”, método francês para estruturar os planos urbanos por zonas segundo funções, como se pode observar na obra pelas zonas comerciais localizadas nos pontos extremos que apenas tem edifícios dessa vertente, e pela zona de lazer situada na praça central com um grande jardim.

Quanto à estratégia de posicionamento dos equipamentos sociais, a disposição que o urbanista utilizou, por exemplo, ao colocar no centro de cada praça lateral um edifício público assume afinidades com o modelo de Howard, quando aplicado em Inglaterra, tal como o Crystal Palace e o Central Park, que estavam colocados no centro do diagrama radial<sup>121</sup> (apresentado no capítulo 1 do presente trabalho).

As relações entre os diferentes elementos, em paralelo com as diferentes referências permitiram compreender a lógica e o cuidado que o arquiteto Paulino Montez teve ao desenhar e estruturar o bairro.

---

<sup>121</sup> CARVALHO, Ricardo, *A cidade social : impasse, desenvolvimento, fragmento*; pref. Ana Tostões ; posf. João Belo Rodeia, Tinta da China, 2016, pág.179

Na presente dissertação, colocou-se em destaque o estudo da perspectiva urbana face à perspectiva habitacional porque as pequenas casas geminadas só no exterior foram idealizadas por Montez, o seu interior ficou a cargo dos engenheiros do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

É importante afirmar que o seu desenho levantou algumas críticas pela forma como foi projetado, dado que gerou alguma controvérsia por parte do Ministério levando o urbanista a proceder a alterações no projeto, como por exemplo a mudança de localização da igreja da praça lateral para a praça central.

A investigação elaborada em torno da obra em estudo tomou como preocupações a compreensão e apreensão das mais variadas perspectivas urbanísticas e das políticas habitacionais, sendo possível estabelecer relações de proximidade e de oposição aos modelos internacionais e nacionais o que tornou a leitura e a interpretação do bairro aliciante pela reunião de tantos temas num único lugar.

Um lugar urbano que continua a ser alvo de muitos estudos, e que continua a ser um marco em termos de planos urbanos na sua época, uma época célebre pela implementação do Programa das Casas Económicas.





# Referências bibliográficas

ALMEIDA, Pedro Vieira, *A arquitetura do Estado Novo, uma leitura crítica*, Livros Horizonte, 2002

BAPTISTA, Luís V., *A cidade em reinvenção*, Crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação, Tese de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, Lisboa séc.XX, 1996.

BAPTISTA, Luís V., *Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa*, pref. David Justino (1999), posf. Vítor Matias Ferreira, Celta Editora, 2001.

BASTIEN, Carlos, *O economista Araújo Correia, Estudos de Economia*, 1985.

BUDER, Stanley, *Visionaries & Planners, The Garden City Movement and the Modern Community*, Oxford University Press, 1990

CARVALHO, Ricardo, *A cidade social : impasse, desenvolvimento, fragmento*, pref. Ana Tostões, posf. João Belo Rodeia, Tinta da China, 2016.

CASTRO, Fernando Jacôme, *Bairros Económicos*, 1892 in *Problemas de urbanização* [compil.], Câmara Municipal de Lisboa. - Lisboa : C.M., 1935, pág. 193-212

CORDUA, Christian Hermansen, *Manifestoes and Transformations in the Early Modernist City*, British Library Cataloguing Ashgate Publishing Limited, 2011.

DIAS, Francisco Silva, *O papel da classe dos arquitectos na produção da Habitação social : comunicação da AAP/SRS às jornadas sobre habitação social* (artg.), 1930 in "Jornal Arquitectos", Ano 3, nº 31/32 (Nov./dez. 1984), pág. 12

FARIA, António, *O problema das Casas Económicas*, Biblioteca Cosmos, 1948.

FERREIRA, Maria Júlia, *Habitação Social em Portugal: Breve história e alguns problemas*, Lisboa, Setembro de 1988.

HALL, P. *Cities of tomorrow: an intellectual history of urban planning and design in the twentieth century*. 3rd ed. Oxford, UK?; Malden, MA: Blackwell Publishers, 2002.

HARDY, Dennis, *From Garden Cities to New Towns*, Alexandrine Press, Oxford, 1991.

HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of To-morrow*, London: S. Sonnenschein & Co., Ltd., second edition, 1902

HOWARD, Ebenezer, *"To-morrow": Peaceful Path to Real Reform*, 1898.

INÁCIO, Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012.

KOSTOF, Spiro, *Thee City Shape, Urban Patterns and Meanings Through History*, Original drawings by Richard Tobias, Thames & Hudson, first edition 1999, 2009

LAMAS, José Maria Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

LÔBO, Margarida Sousa, *Planos de Urbanização: a época de Duarte Pacheco*, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Arquitectura, 1995.

MARQUES, Carlos Manuel Ferrão; CABRAL, João Vassalo, orient. tese, *A cidade em transformação (texto policopiado): O caso do Bairro da Encarnação*, tese de doutoramento em sociologia, Lisboa, 2005.

MATOS, Fátima Loureiro, *Da Implantação da República à Primeira Guerra: as primeiras tentativas de resolução do problema habitacional das classes operárias* in *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2015 (Repositório da UP)

MONTEZ, Paulino, *A estética de Lisboa : da urbanização da cidade*, Lisboa, 1935.

MONTEZ, Paulino, *Estudos de urbanismo em Portugal : 5-7, Lisboa, extensão nordeste da cidade : Plano do Bairro da Encarnação : Plano do Bairro de um Parque de Desportos : Plano do Bairro de um Aglomerado de Habitações*, Lisboa, Edição da Revista Arquitectura, 1958.

PARREIRA, Cristina, *Tipologias de habitação social do princípio do século aos anos 90* [Texto policopiado], Lisboa, 1995.

PEREIRA, Raul da Silva, *Problemática da Habitação em Portugal*, Edição do Autor; separata de revista *Análise Social*, nº1 e 2 (1963), Lisboa, 1963.

PORFÍRIO, Pardal Monteiro, “*Carta a Duarte Pacheco sobre Casas Económicas*,” in Monteiro, *Para o Projecto Global*, vol.2, 1932, pág. 28-30

PORTUGAL, Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, *Bairros de Casas Económicas: 1934-1940*, Lisboa, pref. Pedro de Castro e Almeida, 1940.

RAMOS, Rui Jorge Garcia, *Casa Portuguesa*, in ROLLO, Fernanda, LEAL, Ernesto Castro, LOFF, Manuel, FONTES, Paulo, NETO, Vitor, CARVALHO, David Luna de, Helder Fonseca (Coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, edição da Assembleia da República, entregue 2011

RAMOS, Rui Jorge Garcia, GONÇALVES, Eliseu & SILVA, Sérgio Dias, *From the Late 19th Century House Question to Social Housing Programs in the 30s: the Nationalist Regulation of the Picturesque in Portugal*, FAUP - Artigo em Revista Científica Internacional, 2014.

SILVA, Carlos Nunes , *A urbanística do Estado Novo (1926-1959): Nem nacional nem Fascista*, Outubro de 1986.

SILVA, Carlos Nunes, *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Livros Horizonte, Lda., 1994.

SILVA, Sérgio Dias da, RAMOS, Rui Jorge Garcia, *"Housing, Nationalism And Social Control: The First Years Of The Portuguese Estado Novo's Affordable Houses Programme"*, in Joana Cunha Leal, Maria Helena Maia, Degoña Farré Tarras (ed.), *Southern Modernisms: from A to Z and back again*, Instituto de História da Arte, Centro de Estudos Arnaldo Araújo, 2015.

ZEVI, Bruno, *História da arquitectura moderna*, pref. e estudo de Nuno Portas, Arcádia, 1973.

[s.n.], *A cidade em reinvenção; Crescimento urbano e emergência das políticas sociais de habitação*, Lisboa séc.XX, 1996

[s.n.], “*A Obra Dos Bairros Económicos Levada a Efeito Pelo Ministério Das Obras Públicas.*” in *A Arquitectura Portuguesa Cerâmica e Edificação*, Reunidas Ano XXXVII, 3ª Série, nº112, Julho 1944, pág. 18

[s.n.], *Atlas urbanístico de Lisboa = Lisbon urban atlas* / coord. Manuel Salgado, Nuno Lourenço / textos. Nuno Portas, Ana Tostões, José Sarmento de Matos, 2006.

[s.n.], *1º Congresso Nacional de Arquitetura Promovido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos com o patrocínio do Governo*, Maio/Junho 1948.

[s.n.], *O desenvolvimento urbano de Lisboa 1879-1939*, Introdução ao seu estudo, pág. 161

[s.n.], *Periódico sistemas de financiamento de habitação em alguns países europeus*, MOPTC (Ministério das Obras Publicas Transportes e Comunicações), Outubro de 1986.

[s.n.], *Revista Municipal, Numero Especial Dedicado à Memoria do Eng. Duarte Pacheco*, Lisboa Janeiro de 1944, pág. 57

### **Fontes documentais - processos de obra:**

Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego, *Rua Nunes Claro, nº 8 A, 1000-209, Lisboa*

Arquivo Municipal de Lisboa - Bairro da Liberdade, *Rua B, Bairro da Liberdade, lote 3 a 6, piso 0, 1070-017, Lisboa*

Arquivo Municipal de Lisboa - Fotográfico, *Rua da Palma, nº 246, 1100-394 Lisboa*, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx>

Gabinete de Estudos Olisiponenses - Câmara Municipal de Lisboa, *Estr. de Benfica 368, 1500-100 Lisboa*



## Créditos de imagens

Figura 1 - Modelo da Garden City, o centro, de Ebenezer Howard, de 1898 (imagem) Retirada de: HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of To-morrow*, London: S. Sonnenschein & Co., Ltd., second edition, 1902, pág. 4

Figura 2 - Modelo da Garden City e a cintura rural, de Ebenezer Howard, de 1898 (imagem) Retirada de: HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of To-morrow*, London: S. Sonnenschein & Co., Ltd., second edition, 1902, pág. 3

Figura 3 - Modelo da Social City, de Ebenezer Howard, de 1898 (imagem) Retirada de: HARDY, Dennis, *From Garden Cities to New Towns*, Alexandrine Press, Oxford, 1991, pág. 23

Figura 4 - Desenhos de Letchworth, de Unwin e Parker, de 1903, (imagem) Disponível em: <http://snailinthecity.blogspot.pt/2017/07/letchworth-garden-city-realising.html> (acedido a 18/09/2017)

Figura 5 - Desenhos de Welwyn, de Louis de Soissons, de 1921 (imagem) Disponível em: [http://www.mediaarchitecture.at/architekturtheorie/garden\\_cities/2011\\_garden\\_cities\\_links\\_en.shtml](http://www.mediaarchitecture.at/architekturtheorie/garden_cities/2011_garden_cities_links_en.shtml) (acedido a 18/09/2017)

Figura 6 - Desenhos de Hampstead, de Unwin e Parker, de 1909 (imagem) Disponível em: <https://www.pinterest.pt/pin/388857749049651730/> (acedido a 28/09/2017)

Figura 7 - Cidade de Adelaide, de 1840 (imagem) Retirada de: HOWARD, Ebenezer, *Garden Cities of To-morrow*, London: S. Sonnenschein & Co., Ltd., second edition, 1902, pág. 94

Figura 8 - Hellerau, primeira Garden City alemã, de 1909 (imagem) Disponível em: <https://www.pinterest.pt/pin/426153183470754253/?lp=true> (acedido a 18/09/2017)

Figura 9 - Hellerau Festspielhaus, de Tessenow, de 1911 (imagem) Disponível em: <https://www.pinterest.pt/pin/497366352575365421/?lp=true> (acedido a 18/09/2017)

Figura 10 - Estudo de Major Pierre L'Enfant para Washington, de 1791 (imagem) Retirada de: KOSTOF, Spiro, *Thee City Shape, Urban Patterns and Meanings Through History*, Original

drawings by Richard Tobias, Thames & Hudson, first edition 1999, 2009, pág. 210

Figura 11 - Proposta a concurso para a cidade de Camberra, Agache, de 1912 (imagem) Disponível em: [urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/agache.htm](http://urbanplanning.library.cornell.edu/DOCS/agache.htm) (acedido a 14/08/2017)

Figura 12 - Plano do Rio de Janeiro, de Agache, em 1928 (imagem) Retirada de: LAMAS, José Maria Ressano Garcia, *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010, pág. 274

Figura 13 - Perspectiva de uma “ilha” no Porto. (imagem) Disponível em: <http://yoursguesthouse.com/blog/visit-porto/unique-architecture-of-porto-the-ilhas/> (acedido a 27/07/2017)

Figura 14 - Vista do “pátio” do Biaggi, às Amoreiras (anterior a 1930), em Lisboa, Eduardo Portugal, em AML. (imagem) Disponível em: <http://lisboadeantigamente.blogspot.pt/2015/08/o-patio-bairro-do-biaggi-as-amoreiras.html> (acedido a 27/07/2017)

Figura 15 - Vista do Bairro Arco do Cego em Lisboa, de 1918 (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/I03509, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/SearchBasic.aspx> (acedido a 27/07/2017)

Figura 16 - Fotografia a de Duarte Pacheco, o Ministro (imagem) Disponível em: <https://tecnico.ulisboa.pt/pt/eventos/lancamento-da-2a-edicao-do-livro-o-pais-a-regua-e-esquadro-urbanismo-arquitetura-e-memoria-na-obra-publica-de-duarte-pacheco/> (acedido a 27/07/2017)

Figura 17 - Plano de Remodelação de Caxias, 1936 (imagem) Retirada de: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág. 62

Figura 18 - Plano de “Gröer” (imagem) Retirada de: SILVA, Carlos Nunes, *Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, Livros Horizonte, Lda., 1994, pág.19



Figura 19 - Plano de “Gröer”, com identificação dos bairros económicos, de 1948 (imagem) Disponível em: <http://cutcity2.blogspot.pt> (acedido a 27/07/2017)

Figura 20 - Plano de “Gröer”, Divisão por zonamento, de 1948 (imagem) Disponível em: [http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos\\_28.html](http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos_28.html) (acedido a 27/07/2017)

Figura 21 - Plano Director da Cidade de Lisboa, 1948, Divisão por zonamento (imagem) Disponível em: [http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos\\_28.html](http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/09/os-planos-para-o-porto-dos-almadas-aos_28.html) (acedido a 27/07/2017)

Figura 22 - Plano Diretor de Urbanização de Lisboa de 1959 (imagem) Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/viver/urbanismo/planeamento-urbano/plano-diretor-municipal/enquadramento-do-pdm> (acedido a 27/07/2017)

Figura 23 - Bairro da Ajuda, 1934 (imagem) Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/1413> (acedido a 02/12/2017)

Figura 24 - Fotografia de Oliveira Salazar (imagem) Disponível em: <http://historiademorganica.blogspot.pt/2013/03/los-fascismos.html> (acedido a 27/07/2017)

Figura 25 - Gare de Alcântara (imagem) Disponível em: <http://doportoenaoso.blogspot.pt/2010/05/os-paineis-das-estacoes-maritimas-de.html> (acedido a 27/07/2017)

Figura 26 - Gare Marítima Conde d’Óbidos (imagem) Disponível em: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2012/06/gare-maritima-da-rocha-do-conde-de.html> (acedido a 27/07/2017)

Figura 27 - Fotografia de Pardal Monteiro (imagem) Disponível em: <https://www.publico.pt/2010/06/09/culturaipsilon/noticia/pardal-monteiro-o-primeiro-moderno-em-lisboa-258656> (acedido a 27/07/2017)

Figura 28 - Fotografia de Raul Lino (imagem) Disponível em: <https://alchetron.com/Raul-Lino-1249155-W> (acedido a 26/09/2017)

Figura 29 - Bairro do Alto da Ajuda, Lisboa (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/I02947, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=292074&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1> (acedido a 27/07/2017)

Figura 30 - Bairro Madre Deus, Lisboa (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/AJG/I02929, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/SearchBasic.aspx> (acedido a 27/07/2017)

Figura 31 - Bairro da Encarnação, Lisboa (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/ALV/000077, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF> (acedido a 11/05/2017)

Figura 32 - 1º Congresso Nacional de Arquitetura (imagem) Disponível em: <http://www.oasrn.org/cultura.php?id=86> (acedido a 27/07/2017)

Figura 33 - Plano Geral de Melhoramentos de Lisboa, Ressano Garcia, 1903 (imagem) Retirada de: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág.21

Figura 34 - Estudo de Prolongamento da Avenida da Liberdade, Forestier, 1927 (imagem) Retirada de: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág.27

Figura 35 - Estudo para uma Nova Avenida sobre o Tejo, Forestier, 1927 (imagem) Retirada de: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág.29

Figura 36 - Fotografia de Paulino Montez (imagem) Retirada de: INÁCIO, Carlos Alberto Revez, BARREIROS, Fernando Furtado, *O Bairro da Encarnação e as Antigas Quintas dos Olivais*, F.F. Barreiros (Lisboa: Imprensa Municipal), 2012, pág.

28

Figura 37 - Traçado de extensão de Alcântara sobre o Alvito, Paulino Montez, 1938 (imagem) Retirada de: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág. 133

Figura 38 - Plano Geral do Bairro do Alvito, Paulino Montez, 1938 (imagem) Retirada de: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág. 133

Figura 39 - Localização do bairro na planta de Lisboa (imagem) Produção própria com base em: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág.21

Figura 40 - Planta de 1907, terreno em quintas (imagem) Obtida no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 41 - Planta de 1948, parte da implementação do bairro (imagem) Obtida no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 42 - Vista aérea do Bairro da Encarnação (imagem) Obtida no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 43 - Plano Geral do Bairro da Encarnação (imagem) Retirada de: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág. 136

Figura 44 - Plano Remodelação de Carcavelos, Agache, 1936 (imagem) Retirada de: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág. 63

Figura 45 - Plano da Costa do Sol, Gröer, 1948 (imagem) Retirada de: LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização, A Época de Duarte Pacheco*, DGOTDU, FAUP publicações, 2ª edição, 1995, pág. 91

Figura 46 - “da localização do bairro”, Esquema sobre o bairro, Paulino Montez (imagem) Retirada de: MONTEZ, Paulino, *Estudos de urbanismo em Portugal : 5-7, Lisboa, extensão nordeste da cidade : Plano do Bairro da Encarnação : Plano do Bairro de um Parque de Desportos : Plano do Bairro de um Aglomerado de Habitações*, Lisboa, Edição da Revista Arquitectura, 1958, pág. 11

Figura 47 - “da rede de circulação”, Esquema sobre o bairro, Paulino Montez (imagem) Retirada de: MONTEZ, Paulino, *Estudos de urbanismo em Portugal : 5-7, Lisboa, extensão nordeste da cidade : Plano do Bairro da Encarnação : Plano do Bairro de um Parque de Desportos : Plano do Bairro de um Aglomerado de Habitações*, Lisboa, Edição da Revista Arquitectura, 1958, pág. 13

Figura 48 - “das zonas e do equipamento”, Esquema sobre o bairro, Paulino Montez (imagem) Retirada de: MONTEZ, Paulino, *Estudos de urbanismo em Portugal : 5-7, Lisboa, extensão nordeste da cidade : Plano do Bairro da Encarnação : Plano do Bairro de um Parque de Desportos : Plano do Bairro de um Aglomerado de Habitações*, Lisboa, Edição da Revista Arquitectura, 1958, pág. 15

Figura 49 - Fotografia do Quartel, 1948 (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/ROZ/000034, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF> (acedido a 11/05/2017)

Figura 50 - Planta das zonas (imagem) Produção própria com base em: Planta de 1948, à escala 1:1000, no Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego

Figura 51 - Perfis das ruas do bairro (imagem) Obtida no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 52 - Fases de construção do bairro (imagem) Produção própria com base em: Planta de 1948, à escala 1:1000, no Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego

Figura 53 - Construção do bairro, 1944 (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/EDP/000563, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF> (acedido a 11/05/2017)

Figura 54 - Obras no bairro, abertura de ruas, 1944 (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/EDP/000564, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF> (acedido a 11/05/2017)

Figura 55 - Bairro com habitantes, 1945 (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/KPI/000167, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF> (acedido a 11/05/2017)

Figura 56 - Vista de uma rua, 1945 (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/KPI/000168, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF> (acedido a 11/05/2017)

Figura 57 - Desenho em Planta da Praça Central (imagem) Retirada de: MONTEZ, Paulino, *Estudos de urbanismo em Portugal : 5-7, Lisboa, extensão nordeste da cidade : Plano do Bairro da Encarnação : Plano do Bairro de um Parque de Desportos : Plano do Bairro de um Aglomerado de Habitações*, Lisboa, Edição da Revista Arquitectura, 1958, pág. 19

Figura 58 - Planta das praças laterais (imagem) Obtida no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 59 - Esquema da distribuição das tipologias dos equipamentos nas praças laterais (imagem) Produção própria com base em: planta obtida no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 60 - Desenhos de equipamento tipo I (imagem) Obtida no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 61 - Desenhos de equipamento tipo II (imagem) Obtida no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 62 - Desenhos de equipamento tipo III (imagem) Obtida no Gabinete de Estudos Olisiponenses

Figura 63 - Vista da Rua 4 (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/AJG/I03537, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF> (acedido a 11/05/2017)

Figura 64 - Plantas esquemáticas, classe A (imagem) Retirada de: FARIA, António, *O problema das Casas Económicas*, Biblioteca Cosmos, 1948, pág. 110

Figura 65 - Plantas esquemáticas, classe B (imagem) Retirada de: FARIA, António, *O problema das Casas Económicas*, Biblioteca Cosmos, 1948, pág. 111

Figura 66 - Plantas piso 0 e 1, casa classe A, tipo 1, escala 1:100 (imagem) Produção própria

Figura 67 - Plantas piso 0 e 1, casa classe A, tipo 2, escala 1:100 (imagem) Produção própria

Figura 68 - Plantas piso 0 e 1, casa classe A, tipo 3, escala 1:100 (imagem) Produção própria

Figura 69 - Plantas piso 0 e 1, casa classe B, tipo 1, escala 1:100 (imagem) Produção própria

Figura 70 - Plantas piso 0 e 1, casa classe B, tipo 2, escala 1:100 (imagem) Produção própria

Figura 71 - Plantas piso 0 e 1, casa classe B, tipo 3, escala 1:100 (imagem) Produção própria

Figura 72 - Desenhos das casas de esquina, casa classe B, tipo 3, com torre de 3 pisos (imagem) Obtida no Arquivo Municipal de Lisboa - Arco do Cego

Figura 73 - Vista panorâmica do Bairro (imagem) Disponível em: Arquivo de Lisboa, AML/ Fotográfico, PT/AMLSB/ALV/000077, <http://arquivomunicipal2.cm-lisboa.pt/sala/online/ui/searchbasic.aspx?filter=AH;AI;AC;AF> (acedido a 11/05/2017)